



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 50ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 51ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - 52ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.4 - Reunião de Comissões

2 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/12/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questão de Ordem – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Proposições: Acordo de Líderes; Decisão da Presidência – Questão de Ordem – Requerimento do deputado João Leite; aprovação – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.740/2013; aprovação – Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.352/2013; aprovação – Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.785/2013; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 – Questão de Ordem – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 53/2013; discursos dos deputados Rogério Correia, Sávio Souza Cruz, Sargento Rodrigues, João Leite, Antônio Carlos Arantes e Ulysses Gomes, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Pompílio Canavez; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 3; votação nominal das Emendas nºs 4 a 7; rejeição – Questão de Ordem – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011; requerimento do deputado Gustavo Valadares; discurso do deputado Fred Costa; aprovação do requerimento; votação nominal do Substitutivo nº 2 ao vencido em 1º turno; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Questão de Ordem – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.180/2013; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.439/2013; discurso do deputado Rogério Correia; votação nominal do Substitutivo nº 4, salvo emendas; aprovação na forma do Substitutivo nº 4; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 a 3 e das Emendas nºs 1 a 7 – Prorrogação da Reunião – Declaração de Voto – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.440/2013; discurso do deputado Cabo Júlio; votação nominal do Substitutivo nº 3, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2 e das Emendas nºs 1, 2 e 6 a 11; votação nominal das Emendas nºs 3 a 5; rejeição – Questão de Ordem – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.441/2013; discurso do deputado Vanderlei Miranda; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 1 e 2; aprovação; Questão de Ordem; votação nominal da Emenda nº 3; rejeição – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.442/2013; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; rejeição; Declaração de Voto – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.443/2013; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 1 a 3; aprovação; votação nominal da Emenda nº 4; rejeição – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 4.784/2013; discurso do deputado Sargento Rodrigues; encerramento da discussão; Registro de Presença; discursos dos deputados Fred Costa e Gustavo Corrêa; Questão de Ordem; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação; Questão de Ordem; Declaração de Voto - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 27/2012; encerramento da discussão; Questão de Ordem; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2013; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.308/2011; aprovação com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.589/2011; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.321/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1 – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.389/2012; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 79/2011;

aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 177/2011; apresentação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emendas e subemenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação; votação nominal da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 2 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 883/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.023/2011; apresentação do Substitutivo nº 1; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.346/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.617/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.970/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.597/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.318/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Registro de Presença – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.902/2013; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sintrocet - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Inácio Franco - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 9h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, quero apenas parabenizar o Congresso Nacional, em especial o Senado, que ontem aprovou o Plano Nacional de Educação, que vigorará durante os próximos 10 anos no sistema educacional brasileiro. Esse plano prevê investimento há muito reivindicado por entidades, professores, estudantes, enfim, militantes da educação. De maneira geral, no Brasil foi estabelecido que não haverá investimento menor que 10% do PIB para a educação brasileira, então o Plano Nacional de Educação representa um salto enorme para acabar com as deficiências existentes no sistema educacional brasileiro, para que sejam menores na próxima década. Imaginem o que será o investimento de 10%, todo ano, em educação. Isso significa que haverá possibilidade, tanto de aumento salarial, como de melhoria das condições de trabalho, com uma rede física de escolas no Brasil muito melhor e o alívio do caixa dos estados. Também haverá um repasse maior do Fundo de Educação Básica – Fundeb - no Brasil. E tudo é graças a uma medida tomada anteriormente, que veio como reconhecimento dos movimentos populares havidos em junho deste ano no Brasil, que colocaram o sistema educacional e sua necessidade de melhoria no centro da pauta brasileira. A partir disso, a presidenta Dilma, reconhecendo essa necessidade, reenviou ao Congresso Nacional uma nova medida provisória estabelecendo que os *royalties* do petróleo, do pré-sal, vão todos para a educação. O Congresso aprovou o emprego de 75% desses recursos em educação e 25% em saúde. Com mais o que estará no fundo social, a partir também dos recursos do petróleo, poderemos garantir esses 10% do PIB na educação brasileira. Portanto, há de se comemorar o Plano Nacional de Educação. Esperávamos a aprovação desse plano na semana passada, mas houve um debate no Senado, com atraso do procedimento do projeto, mas ontem ele o aprovou. Queria primeiro fazer essa congratulação ao Senado, à presidenta Dilma, pelo ato corajoso de fazer esse investimento em educação – repito - há muito reivindicado, elevando-o a 10% do PIB. Essa é a primeira questão que reputo como salutar para o sistema educacional brasileiro. Sr. Presidente, hoje, lamento mais uma vez, a notícia do pior PIB apresentado por Minas Gerais desde 2009. Este ano houve crescimento acumulado do PIB no Brasil de 2,4% e de apenas 0,2% em Minas, o que recoloca em pauta aquilo que estamos criticando: Minas está completamente dependente da exportação e das *commodities* de café e minério de ferro. Com o preço mais baixo tanto do café quanto do minério no mercado internacional, Minas Gerais tem entrado em um grande e assustador processo de estagnação econômica. Aliás, esse é um dos motivos que levou Minas Gerais a esse processo de quebra, de falência, de ter a necessidade de buscar recursos que não são do próprio Estado, como foi o caso do Funpemp, de rapar o tacho dos recursos dos servidores públicos do Estado para completar um governo. É lamentável a situação de estagnação de Minas Gerais. Cresceu apenas 0,2% o acumulado do PIB este ano, contra o crescimento de 2,4% no Brasil. Outro dia ouvi alguns deputados falarem do “pibinho” brasileiro e, agora, vemos que um dos

motivos do PIB brasileiro crescer menos até que a nossa expectativa - pois 2,4% no acumulado do ano não é o PIB necessário - é a estagnação de alguns estados. Isso puxa o PIB nacional para baixo. Minas Gerais apresentou o pior PIB acumulado este ano. Repito: apresentou apenas 0,2%, em contradição com outros estados da Federação. Também quero lamentar esse fato e torcer para que, em Minas Gerais, haja outro procedimento de enxergar a evolução do Brasil e retratá-la aqui, para que o desenvolvimento alcançado em nível nacional possa ser também o desenvolvimento mineiro.

Aliás Minas sempre puxou para cima o Brasil, mas agora, infelizmente, temos esse dado negativo, que já não é de hoje tem estabelecido PIBs muito pequenos pela dependência de Minas apenas à exportação dessas *commodities*, e não a um planejamento, desenvolvimento e crescimento tanto industrial como do setor agrícola. Quero, mais uma vez, parabenizar o nosso Senado pela aprovação do Plano Nacional de Educação e pelo investimento de 10% do Produto Interno Bruto na educação brasileira. Obrigado.

Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência vai suspender a reunião por 1 hora e 20 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

- Vem à Mesa:

ACORDO DE LÍDERES

A totalidade dos líderes com assento nesta Casa acordam sejam retirados da pauta das reuniões de hoje as Propostas de Emenda à Constituição n°s 31/2012 e 47, 59 e 62/2013 e os Projetos de Lei n°s 3.077 e 3.507/2012 e 4.454 e 4.738/2013.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2013.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 18 de dezembro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

Questão de Ordem

O deputado Fred Costa – Sr. Presidente, questão de ordem. Caso o senhor não se importe, poderia proceder à leitura novamente, apenas para que eu possa organizar minha pauta, se não for inconveniente, por favor.

O presidente – A presidência solicita à assessoria que entregue uma cópia do que foi lido ao deputado Fred Costa.

O deputado Fred Costa – Agradeço-lhe a atenção.

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado João Leite em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei n° 4.740/2013 seja apreciado em primeiro lugar e os Projetos de Lei n°s 3.811/2013 e 3.649/2012 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei n° 4.740/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O deputado Bonifácio Mourão – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, votei “sim”.

O deputado Rogério Correia – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Antônio Carlos Arantes – Votei “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Tadeu Martins Leite – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O presidente - Estão computados. Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei n° 4.352/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:



Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia -

- Registra "não" o deputado:

Gilberto Abramo.

O deputado Hélio Gomes – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente - Está computado. Votaram “sim” 50 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.785/2013, da Mesa da Assembleia, que altera dispositivos da Resolução nº 5.100, de 29/6/1991, que dispõe sobre o Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar e dá outras providências, e da Resolução nº 5.214, de 23/12/2003, que altera o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O presidente - Está computado. Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Em votação as Emendas nºs 1 e 2.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bráulio Braz - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 4.785/2013 com as Emendas nºs 1 e 2. À Mesa da Assembleia.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues - Presidente, serei breve porque não queremos atrapalhar esse clima de entendimento das votações. Gostaria de deixar claro que o Projeto nº 4.785 tem um acordo nesta Casa, que foi trabalhado com o Presidente, com o 1º-secretário, deputado Dilzon Melo, para que possamos incorporar a emenda que diz respeito aos servidores de recrutamento amplo desta Casa. Espero que a Mesa acolha, no parecer em segundo turno, essa emenda, que foi trabalhada por este deputado e pelos deputados Adelmo Carneiro Leão, Sebastião Costa e Dilzon Melo. Espero, Presidente, sem delongar, que dentro desse acordo de cordialidade o projeto retorne à Mesa para parecer de segundo turno e que possa ser acolhida essa emenda que diz respeito ao processo de avaliação e pontuação dos servidores de recrutamento amplo. Era isso, presidente.

O presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 53/2013, do governador do Estado, que institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos titulares de cargos efetivos dos Poderes do Estado e membros de Poderes, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, fixa limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40 da Constituição da República, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 4 a 7, apresentadas em Plenário. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, vou fazer um encaminhamento rápido, mas não poderia deixar de colocar o nosso posicionamento em relação à questão da lei complementar da previdência. Quero justificar o voto contrário em relação a este projeto de lei complementar. Embora a lei complementar de previdência precise ser discutida, não tivemos, em Minas Gerais, um debate real



sobre o quadro da previdência e o que precisa ser modificado, do ponto de vista complementar, para a frente. Temos, portanto, uma legislação federal à qual o governo de Minas está procurando adequar-se.

Mas chamo a atenção dos nobres deputados e deputadas, deputada Maria Tereza Lara, deputado Sávio Souza Cruz, para o fato de que essa alteração que está sendo proposta pelo governo do Estado tem diferenças cruciais em relação ao que foi aprovado nacionalmente. Portanto, esse projeto de lei complementar está longe de ser o que o governo está dizendo, que apenas repetiria o que foi alterado pelo governo federal. Aqui existem diferenças muito grandes em relação ao projeto aprovado nacionalmente, como, por exemplo, deputada Maria Tereza Lara, o que diz respeito a quem e quais empresas terão responsabilidade. Não se coloca nesse projeto sequer a obrigação de licitação dessas empresas.

Nenhuma das dúvidas levantadas pelos servidores públicos em relação a esse projeto foi aceita pelo governo. Então, com a desculpa de que está regulamentando para se adequar à legislação federal, o governo tem feito uma legislação muito pior que a legislação federal aprovada. Chegamos a apresentar emendas ao projeto, mas nenhuma dessas emendas apresentadas pelo Bloco Minas sem Censura foi aceita pelas comissões. Chamo a atenção dos deputados e das deputadas para isto: apresentamos três emendas – e depois explicitarei melhor – a esse projeto de lei, que foram rejeitadas nas comissões. Uma delas era a garantia de que haveria procedimento licitatório. Apresentamos emendas, mas não foram aceitas.

Os servidores públicos não tiveram nenhuma das suas sugestões acatadas nesse projeto. Mesmo concordando, em tese, que possa haver um projeto de lei complementar para quem receba acima de R\$4.100,00, esse projeto precisaria passar por uma discussão com os sindicatos, com os deputados, para ser aperfeiçoado, mas isso não foi feito. Esse é o primeiro argumento que quero levar em consideração para recomendar a todos os deputados e deputadas, especialmente do Bloco Minas sem Censura, o voto contrário a esse projeto de lei complementar.

Tenho um segundo argumento e é importante ressaltá-lo: esse projeto só foi incluído e só foi feito para justificar o que o governo fez anteriormente, ou seja, extinguiu o fundo de previdência, o Funpemp, do servidor público. Esse assunto já foi bastante discutido aqui. Isso deixou Minas Gerais, a partir da sanção do governador, inadimplente com o Ministério da Previdência. Minas Gerais hoje corre o risco de ter verbas retidas de repasse da União exatamente porque não quis respeitar o fundo de previdência do servidor público. Esse projeto de lei complementar, bem como a PEC nº 62, que está sendo feita para permitir que esse projeto seja aprovado, foi feito apenas com a justificativa da retirada dos recursos dos servidores públicos do Funpemp.

E não há outra conclusão a tirarmos a não ser que o Estado fez isso porque está falido, quebrado. Minas Gerais, da forma como está, não aguenta terminar este governo e precisou colocar a mão no fundo dos servidores de quase R\$3.500.000.000,00, nos recursos dos servidores públicos. A extinção do Funpemp foi uma vergonha nacional, e o Ministério da Previdência, deputado Sávio Souza Cruz, já avisou que está receoso de isso virar exemplo para outros governos tucanos que estão aí.

Já até alertei o Senador Requião, do Paraná, do PMDB, para que tenha cuidado, pois o Estado do Paraná, assim como o de Minas, está quebrado, falido. Os tucanos conseguiram falir também o rico Paraná. Ele está completamente falido. Outro dia saiu uma matéria no *Folha de S.Paulo* que fez um retrato daquele estado. Eu estava lendo sem saber que era sobre o Paraná e pensei que estavam retratando Minas Gerais. Os números da falência estavam menores, já que o Paraná é um estado menor, menos rico, mas pensei que era Minas Gerais com os números menores. Quando olhei, vi que era o Estado do Paraná, que está quebrado. O Richa quebrou o Paraná. Disse ao Requião: “Requião, Aécio quebrou Minas, e o Richa quebrou o Paraná. Os dois estados foram quebrados”. A previdência, no Paraná, ainda não foi surrupiada, ou seja, o Richa ainda não rapou o tacho do fundo de previdência daquele estado, mas alertei o Senador Requião porque isso pode virar moda, e um dos grandes medos do Ministério da Previdência é este: que o que foi feito aqui vire exemplo de gestão.

Este é o choque de gestão: roubam o dinheiro do servidor e viram exemplo de gestão. Minas avançou no bolso do servidor; Minas avançou no arrocho; e agora Minas avança acabando com o previdência do servidor público e com o seu fundo, deixando o servidor com dúvidas sobre o futuro. Isso aconteceu em Minas Gerais. Então, estamos aí, diante de um governo falido, quebrado, que estabeleceu esse projeto de lei apenas no sentido de justificar o fim do Funpemp.

Quero registrar meu voto contrário e solicitar aos deputados do Bloco Minas Sem Censura e aos próprios deputados da base do governo que votem contra. Essa é uma furada. Esse assunto tem que ser discutido com clareza, e não foi. Os servidores não puderam fazer esse debate. Não há aval do Ministério da Previdência. Isso poderá, portanto, corroborar uma radicalização ainda maior do procedimento equivocado feito pelo governo do Minas. Queria, Sr. Presidente, expor esses argumentos.

Finalmente, mais uma vez lamento aqui outro dado negativo de Minas Gerais hoje noticiado no jornal *O Tempo* e que já não é mais segredo para ninguém: o Brasil alcança, neste ano, do acumulado do PIB, um acréscimo de 2,4%. É um PIB razoável, ainda pequeno em relação ao que ele precisa. Mas, em Minas Gerais, alcançamos o pior resultado desde 2009: 0,2% do acumulado deste ano. É novamente um dos piores do País; é o “pibinho” de Minas que ajuda a puxar para baixo o PIB do Brasil, que é bem superior a esse. Então, nesse quadro de Estado falido, não podemos prejudicar mais ainda os servidores públicos. O governo tucano quer jogar nas costas dos servidores públicos, dos trabalhadores e do povo mineiro a culpa pela má gestão e pelo maldito choque de gestão que quebrou Minas Gerais desde o governo Aécio Neves. Por isso, sou contrário à aprovação desse projeto.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz* – Sr. Presidente, deputados que hoje compõem a Mesa dos trabalhos, deputadas, deputados, aqueles que nos acompanham das galerias e telespectadores da TV Assembleia, esse projeto de lei complementar, se analisado isoladamente, poderia levar a uma conclusão pela sua conveniência.

Trata o projeto de instituir um regime de aposentadoria complementar para servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Curiosamente essa aposentadoria complementar não alcançará a Polícia Militar. Nesse primeiro ponto fica uma dúvida. Na exposição que o governo do Estado fez na Assembleia, a aposentadoria complementar é como a oitava maravilha do mundo. Os técnicos do governo que aqui vieram acompanhando S. Exa. Renata Vilhena disseram que esse fundo será excepcionalmente positivo para os servidores do Estado, que terão, uma vez aprovado o PLC, um limite de aposentadoria na faixa de R\$4.000,00, e tudo além disso virá



desse fundo de aposentadoria complementar, cuja adesão é compulsória. Mas, se é tão bom, fica a dúvida: estaria a Polícia Militar sendo discriminada pelo governo do Estado? Qual é a razão de todo o efetivo da Polícia Militar ter sido excluído? Todos os servidores de todos os poderes, do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, do Judiciário, da Assembleia, do Executivo, passarão a ter esse limite de aposentadoria e terão essa adesão compulsória ao fundo de aposentadoria complementar. Mas, deputado Carlos Mosconi, curiosamente a Polícia Militar foi excluída.

Há alguns que advogam a tese de que aquela descrição que os técnicos do governo fizeram aqui não é tão verdadeira, que esse regime de aposentadoria complementar não é tão maravilhoso e tão positivo como foi descrito e que o governo, temeroso de uma reação da tropa da Polícia Militar, excluiu a corporação. Fica a pergunta: é bom demais e a Polícia Militar está sendo discriminada, ou é ruim demais e a Polícia Militar está sendo apenas preservada, temendo o governo tucano uma nova rebelião armada, como ocorreu, na última vez, no último ciclo tucano do governo de Minas, mais especificamente em 1998? Com a palavra, os representantes do governo. Se é tão bom, por que não se inclui a Polícia Militar? Se é tão ruim, por que preservar apenas a Polícia Militar? Por que não preservar desse regime a totalidade dos servidores do Estado?

Feita essa primeira questão, início a minha fala dizendo que esse projeto não pode ser analisado de forma isolada: ele se insere em um pacote de medidas que chegou simultaneamente à Assembleia e previa, primeiro, uma PEC para dar uma mínima guarida àquilo que se queria fazer; segundo, o malfadado projeto do deputado Arlen Santiago, que extinguiu o Funpemp. O Funpemp, como se sabe, fora criado em 2002, ainda no governo de S. Exa. o governador Itamar Franco, atendendo aos mandamentos da Emenda nº 20 da reforma previdenciária.

E esse fundo vinha sendo capitalizado mensalmente com recursos extraídos dos parques contracheques dos servidores do Estado, e, ao longo desses 11 anos da sua existência, acumulou um saldo de cerca de R\$3.200.000.000,00, constituindo-se no segundo mais líquido e bem administrado fundo dessa espécie no País, perdendo apenas para o do Paraná.

O governo está quebrado. Minas Gerais tem choque de gestão, déficit zero e PIB da China. Aliás, no tocante ao PIB da China, haverá mais um trimestre de recessão em Minas, mais um trimestre de “pibinho”. Minas Gerais com 0,2% de crescimento, e o Brasil com 2,4%, o que representa 20 vezes mais. Minas Gerais com um ritmo de crescimento de apenas 5% do crescimento do Brasil. Minas Gerais está consolidando-se como um dos estados que menos cresce e onde mais aumenta a criminalidade. São 11 anos sem se cumprir o mínimo constitucional da saúde e da educação, mas a propaganda... E, aliás, deputados e deputadas, os senhores notaram como cresceu a presença das peças publicitárias do governo nos últimos tempos? A explicação é fácil. A lei eleitoral diz que, no ano da eleição, a propaganda ou o investimento que pode ser feito pelo Estado tem de ser no máximo igual ao do ano anterior, mas tudo isso é feito antes do período eleitoral, e é por essa razão que o governo, combalido, quebrado, depauperado e inadimplente com seus fornecedores, de forma desesperada, inconsequente e irresponsável, aumenta as inserções publicitárias na mídia mineira e nacional, para ter a desculpa, no ano que vem e ainda antes do início do processo eleitoral, de fazer esse desesperado esforço publicitário para tentar lançar uma cortina de fumaça sobre a quebradeira que impuseram a Minas Gerais.

O deputado Rogério Correia diz que o Richa quebrou o Paraná e que o Aécio quebrou Minas, mas a quebradeira de Minas é muito pior. No Paraná, pelo menos até agora, não lançaram mão do fundo de previdência dos servidores do Paraná, e aqui eles já bateram a carteira do servidor. Só para lembrar, um pouco antes, Yeda “Cruzes” também já havia quebrado o Rio Grande do Sul. Fico com a sensação de que quebrar os estados que administram deve ser mandamento estatutário do PSDB. Não pode ser mera coincidência. O Azeredo já havia quebrado o nosso Estado antes, e o Aécio fez a mesma coisa. O Richa quebrou o Paraná e a Yeda, o Rio Grande do Sul. Isso não pode ser mera coincidência, mas, sim, um mandamento estatutário, que deve fazer parte dos estatutos do partido.

Por essa razão e pelo fato de esse projeto se inserir no bojo de uma reforma que é altamente negativa para o servidor do Estado, não valendo que isso seja analisado isoladamente da PEC e do projeto que extinguiu o Funpemp, estamos encaminhando o nosso voto contrário ao PLC nº 53/2013, para que fique claro aos servidores do Estado e ao povo de Minas que o Bloco Minas sem Censura: PT, PMDB e PRB está posicionando-se contrariamente à batida de carteira que o governador de direito, Anastasia, e o governador de fato, Aécio Neves, promoveram no bolso do servidor público estadual no final de 2013. Portanto, essa manifestação ficará na história.

Concluindo, encaminho o meu voto contrário ao projeto de lei complementar. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, como estamos tratando de um assunto que diz respeito aos servidores públicos, trago uma correspondência que obviamente faz parte do meu encaminhamento, para depois me manifestar e concluir o meu raciocínio. A correspondência foi assinada na data de 18/12/2013. (- Lê:)

“Exmos. Srs. Deputados, vimos através desta manifestar nossa decepção, e mesmo desilusão, em relação à maneira como vêm sendo tratados os pleitos dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Ao longo de anos, vimos passarem por esta Assembleia diversos projetos de lei concedendo benefícios e melhorias salariais aos servidores de outros órgãos e Poderes do Estado. Nesse mesmo período, tentamos, por meio de diálogo respeitoso e um trabalho incansável de convencimento, mediante a elaboração de estudos e trabalhos eminentemente técnicos, fazer chegar aos dirigentes desta Casa a necessidade de melhoria das condições de trabalho dos servidores da Assembleia, notadamente no que diz respeito à sua remuneração. Esses servidores oferecem com dedicação, comprometimento e zelo todo o suporte ao funcionamento e ao trabalho da instituição e dos senhores deputados, em que destacamos as incontáveis viagens ao interior do Estado, as reuniões e eventos realizados tanto na capital como no interior, além da execução dos projetos do Direcionamento Estratégico Assembleia 2020, que têm contribuído para uma verdadeira revolução na maneira como a sociedade enxerga a Assembleia e seus deputados.

Há algum tempo, os servidores da Assembleia tinham como parâmetro de comparação, no que tange a sua remuneração e benefícios, os órgãos da esfera federal, como a Câmara dos Deputados e o Senado da República. Hoje, percebemos que diversas categorias funcionais do Estado de Minas Gerais encontram-se em situação melhor do que os servidores da Assembleia. E a explicação para essa situação é direta: ao longo do tempo, as políticas de pessoal desses órgãos vieram sendo aprimoradas, por meio de projetos de lei aprovados pela Assembleia, enquanto, dentro da própria Assembleia, ficamos praticamente parados no tempo.



Sabemos das dificuldades orçamentárias históricas do Estado de Minas Gerais, que sempre se constituem em impedimento para o avanço em relação à política remuneratória dos servidores da Assembleia. Mas sabemos também que a Assembleia vem dando sua contribuição para o equilíbrio das contas públicas, para isso cumprindo com extremo rigor a Lei de Responsabilidade Fiscal, desde a sua implantação. E, dentro desse contexto, do qual estamos plenamente conscientes, afirmamos com toda certeza que o atendimento às reivindicações dos servidores da Assembleia não afastará a Assembleia do cumprimento dos pressupostos da responsabilidade fiscal.

Assim, em que pesem essas dificuldades, que sempre existirão, entendemos que é premente o reconhecimento do trabalho e a efetiva valorização dos servidores da Assembleia. Não é por acaso que a Assembleia de Minas é considerada a melhor Assembleia do Brasil, o que muito nos orgulha, porque sabemos que essa conquista se deve, em parte, ao trabalho de cada um de nós servidores.

Srs. Deputados, nós, servidores da Assembleia, reafirmamos nosso compromisso e nossa dedicação à Instituição. E, nesse sentido, vimos respeitosamente solicitar que nossos pleitos possam ser finalmente atendidos. Sempre abertos ao diálogo construtivo, somos cordialmente Colegiado Diretor do Sindalemg.”

O sindicato pediu a este deputado que fizesse a leitura, na íntegra, dessa correspondência, para que os deputados e as deputadas pudessem ouvir sua voz, cobrando uma valorização do trabalho prestado. Quero ainda destacar a importância, presidente Dinis Pinheiro, deputado Hely Tarquínio, deputado Dilzon Melo, deputado Adelmo Carneiro Leão, deputado Alencar da Silveira Jr., deputado Neider Moreira e todos os deputados que compõem a Mesa da Assembleia, de que é preciso acatar a emenda.

Sr. Presidente, lembro que estive com o Sr. José Geraldo de Oliveira, secretário-geral da Mesa, na antessala do Plenário. Na presença do conjunto dos sindicatos de servidores, especialmente de recrutamento amplo, retirei a emenda que tinha ao Projeto de Resolução nº 4.785, com o objetivo e a segurança que foram repassados pelo Secretário-Geral da Mesa e pelo deputado Dilzon Melo de que a Mesa havia assumido o compromisso de incorporar, em parecer de 2º turno, a proposta que trata da avaliação de desempenho dos servidores e, obviamente, da sua indenização em caso de desligamento dos gabinetes desta Casa. Sr. Presidente, lida aqui a correspondência do Sindalemg, abordo esse outro tema. Só retirei a emenda na presença dos servidores, porque o Secretário-Geral da Mesa trouxe a informação de que o presidente Dinis Pinheiro e os demais membros da Mesa acatariam, em 2º turno, o que dizia respeito à avaliação e pontuação desses servidores e, obviamente, de sua indenização com a remuneração de um salário por ano, em caso de desligamento, especialmente para os servidores de recrutamento amplo.

Espero que a Mesa cumpra o que o seu porta-voz, o secretário-geral da Mesa, José Geraldo de Oliveira, prometeu. Essa emenda, deputado Carlos Mosconi, é muito importante para os servidores de recrutamento amplo, que muitas vezes estão aqui há 10 anos, 15 anos, 20 anos, 25 anos, servindo em gabinete de deputados, honrando os compromissos com os deputados, apoiando-os em suas campanhas eleitorais, trabalhando lá na ponta da linha, viajando, passando pelos mesmos percalços por que passam os deputados e, muitas vezes, representando os próprios deputados. Portanto, espero que o presidente Dinis Pinheiro, o 1º-secretário Dilzon Melo e os demais integrantes da Mesa da Assembleia possam cumprir e honrar o compromisso que o secretário-geral da Mesa, o Sr. José Geraldo de Oliveira, firmou comigo e na presença de todos os diretores de sindicatos, nesta Casa, para que essa emenda fosse acatada no Projeto de Resolução nº 4.785, da Mesa desta Casa. Espero que esse compromisso seja honrado, que o parecer de 2º turno seja apresentado amanhã, já com o substitutivo, incorporando-se a esse projeto.

Essa não é uma ideia isolada dos servidores, deputado Rômulo Viegas: foi trabalhada na minha presença e na presença dos deputados Adelmo Carneiro Leão, Dilzon Melo, 1º-Secretário, e Sebastião Costa. O deputado Dilzon Melo está no seu sexto mandato; o deputado Adelmo Carneiro Leão já está no sexto mandato; o deputado Sebastião Costa já está no sexto mandato; este deputado já está no seu quarto mandato. Então nós, que conhecemos bem este Parlamento, sabemos das demandas desses servidores de recrutamento amplo e esperamos que a Mesa da Assembleia, presidida pelo deputado Dinis Pinheiro, possa incorporar esse projeto a um substitutivo, o Projeto de Resolução nº 4.785. Esse projeto representa muito para os servidores de recrutamento amplo desta Casa, que vêm servindo de forma brilhante, com muita altivez e, acima de tudo, com muita garra, com muita determinação, e são cargos de confiança dos senhores deputados e das senhoras deputadas. Esperamos que este projeto chegue a Plenário amanhã, incorporado. Portanto, presidente, encerro aqui o meu encaminhamento.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que acompanham as reuniões extraordinárias da Assembleia Legislativa, os servidores de todos os Poderes são favoráveis à previdência complementar.

Tenho a oportunidade de representar a Assembleia Legislativa no fundo de previdência, e esse é o desejo dos servidores do estado, ao contrário do que foi dito aqui. Os servidores do estado desejam isso, e esperamos votar em relação a todas as instituições que deem oportunidade para que os servidores possam ter a sua previdência complementar.

Deputado Carlos Mosconi, hoje estou muito interessado, pois convivi com o esporte por mais de 20 anos, e vi algo impressionante, como vejo neste Plenário, que são aqueles que torcem contra. Os que torcem contra estão em todos os lugares e querem que tudo vire um caos. Muitas vezes vi colegas meus no banco de reserva torcendo contra o jogador que estava em campo. Ele queria que o cara jogasse mal para que ele pudesse jogar. E, quando este entrava, jogava pior do que o outro que estava jogando. Eles torcem para que o outro seja muito ruim, para que possam jogar.

Vejam o que acontece aqui. Muitos torcem contra o Atlético em Marrakech. A torcida contra o Atlético está grande, mas há também a torcida organizada contra Minas Gerais. Ela quer que o Estado esteja quebrado: “Ah, Minas está quebrada.” Eles torcem contra porque querem jogar, mas têm jogado tão mal por aí! Eles querem sair do banco de reserva para entrar em campo, mas jogam mal demais. Por exemplo, vejam o que o governo federal está fazendo. Um dos nossos jornais publicou hoje uma matéria sobre o trânsito de Belo Horizonte. Vejam como está o nosso trânsito. O governo federal retirou o IPI dos automóveis. A pessoa não paga o imposto, e o governo federal se esquece de que o IPI é um imposto a ser dividido com estados e municípios. Quando o carro é vendido, ele tem de rodar por uma estrada, e o governo do estado tem de investir nas estradas. Depois, ele rodará nas ruas, e os municípios não têm



dinheiro de IPI para investir no trânsito. O Estado de Minas Gerais e os outros estados têm de conviver com isso. Não há dinheiro para investir em estrada e para alargar as ruas, pois o governo federal tirou o recurso dos estados e dos municípios.

Sabem qual foi a arrecadação do governo federal somente neste ano? Deputado Carlos Mosconi, não me refiro à arrecadação de Brasília. Como o deputado Carlos Mosconi foi deputado federal e presidiu o Inamps, sabe que lá não há uma árvore de dinheiro. Na verdade, o dinheiro vem dos estados e dos municípios. Os que acompanham esta reunião extraordinária devem saber que no café que tomaram e no biscoito que comeram pela manhã está embutido 50% de imposto. O deputado Antônio Carlos Arantes é o nosso rei do café, pois planta e entende disso. Esse imposto vai para Brasília. Sabem quanto o governo federal arrecadou de imposto até agora? R\$1.000.000.000.000,00. Desses, 70%, ou seja, R\$700.000.000.000,00 ficam na mão do governo federal, e o restante é dividido entre os 27 estados e os mais de 5.500 municípios. A conta não fecha. O governo do PT está quebrando os municípios e os estados. O governo do PT é o pior da história para as pessoas. Tudo virou um caos. O PT é o caos. Vejam o que ele está fazendo. E esse governo não manda dinheiro para os municípios e para os estados. Isso é o caos. Como resolveremos isso, deputado Rômulo Viegas e deputado Antônio Carlos Arantes, que já foram prefeitos?

O metrô ajuda, não é? Quanto o governo federal pôs no orçamento para o próximo ano para o metrô de Belo Horizonte? Mandou R\$1.700.000.000,00 para o metrô de Fortaleza. Deputado Gustavo Valadares, quanto o PT mandou para o metrô de Belo Horizonte? Mandou R\$100.000,00 e vem aqui dizer que Minas está quebrada. O deputado Antônio Carlos Arantes trouxe este jornal aqui, que divulga que foram destinados R\$100.000,00 para o metrô de Belo Horizonte. Isso é uma piada. O PT abandonou Minas Gerais, abandonou estados e municípios. Esta é a verdade. É uma piada, R\$100.000,00 para o metrô de Belo Horizonte. Isso é inaceitável. Não tem um deputado do PT para reclamar disso. “Ah, Minas quebrou, Minas quebrou, Belo Horizonte quebrou.” Mas cadê uma voz do PT, do PMDB para cobrar isso aqui? Isso é uma vergonha nacional, deputado Alencar da Silveira Jr. Ora, R\$100.000,00 para o metrô de Belo Horizonte? Deputado Carlos Mosconi, Belo Horizonte tem que devolver isso. Por que tem que devolver? Porque, durante cinco anos, o metrô de Belo Horizonte, a CBTU, tem mandado dinheiro para o metrô de Recife. Dizíamos que era mandar por debaixo dos panos, mas, na verdade, mandaram por debaixo dos trilhos. A passagem que o belo-horizontino, que o contagense, que pega o metrô no Eldorado, e que o morador de Ribeirão das Neves, que pega metrô na Estação Vilarinhos, o PT pegou por debaixo dos trilhos e desviou o dinheiro para Recife. Foram tirados do metrô de Belo Horizonte R\$54.000.000,00 e levados para Recife.

Agora, o PT vem com R\$100.000,00 para o metrô de Belo Horizonte? É um escárnio com Belo Horizonte, é um escárnio com Minas Gerais. O que o PT está fazendo neste País é um escárnio. E a segurança pública? Hoje, a Comissão de Segurança Pública, a requerimento do deputado Cabo Júlio, premiou policiais militares que apreenderam toneladas de drogas porque o PT abandonou as fronteiras brasileiras. Imaginem, um carro é roubado no Brasil, o motorista da caminhonete, um jovem, é morto. Entra com a caminhonete na Bolívia, troca por drogas e por US\$3.000,00 legaliza o veículo. E não há uma palavra do governo brasileiro contra a Bolívia. Outro dia, deputado Carlos Mosconi, ele disse: “Não nos curvamos aos Estados Unidos, não vamos brigar com a Bolívia. Temos que tratar bem a Bolívia.” Ora, tratar crime, homicídio, tráfico de drogas dessa maneira? O governo do Estado está com 60 mil presos, cada um custa R\$2.500,00. Setenta por cento deles são presos por tráfico de drogas, crime federal.

O PT abandonou a segurança pública, abandonou o transporte. Não há uma palavra em favor de Belo Horizonte, e nenhuma dos deputados do PT. Devolva esses R\$100.000,00 para o PT. Isso não serve de nada para o metrô de Belo Horizonte. Queremos o que foi levado para Recife. Queremos um presídio federal em Minas Gerais. Queremos que as fronteiras brasileiras sejam guardadas, deputado Romão, porque, só este ano, o Triângulo Mineiro teve 900 pousos de aeronaves trazendo drogas para Minas Gerais. Isso é um escândalo. Não há uma palavra do PT. Ora, R\$100.000,00 para o metrô, deputado Leonardo Moreira? Isso é um escárnio, uma vergonha. Não há uma voz. Só querem dizer: “Ah, o PSDB quebrou o Paraná”. Sabem o que o Paraná tem hoje? Tem um batalhão da Polícia Militar na fronteira porque não há mais um soldado do Exército na fronteira brasileira. O efetivo da Polícia Federal: 10 mil homens.

Por fim, Sr. Presidente, o soldado do Exército Brasileiro, na Amazônia, tem de pescar e caçar para alimentar-se, porque o PT não manda alimentação para os nossos soldados que estão em nossas fronteiras. Enquanto isso, entram drogas e explosivos. E a segurança de Minas Gerais tem de dar conta disso. É uma vergonha a liberação de 100 mil para o metrô da minha cidade. E o trânsito está dessa maneira. Além disso, houve a retirada do IPI e a falta de repasse de recursos para estados e municípios. Obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, encaminho favoravelmente ao projeto de lei que cria a previdência complementar, que é uma forma de proteção aos nossos tão importantes servidores desta Casa e do Estado.

Gostaria de manifestar-me sobre o PIB mineiro, que realmente foi menor. O deputado Rogério Correia falou muito aqui sobre o “pibinho”. Minas Gerais tem uma dependência muito grande da cafeicultura e do minério. Quanto ao minério, infelizmente o Brasil ainda não conseguiu modernizar – não foi prioridade do governo federal – as siderúrgicas, as indústrias para fortalecer mais a atividade e agregar valor ao minério.

Sou do campo, o deputado João Leite me chamou de rei do café. Sou o rei do café na xícara, porque tomo muito café. Conheço um pouco de café, como acontece com o deputado Carlos Mosconi, que, aliás, conhece mais que eu, porque o café dele foi campeão nacional em qualidade. Conhecemos bastante de café, mas conhecemos muito mais da vida do cafeicultor, do produtor e do trabalhador. O PIB mineiro realmente foi menor porque o café está passando por uma crise terrível. É um setor que pesa muito não apenas na economia de Minas, mas também na economia do País. O Brasil tem uma dependência muito grande da cafeicultura, que gera 8 milhões de empregos diretos no campo. Além disso, essa atividade também gera muitos empregos indiretos. Então, a cafeicultura é muito importante para o País.

Sempre que lemos alguma coisa sobre outros países, principalmente sobre países desenvolvidos, verificamos que as atividades que mais pesam na economia deles são direcionadas para o mercado. Se o mercado está bem, o equilíbrio é mantido. Se começar a cair, o governo intervém, para que aquele comércio, aquele tipo de produto, aquela atividade econômica se mantenha em seu nível. Isso não ocorre no Brasil. No passado isso aconteceu. Por exemplo, em 2000, durante o governo de Fernando Henrique, quando o café deu



uma mergulhada, as lideranças da cafeicultura, os sindicatos, as cooperativas, os sindicatos de trabalhadores – houve muito desemprego – se reuniram. O presidente Fernando Henrique foi imediatamente acionado. No outro dia, o café disparou, subiu novamente, porque o governo tinha credibilidade. Além disso, o Ministério da Fazenda, por meio do Pedro Malan e do Banco Central, intervinha no mercado. Como o mercado entendia, as coisas se normalizavam. Isso não acontece hoje no Brasil com a presidente Dilma. A cafeicultura está quebrada, porque não existe mais confiança no governo federal, que está deixando essa atividade ao deus-dará, fazendo com que o produtor se ferre. O governo federal não gosta do café, essa é a realidade. O café não subiu a rampa do Planalto. São mais de 300 mil produtores de café no Brasil. A maioria está em estado de falência, principalmente porque aqueles que vivem nas montanhas têm uma dependência muito alta de mão de obra e de tecnologia. Então, não se conseguem resultados por meio de equipamentos e máquinas, mas por meio do trabalho braçal. Aí, existem dificuldades como carência, custos elevados, uma justiça do trabalho que tem sido impiedosa, uma legislação que chega a extremos. É necessário que tenhamos uma legislação que proteja o trabalhador, que lhe dê todos os direitos - o produtor tem de respeitar isso -, mas não pode ter os exageros que tem tido. Isso impacta diretamente na economia mineira, causando essa quebraadeira no setor do café.

Vou citar um exemplo de que o governo federal perdeu a credibilidade, quando se fala de mercado. A presidente Dilma foi a Varginha, fez um anúncio importante sobre a universidade e também sobre a salvação da cafeicultura. Foi muito bom. Varginha é praticamente a capital mineira do café, uma das capitais brasileiras do café. Ela anunciou algumas medidas, não é, deputado Carlos Mosconi? Acompanhamos como se fosse o final da Copa do Mundo, porque era a salvação da cafeicultura. Isso criou ânimo nas pessoas. Porém, quando vemos as medidas, é uma piada. Deputado Inácio Franco, as medidas foram tão ruins que, ao invés de a Bolsa subir, ela caiu. No dia em que a presidente Dilma fez o anúncio em Varginha, o mercado despencou. Ela está muito mal assessorada. Ela não tem obrigação de entender de tudo, mas precisa ouvir quem entende. As pessoas têm alimentado a presidente com informações altamente negativas, tanto que o mercado despencou no dia em que ela anunciou a recuperação da cafeicultura. Será que eles não entenderam o fracasso, para que voltassem atrás e repensassem e refizessem? Anunciou-se uma prorrogação de dívida para 5 anos. Essa prorrogação tem tantas exigências que a maioria dos cafeicultores, aqueles que realmente precisam, não se enquadram. Não se enquadram e continuam falidos. Aconteceu o que aconteceu. O mercado só não despencou mais porque o dólar subiu naqueles dias. Caso contrário, teria despencado mais ainda.

Hoje, há pessoas vendendo café de média para baixa qualidade a menos de R\$200,00 a saca, enquanto o custo de produção é R\$380,00. E esse não é levantamento feito pela Federação da Agricultura, que representa os produtores rurais. É levantamento feito pela Fundação João Pinheiro, pela Fundação Getúlio Vargas, pela Conab, enfim, por órgãos do governo, demonstrando que o custo de produção de uma saca de café já ultrapassou muito os R\$350,00. O governo federal se esquece da importância da agricultura, e Minas Gerais tem pago muito caro por isso, porque hoje o mercado vende muito menos. Em nossa região há, por exemplo, uma grande rede de lojas. Não citarei o nome, mas é um pessoal muito sério da região do Sul de Minas. Eles abriram filiais em várias cidades. Onde a economia é baseada no café, eles estão no vermelho e dizem que a vontade é fechar as portas; onde a economia está também em algumas indústrias, há outras atividades, ainda conseguem sobreviver. Então falta responsabilidade ao governo federal para ver quais são as atividades que impactam de forma importante na geração de emprego, na economia do estado, para agir de forma certa.

Deputados parceiros, penso que talvez a presidente queira ouvir o que a ela interessa. O pessoal do setor automobilístico ela ouve bem, tanto que não há crise no segmento. Estão só vendendo carro e desonerando o IPI. Entretanto, ao retirarem o IPI, tiram-se recursos do bolo que vão para as prefeituras, que estão com a corda no pescoço. As prefeituras estão bancando a desoneração do governo federal. E as ruas se enchem de carros, o trânsito está cada vez pior e são maiores as dificuldades de as empresas investirem em mais produtividade dos empregados. Há congestionamentos, acidentes, e estresse nas famílias. A solução seria o transporte de qualidade. Com R\$100.000,00, será possível fazer provavelmente meio metro de metrô para Belo Horizonte e lá lançar uma pedra fundamental, que é fazer política como sempre aconteceu. Hoje inclusive tive notícias do anel rodoviário, tão propalado. Mata-se gente, mata-se gente e a cada dia se fala em projetos. O projeto do anel rodoviário, parece-me, não foi colocado na gaveta, foi colocado no congelador. Colocaram no congelador do governo federal para ficar quietinho lá.

Infelizmente é isso o que está ocorrendo no País, assustando-nos e preocupando-nos, pois queremos um país pujante, que cresça, desenvolva-se, gere emprego e renda e gaste o dinheiro com seriedade, como ocorre no governo do Estado. Os recursos na mão do governo de Minas crescem, desenvolvem e fazem as coisas mudar para melhor. Infelizmente no governo federal as coisas não acontecem, há muito barulho e pouco resultado. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou fazer o encaminhamento desse projeto, contra o qual vota a nossa bancada, o nosso bloco. Entendo que, se fôssemos discutir o mérito do projeto, seguindo as orientações do governo federal, do Ministério da Previdência, nos caberia, é claro, votar favoravelmente. Mas o nosso posicionamento vai além, principalmente em relação à forma como fomos levados hoje a votar esse projeto que institui o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos. Obviamente isso se iniciou com a forma truculenta como o governo extinguiu, acabou com o Funpemp.

Nas últimas duas semanas tivemos a oportunidade nesta Casa de debater a fundo essa questão, com a manifestação de diversos servidores dos vários setores do serviço público de Minas Gerais. Eles reivindicaram, pediram, imploraram e alertaram os deputados e as deputadas para que não acabássemos com esse patrimônio, construído ao longo dos últimos 13 anos, o Funpemp, um fundo superavitário, forte, que garantia a aposentadoria de cerca de 65 mil servidores estaduais. O governo se portou de forma truculenta, não conversou, não dialogou, não debateu com os servidores, e acabou com o fundo.

Hoje votamos esse projeto, consequência um pouco de todo esse processo. Independentemente do seu mérito, das suas razões legais, é importante voltarmos a dizer e a lamentar o fato ocorrido em relação ao Funpemp e que nos faz posicionar contrariamente ao projeto, pela forma como foi todo esse procedimento.

Ouvindo alguns companheiros que me antecederam desta tribuna, é impossível não aproveitar a oportunidade para fazer algumas comparações e alguns relatos. Vi um deputado raivoso. É até natural que esteja um pouco incomodado, talvez com os avanços do



governo federal. O que não podemos aceitar é a injustiça. Deputado Rogério Correia, acho natural a raiva, a injúria, a preocupação do nobre deputado que aqui esteve. Como está incomodado com os avanços do governo federal, ele está raivoso. Até aí está na política, é natural, mas não podemos ser injustos. E o deputado que me antecedeu foi muito injusto, quando só olhou o governo federal, preocupado com os anúncios que a presidente Dilma fará de investimentos em mobilidade urbana na Capital, no metrô, que somarão quase R\$3.000.000.000,00. Obviamente a mídia mineira, controlada pelo governo de Minas, já divulgou manchetes, preocupada com o que a presidente vai anunciar no encerramento do ano. Todos estão em alerta e raivosos, porque a presidente vai anunciar bilhões de reais de investimento em mobilidade urbana em Minas Gerais.

O Estado não tem dinheiro para muita coisa e tem hora que não consegue nem empréstimo, Deputado Pompílio. Aliás, ao extinguir o Funpemp, o governo perdeu o Certificado de Regularidade Previdenciária e, conseqüentemente, não poderá fazer mais empréstimo. Não tem dinheiro. Uma emenda minha de 2012 foi publicada, anunciada, tiramos fotos com as entidades, mas ao irmos à área de saúde para receber a emenda, sabem qual foi o anúncio feito pelo secretário? Não temos dinheiro para pagar os R\$400.000,00. O governo não tem dinheiro há um ano. Ao chegar na secretaria, o anúncio é um só: não temos dinheiro para pagar. Obviamente, o deputado fica incomodado, porque a presidenta Dilma cada vez mais anuncia mais recursos para Minas Gerais e não conseguimos saber para onde estão indo esses recursos.

Vem um deputado aqui questionar, por exemplo, a questão do metrô. Deputada Maria Tereza Lara, o deputado do PSDB que me antecedeu conhece muito de metrô. Estamos vendo o que está acontecendo em São Paulo, o “trensão”, com todas essas denúncias envolvendo o metrô de lá. Mesmo assim, eles souberam como operar os investimentos do metrô. São Paulo ainda conseguiu fazer um pouquinho, mas as denúncias mostram todo o esquema de corrupção que houve em torno do metrô. Em Minas, não deram conta nem de investir. Por exemplo, a responsabilidade de apresentação do projeto de mobilidade urbana do anel viário é do governo de Minas. A presidenta Dilma já deixou claro que o dinheiro está à disposição, mas eles não conseguem nem elaborar o projeto. Acho que a corrupção é tão grande que come o dinheiro na fonte. Prova disso é o que fizeram com o governo do Estado, que chegou nessa situação: está quebrado, sem dinheiro, não consegue pagar uma emenda nossa, não consegue cumprir um acordo. Requento acordo o ano inteiro para pagar uma pequena emenda. E não consegue pagar emenda de um ou de outro deputado. O governo do Estado está quebrado. É natural que a população cada vez mais fique consciente dos avanços do governo da presidenta Dilma, que cobre mais de nós. E a presidenta anuncia ainda mais recursos para cá, sabendo das dificuldades pelas quais Minas Gerais passa.

O deputado, angustiado, preocupado, questionou sobre segurança pública, deputado Rogério Correia. Por que não discutimos a segurança pública de Minas Gerais? Ela não tem dinheiro, não tem efetivo. Por que não discutimos a situação das cidades fronteiriças, onde enfrentamos grande problema com furtos e roubos a caixas eletrônicos? Há diversos crimes acontecendo nas cidades que fazem divisa com São Paulo, Goiás e Espírito Santo. É a segurança pública de Minas Gerais que deveríamos debater aqui. É óbvio, é evidente que temos uma responsabilidade com o País. Podemos avançar ainda mais na segurança pública, que é responsabilidade do Estado. Mas aqui Minas Gerais não cumpre seu dever, não destina dinheiro para essa área. Se não fossem os nossos prefeitos e prefeitãs a garantir dinheiro para a gasolina, não haveria carro da polícia rodando nas cidades do interior. Se não disponibilizassem pessoal administrativo para ajudar, não haveria segurança pública. Se os prefeitos não disponibilizassem dinheiro para manutenção de carro, as viaturas ficariam paradas nas cidades. Esse é o caos que impera em Minas Gerais.

O deputado veio aqui, angustiado, nervoso, preocupado, questionando o governo federal sobre o caos instalado no País. Mas isso é porque ele vive em Minas. Devido ao reflexo do caos de Minas, ele acha que isso está acontecendo em todo lado. É o caos da segurança pública em Minas Gerais que faz o deputado do PSDB vir aqui tão angustiado e preocupado com a situação que estamos vivendo, tanto na área da mobilidade urbana, quanto da segurança pública.

Falaram do PIB. Sempre falaram que Minas contribui para jogar o PIB do Brasil para cima, mas, infelizmente, o PIB de Minas caiu. Há lógica em questionar um governo que vem avançando cada vez mais no Brasil, transformando e mudando o nosso país, pois veem o reflexo de um governo em decadência nas Minas Gerais de hoje. Não podemos comparar dessa forma, porque assim vamos imaginar que o Brasil está como Minas: quebrado, decadente. E não é isso, é exatamente o processo inverso.

Por isso, não há dúvida de que a população, ciente de todo o processo, cada vez apoia mais o governo da presidenta Dilma e está preparada para mudar Minas Gerais, para eleger um novo governador, para acabar com essa história de decadência no nosso Estado.

Por fim, companheiros e companheiras, não vou aprofundar-me muito na questão do café, mas queria compartilhar a minha experiência positiva de ontem, em Poço Fundo, em que visitei uma das principais cooperativas do segmento, a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo - Coopfam. Parabênzo os companheiros e amigos da Coopfam. Lá estivemos com investidores do Catar, que estão investindo em mobilidade urbana - deputado Rogério Correia - na cidade de Pouso Alegre. Trata-se de um grande investimento, de mais de R\$1.000.000.000,00 nos próximos cinco anos. Estamos trazendo investidores do Catar para investir em mobilidade urbana no Sul de Minas e os levamos para conhecer um dos melhores cafés do mundo.

O Brasil é o maior produtor de café do mundo, e Minas é o maior produtor do País, mas não tem política alguma para café. Sendo o maior produtor de café do Brasil, o Estado de Minas Gerais deveria ter recursos não apenas para os eventos, que aliás foram muito bons. Na comemoração dos 50 anos da OIC, mais de R\$5.000.000,00 foram investidos pelo governo, mas é necessário investir também em produção, nos produtores, e isso o governo de Minas não faz. É fácil questionar o governo federal, que deveria pensar numa alternativa para o Estado, que é o maior produtor de café. Uma excelente alternativa - e que já conhecíamos - é a Coopfam, que exporta café de qualidade excepcional e cuja marca está consolidada no mercado; que leva o grão a vários países do mundo e está crescendo cada vez mais. É uma cooperativa organizada, tem mais de 270 famílias cooperadas e merece o nosso reconhecimento e os nossos parabéns. Quando há seriedade, competência e qualidade, o resultado é muito positivo.

Se Minas Gerais fizesse do café uma política para dentro, uma proposta para os produtores - e não só uma política de *marketing*, mas uma política para os produtores -, com certeza o nosso Estado despontaria ainda mais. É importante registrar que os nossos produtores merecem toda a atenção, todo o respeito e todo o apoio por levar ao mundo o nome de Minas Gerais, pela qualidade do seu café.



O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Maria Tereza Lara.

A deputada Maria Tereza Lara* - Sr. Presidente, enquanto chegam os deputados, gostaria de fazer uma declaração, de público, uma definição do nosso Bloco Minas Sem Censura.

Com relação ao mérito do projeto, sou favorável pois acho que os trabalhadores brasileiros têm direito a uma previdência complementar. Mas, pelo processo que ocorreu nesta Casa, pela extinção do Funpemp e em consonância com o bloco, declaro publicamente meu voto contrário.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Pompílio Canavez.

O deputado Pompílio Canavez* - Deputado Dinis Pinheiro, nosso presidente, deputadas e deputados, público que nos assiste, deputada Maria Tereza Lara, realmente a forma como se deu o fim do fundo de previdência dos servidores acabou redundando na criação do fundo de previdência complementar.

Queria mencionar o que a imprensa publica hoje; infelizmente é algo de se lamentar. O jornal *O Tempo* de hoje noticia a estagnação da economia do nosso Estado, o que é terrível porque significa menos empregos, menos desenvolvimento, menos recursos para os municípios, para a saúde e para a educação. Minas cresceu apenas 0,2%, enquanto o Brasil cresceu 2,4% - e também é pouco. Se Minas tivesse alcançado um crescimento maior, se a sua economia não fosse tão dependente do café e da mineração, certamente os impactos desses produtos não seriam tão fortes e não afetariam tanto o nosso desenvolvimento.

Constatamos, em todo o Estado, um profundo reflexo que é consequência dessa estagnação. Esse foi o termo utilizado pelo jornal *O Tempo*, que declara aqui “estagnada”. Ora, estagnada é algo que está completamente parado, sem vida, sem perspectiva. Ou seja, o problema não se resolverá agora, porque o nosso Estado depende demais da cafeicultura, da mineração e não tem, como outros Estados, outras vocações econômicas ou os governos não souberam até hoje aproveitar os próprios recursos naturais que temos. A nossa cafeicultura é desenvolvida e bem-feita pelos nossos cafeicultores, então, como os governos não souberam aproveitá-la, a economia de Minas está estagnada. É por isso que essa matéria está aqui na página de *Economia* do jornal *O Tempo*. De maneira geral, isso terá reflexo claro na economia do Estado.

Também há outro exemplo: já que é para falarmos o que sai na imprensa, saiu aqui também no jornal *Estado de Minas*: “Guerra total à dengue”. O nosso Estado foi recordista em dengue no ano passado e neste ano. Sou da Comissão de Saúde - inclusive, até chamamos o secretário Antônio Jorge para que os mineiros pudessem entender por que Minas Gerais detém esse terrível recorde de casos de dengue no Brasil. Pelo que estou vendo aqui e para quem lê a matéria direito, infelizmente pode-se prever que manteremos o recorde de números de casos de dengue e até aumentaremos, porque não há recursos para investimentos e nenhuma política em que possamos sentir confiança. Os municípios são deixados a sua própria sorte.

Na semana passada houve o encontro dos prefeitos capitaneados pela AMM para tratar sobre a dificuldade dos municípios mineiros. Não pude estar presente, mas, como fui candidato à presidência da AMM e fui prefeito da minha querida Alfenas, sempre digo que, se o governo do Estado cumprisse o que tem de cumprir, os municípios teriam outra realidade, outra situação. O deputado Ulysses Gomes, que me antecedeu, falou da precariedade da segurança e ainda citou a nossa região, a extensa fronteira que o Sul de Minas tem com São Paulo e com o Rio de Janeiro. Há precariedade da Polícia Militar; há precariedade da Polícia Civil; há falta de recursos. O deputado Adelmo Carneiro Leão falou disso aqui no dia da reunião do “Basta” que, aliás, teve participação de poucos prefeitos. Quantas vezes os prefeitos não têm de pegar recursos que seriam melhor empregados no município em várias áreas para colocar gasolina no carro da polícia ou poder comprar pneu? Quando era prefeito, 30 servidores eram pagos pelo município e trabalhavam em uma delegacia regional em Alfenas. Na época, o secretário de Defesa ficou preocupado e até me pediu que diminuísse o número de servidores. Falei com ele: “Olha, se o Estado cumprir o seu papel e contratar servidores, destinar delegados, escrivães e pessoal administrativo para a delegacia, será bom porque esse pessoal poderá ser colocado em outro lugar”. Como o Estado não faz isso, a segurança da cidade fica em risco; como o Estado não cumpre o seu papel, o município acaba tendo de cumpri-lo. Hoje, Rogério, o prefeito que está lá não faz mais isso, e uma pesquisa recente mostrou que a cidade foi tomada pelo tráfico, pela insegurança, pelo pânico, pelo medo das pessoas de saírem às ruas. Não há investimento do Estado, e o município também não quer investir. Ele será tomado pela dengue.

Rogério, até mostrei a matéria do jornal *Estado de Minas* sobre a dengue. Nós fomos recordistas em casos de dengue e seremos recordistas no ano que vem, porque nada está sendo feito de maneira eficiente, de maneira eficaz para combater a dengue. Estou vendo aqui o meu companheiro Cornélio Souza Cruz, do Sul de Minas, que sabe o que estou dizendo. Em Nepomuceno, em Lavras, em Carmo, em toda aquela região a dengue está tomando conta. Os prefeitos estão trabalhando, mas eles não dão conta. Se não houver uma política pública, definida, bem feita pelo governador, vamos conviver com esses recordes, que vêm sobretudo, de um termo que o Jornal *Estado de Minas* usou: estagnação. Quando se usa esse termo significa que a coisa vai muito mal e que não há perspectiva de melhorar. Dr. Wilson, o senhor que é da Comissão de Saúde, como eu, sabe que procuramos o secretário, que explicou, explicou e ficamos do mesmo jeito. Estamos preocupados porque além da campanha, quais são as medidas direcionadas que o governo do Estado está implantando para dar conta do mosquito? Estamos sendo vencidos pelo mosquito. É triste saber que existem crianças adoecendo, que existem idosos adoecendo por falta de uma política mais séria, mais bem definida. Uma política que nos dê tranquilidade em relação à saúde. Era isso, Sr. Presidente.

O presidente - A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio



Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

- Registram "não" os deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Durval Ângelo - Gilberto Abramo - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Ulysses Gomes.

A deputada Rosângela Reis - Meu voto também é "sim", Sr. Presidente

O deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, meu voto é "não".

A deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, meu voto é "não".

O presidente - Estão computados. Votaram "sim" 42 deputados. Votaram "não" 14 deputados. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 3. Em votação, as Emendas nºs 4 a 7.

- Registram "sim" os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Cabo Júlio - Durval Ângelo - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

- Registram "não" os deputados e as deputadas :

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

O deputado Fred Costa - Sr. Presidente, gostaria que fosse registrado meu voto "não".

O deputado Carlos Henrique - Meu voto é "sim", Sr. Presidente.

O presidente - Estão computados. Votaram "sim" 14 deputados. Votaram "não" 42 deputados. Estão rejeitadas as Emendas nº 4 a 7. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 53/2013 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, esse painel está parecendo a CBF em jogo do Fluminense, fica parada até virar o jogo. Não entendo isso.

O presidente - Peço desculpas, deputado Rogério Correia. O deputado Luiz Humberto Carneiro acabou me confundindo, mas já chamei a atenção dele.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. No decorrer da discussão foi apresentado ao projeto o Substitutivo nº 2. Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Valadares em que solicita a inversão na preferência da votação, de modo que o Substitutivo nº 2 seja apreciado em primeiro lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o deputado Fred Costa.

O deputado Fred Costa* - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V. Exa. e os demais pares desta Casa que participaram não só da discussão do projeto de lei, mas também, posteriormente a ela, do entendimento e da elaboração da emenda que agora votaremos.

Quero lembrar aos nobres pares que, entre os 27 estados da Federação, 20 já têm lei específica que trata do transporte intermunicipal para os idosos, em 7 deles limitando-se a dois salários mínimos a renda individual para, dessa forma, resolver um problema existente, já que, há praticamente duas décadas, existe legislação específica em Minas Gerais que não era cumprida. No transporte rodoviário, o idoso já consegue viajar gratuitamente; também no transporte municipal, dentro de Belo Horizonte, com o cartão BHBUS Master; e, a partir de fevereiro, com o cartão Ótimo Master, isso ocorrerá na região metropolitana.

Agora, com essa emenda construída a várias mãos, repito, com a participação e o esforço de vários deputados estaduais, estabelecemos que os idosos acima de 65 anos, com renda individual inferior a dois salários mínimos, terão direito ao transporte gratuito, limitado a dois assentos por viagem, desde que façam a solicitação até 12 horas antes e haja um desses dois locais disponíveis. Quero aqui fazer justiça ao autor do projeto, o deputado Alencar da Silveira Jr., até aos deputados signatários da emenda, deputada Liza Prado e deputados Dinis Pinheiro, Leonardo Moreira, Sávio Souza Cruz e outros. Enfim, esperamos, dessa forma, fazer justiça a algo que já é direito, mas que não estava sendo cumprido, sendo necessário o aprimoramento da lei.

Lembramos que, até o ano de 2050, prevê-se que o Brasil terá a maior população de idosos do mundo. O Japão, hoje, já tem 50 mil idosos com mais de 100 anos. E Belo Horizonte, Minas Gerais, agora sob a liderança do nosso presidente, está avançando muito, não só com essa emenda em relação ao transporte coletivo público, mas também com o projeto que votaremos neste final de ano e que trata do fundo do idoso, que viabilizará recursos para políticas públicas específicas.

Agradeço a compreensão dos nobres pares. Não quero ocupar ainda mais o tempo, portanto acabo utilizando 4 minutos. Não poderia deixar de fazer esse registro e de parabenizar todos os pares pelo esforço de votarmos essa matéria de extrema relevância para os idosos de hoje e, se Deus quiser, para todos nós, que seremos idosos amanhã.

O presidente - Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às



deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 2.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O deputado Vanderlei Miranda - Registro "sim", Sr. Presidente. Esses terminais já entraram em recesso.

O presidente - Está computado. Votaram "sim" 57 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 493/2011 na forma do Substitutivo nº 2 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, apenas para agradecer ao Plenário, gostaria que V. Exa. pedisse ao secretário da Mesa para divulgar o nome do autor do projeto.

O presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.180/2013, do governador do Estado, que altera o anexo da Lei nº 18.692, de 30/12/2009, que uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual, compreendidos no âmbito dos programas sociais que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 56 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.180/2013 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.439/2013, do governador do Estado, que extingue o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Política Agropecuária opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Política Agropecuária, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 4, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 3. Com a aprovação do Substitutivo nº 4, ficam prejudicadas as Emendas de nºs 1 a 7. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, esse projeto do governo está no rol do que o governo chama, equivocadamente, de reforma administrativa. E já seria um absurdo fazer uma reforma administrativa em fim de governo; ano que vem vamos entrar em processo de eleição, e o governo está falando de reforma administrativa. Na verdade ele está, com esse projeto, acabando com o Instituto de Terras, e temos um posicionamento contrário a isso.

O Iter é um instituto que foi criado a partir de muita luta dos trabalhadores rurais sem terra, da Fetaemg, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, da Fetraf e, em especial, dos pequenos produtores, e seu objetivo é colaborar com a reforma agrária; por isso, deveria colaborar com a regularização fundiária, com a regularização dos lotes de terras, com projetos como o do crédito fundiário, que é importante em âmbito federal, mas que o governo do Estado de Minas, infelizmente, não consegue encaminhar. Assim, em vez de ser uma solução para este governo, notadamente o PSDB, o Instituto de Terras passou a ser um problema, por não conseguir executar as políticas públicas.

Agora a solução do governo é a pior de todas. Ele quer acabar com o Iter e, com isso, não ter mais nenhuma responsabilidade com a questão agrária em Minas Gerais, seja com a reforma agrária ou com os problemas que envolvem terras devolutas, que é algo fundamental. Existem milhões de hectares de terras devolutas no Estado. O governo de Minas não consegue colocar nada à disposição da reforma agrária, e o deputado Adelmo Carneiro Leão acompanhou bem esse problema quando esteve à frente do Incra. Apenas



uma única terra que diz respeito a uma ocupação feita pelo MST em Rio Pardo de Minas, em Vereda Funda, foi repassada ao Incra. Somente após muita ocupação e muita luta conseguimos que o Iter fizesse o repasse dessas terras para o Incra para efeito de reforma agrária, e hoje existe lá um belo assentamento de reforma agrária.

Existem milhares de hectares de terras devolutas, e o Iter nada consegue fazer porque não há uma política para isso neste governo. A solução do governo é a pior possível. Ele pega a criança e joga fora com fralda, água suja e tudo e acaba com o Iter. Aliás, aqui esteve um camponês que disse, com muita propriedade, o seguinte: “Uai, lá na minha terra, quando a enxada está ruim porque o cabo quebrou, a gente conserta e não joga fora porque é pior e não vamos conseguir plantar nada”. O que o governo está querendo fazer é exatamente acabar com o instrumento de realização de reforma agrária.

Quero terminar para ser rápido. O Iter é uma conquista do trabalhador. Ele é fruto de uma árdua conquista do trabalhador. O governador Itamar Franco, depois de uma pressão muito grande, enviou um projeto de lei para a Assembleia Legislativa, e nós aprovamos a criação do Iter. E agora este governo está terminando com o Iter. Com muito custo, agora o governo enviou um substitutivo porque procurei pressionar mediante várias reuniões realizadas a pedido meu, com a presença do governo e, em especial, do sindicato dos trabalhadores rurais, no qual ele mantém o fim do Iter, mas cria uma superintendência de regularização fundiária dentro da Subsecretaria da Agricultura Familiar. Foi a única coisa que conseguimos para evitar um mal maior, que era acabar com tudo. A proposta original era remeter tudo isso para a Ruralminas, mas, como ela não tem a menor condição de desenvolver políticas públicas para a agricultura familiar e para a regularização fundiária, na prática, isso iria acabar.

Existe uma PEC do governador - felizmente ela não entrou na pauta e espero que não entre nunca -, que permite ao governo, em vez de doar a terra para a reforma agrária, doá-la para empresas agrícolas, inclusive para as plantadoras de eucalipto e para as mineradoras. Essa PEC está tramitando aqui, se for aprovada realmente não vamos precisar mais do Iter já que as terras devolutas do Estado serão passadas para as grandes mineradoras ou para as grandes plantadoras de eucalipto. Vejam até onde vai a consciência do governo em relação à questão dos sem-terras e da reforma agrária. É por isso que querem acabar com o Iter. O desejo deles é pegar as terras devolutas e passá-las aos grandes proprietários, plantadores de eucalipto e às mineradoras, deputado Sargento Rodrigues. Realmente, nesse caso, já não vão precisar do Iter. Tudo será passado para a Ruralminas que vai distribuir a terra para os grandes proprietários. É isso o que está posto na cabeça do governo. Este é um governo a favor do latifúndio e dos ruralistas e contra a reforma agrária e o pequeno produtor. Esse é o espelho do governo.

Sr. Presidente, o máximo que se conseguiu nesse substitutivo, que é melhor do que o projeto original, foi criar uma superintendência de regularização fundiária dentro da Subsecretaria da Agricultura Familiar, para substituir as funções do Iter. Recomendo aos companheiros do bloco que votem contra. Não podemos votar favoravelmente e acabar com o Iter. Vamos votar contra e que seja aprovado esse substitutivo que é um mal menor. Votemos contra o fim do Iter. Obrigado, presidente.

O presidente - A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 4, salvo emendas.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

- Registram "não" os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Durval Ângelo - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

O deputado Juarez Távora - Registro o meu voto “sim”.

O presidente - Está computado. Votaram “sim” 44 deputados. Votaram “não” 13 deputados. Está aprovado o Substitutivo nº 4, salvo emendas. Com a aprovação do Substitutivo nº 4, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 a 3 e as Emendas nºs 1 a 7. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.439/2013 na forma do Substitutivo nº 4. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Prorrogação da Reunião

O presidente - A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga a reunião até às 13h59min.

Declaração de Voto

O deputado Rogério Correia - Só quero declarar meu voto rapidamente, Sr. Presidente. No projeto aprovado, foi rejeitado o Substitutivo nº 3, que apresentamos em nome do bloco. Esse substitutivo garantia a permanência do Iter e criava uma secretaria de agricultura familiar e regularização fundiária, exatamente como existe hoje no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Então, quanto a esse aspecto, votamos contrários à retirada do Iter e apresentamos - e ele foi rejeitado - um substitutivo completo. Sr. Presidente, quero ressaltar mais uma questão importante: foi feito também um compromisso do governo tendo em vista a criação de uma diretoria de pesca e aquicultura. Deputado Gilberto Abramo, o governo comprometeu-se a criar essa diretoria. Não seria nesse projeto, mas lembro que houve conversações com a secretária Renata Vilhena e o secretário de Agricultura para que houvesse pelo menos uma diretoria que cuidasse da questão da aquicultura e pesca em Minas Gerais, o que não existe até hoje. Faço apenas essa lembrança para cobrar, desde já, do governo a criação dessa diretoria. Obrigado.

O presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.440/2013, do governador do Estado, que altera as Leis Delegadas nº 179, de 1º/1/2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura administrativa pública do Poder Executivo do Estado, e nº 180, de



20/1/2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Prevenção e Combate às Drogas opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 5, apresentadas em Plenário. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicadas as Emendas nºs 6 a 11. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cabo Júlio.

O deputado Cabo Júlio* - Sr. Presidente, pretendo ser bastante rápido. Acho que na relação entre oposição e situação precisamos, em alguns momentos, ter a tranquilidade de entender que algumas vezes os apelos da oposição são acatados, líder Mourão, pelo governo.

Quero, publicamente, fazer um agradecimento especial ao governador Antonio Anastasia e dizer o porquê. No projeto original, havia a previsão de extinguir a subsecretaria de políticas para a juventude. Então, pedimos uma audiência ao governo, junto à juventude partidária de todos os partidos, da direita e da esquerda.

Estava lá representada a juventude do PT, do PSDB, do PDT, do PPS, do PMDB, do PP, ou seja, todas as juventudes partidárias. Tivemos uma reunião com o governador do Estado, em que solicitamos que revertesse sua posição. Quem representava o PT era o presidente nacional, que, se não me engano, veio de Aracaju ou do Piauí para essa reunião. Estava na contramão a ideia de transformar a subsecretaria apenas em uma coordenadoria. O governo federal fazia isso, e os governos estaduais estavam, pelo contrário, transformando subsecretarias em secretarias. O governador disse: "Vou analisar, porque a ideia é justamente enxugar". Cerca de 15 ou 20 dias depois, em uma solenidade, estive com o governador, que me disse: "Deputado, pode dizer às juventudes partidárias que acatei o pleito delas e não mais transformarei a subsecretaria em uma coordenadoria".

Então, fica aqui, por questão de justiça, líder Mourão, nosso agradecimento em nome das juventudes partidárias que foram lá. Falo isso porque fui provocado pelo meu filho, Bruno Júlio, secretário-geral nacional do PMDB, que foi quem me provocou para entrar nessa discussão. Fica aqui nosso agradecimento ao governo, em especial ao governador Anastasia, por ter acatado nossa sugestão e não ter extinto, na reforma administrativa, a Subsecretaria de Políticas para a Juventude. É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O presidente - A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 3, salvo emendas.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Cabo Júlio - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

- Registram "não" os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Adélmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

O deputado Bosco - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O presidente - Está computado. Votaram "sim" 43 deputados. Votaram "não" 14 deputados. Está aprovado o Substitutivo nº 3, salvo emendas. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2 e as Emendas nºs 1, 2 e 6 a 11. Em votação, as Emendas nºs 3 a 5.

- Registram "sim" os deputados e a deputada:

Adélmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Cabo Júlio - Celinho do Sinttrocel - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Liza Prado - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

- Registram "não" os deputados e as deputadas :

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 17 deputados. Votaram "não" 39 deputados. Estão rejeitadas as Emendas nºs 3 a 5. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.440/2013 na forma do Substitutivo nº 3. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Questão de Ordem

O deputado Vanderlei Miranda - Sr. presidente, tenho em mãos uma decisão da presidência, de 26/4/2011, que diz o seguinte: "A presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, considerando que, na 28ª Reunião Ordinária, em



26/4/2011, os deputados Célio Moreira e Sávio Souza Cruz suscitaram questão de ordem acerca da correta aplicação do art. 102 do Regimento Interno, no que diz respeito aos temas pertinentes a cada comissão permanente; considerando, ainda, que a interseção entre os temas das diversas comissões é fato comum, que pode e deve contribuir para o aperfeiçoamento do processo legislativo e, em última análise, da democracia; considerando, ainda, que, nos termos do art. 81 do Regimento Interno, é prerrogativa do presidente da Assembleia a direção e a ordem dos trabalhos institucionais, decide: I - Havendo interseção temática em reunião com a presença de convidados, audiência pública, debate público ou visita, sua organização promover-se-á de forma conjunta pelos presidentes das comissões afetas. II - Ocorrendo divergência entre as comissões envolvidas, essa deverá ser resolvida no âmbito do Colégio de Presidentes, nos termos do art. 2º da Deliberação nº 1.735/1999, cabendo recurso nos termos do art. 6º do mesmo instrumento. Por oportuno, lembra ao Plenário que, mais que de determinada comissão, um evento institucional vincula toda a Assembleia Legislativa, com reflexos na imagem do poder e na sua relação com a sociedade”. Sr. presidente, suscitei essa questão de ordem para trazer à memória, já quase no final dos trabalhos deste ano, uma decisão da presidência: quando as discussões em comissão coincidirem, embora sejam comissões diferentes, elas devem interagir. Contudo, durante todo este ano, foi recorrente uma determinada comissão tratar de um assunto pertinente a outra, mas essa outra não ter sido sequer comunicada desse fato. Gostaria que o que foi decidido por V. Exa. mesmo - já que a data é 2011 e já era presidente desta Casa - de fato valesse e que o Colégio de Líderes pudesse referendar isso mais uma vez, para que, ainda que não participemos, sejamos notificados de que determinada comissão está tratando de um tema que é pertinente a outra, até por uma questão de respeito, de ética e de boa parceria de trabalho na Casa. Peço que faça valer essa decisão da presidência. Esta é a minha questão de ordem.

O presidente - V. Exa., deputado Vanderlei Miranda, está revestido de razão.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.441/2013, do governador do Estado, que extingue o Departamento Estadual de Telecomunicações - Detel - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 3. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Vanderlei Miranda.

O deputado Vanderlei Miranda - Sr. presidente, já discutimos aqui esse Projeto de Lei nº 4.441. Ele voltou à Comissão de Administração Pública e, agora, retorna ao Plenário. Gostaria de merecer a atenção de V. Exa. e do vice-presidente para dizer que apresentarei uma emenda em 2º turno, mas gostaria de fazer um acordo. Retorno ao assunto que tratei ontem da tribuna, que foi a fragmentação do Detel.

Primeiro o extinguiu, agora não o extingue mais, fragmenta-o todo e transfere à Rede Minas a responsabilidade de gerenciar as tevês chamadas ou consideradas não comerciais. O meu apelo é para que tanto as tevês não comerciais quanto as comerciais - hoje, o Detel tem a responsabilidade de fiscalizá-las e acompanhá-las - continuem no Detel, permaneçam como estão no Detel. Como disse ontem, a Rede Minas não tem estrutura para assumir esse pacote da fragmentação que está sendo encaminhado para lá, deputado Ivair Nogueira. Vou fazer o encaminhamento, claro, com a aquiescência do nosso bloco, para que o Detel continue cuidando das tevês comerciais e não comerciais e que não as repasse à Rede Minas, por uma questão estrutural.

Sr. Presidente, lembro mais uma vez que sabatinei aqui o diretor da Rede Minas. Sabemos que na Rede Minas há uma deficiência estrutural de pessoal. Com mais essa carga, com toda a certeza, isso pode prejudicar as tevês que já estão funcionando. Tudo pode perfeitamente continuar na estrutura do Detel, atendendo-se aquilo que o governo está querendo dentro do projeto, apenas mantendo-se a estrutura atual, ou seja, tevês comerciais e não comerciais sob a responsabilidade, a gerência, a fiscalização e o acompanhamento pelo Detel. Essa é a minha questão em relação ao encaminhamento. Naturalmente vou votar “sim” ao projeto, em primeiro turno, mas encaminhando essa emenda para que o Detel fique com o trabalho de acompanhar, fiscalizar e fazer tudo o que lhe compete.

O presidente - A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

- Registram "não" os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Almir Paraca - André Quintão - Carlos Henrique - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram "sim" 44 deputados. Votaram "não" 9 deputados. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes -



Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

- Registram "não" os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Almir Paraca - André Quintão - Carlos Henrique - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram "sim" 44 deputados. Votaram "não" 9 deputados. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 e 2.

Questão de Ordem

O deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, embora haja parecer pela rejeição da Emenda nº 3, essa emenda está tratando exatamente do que eu disse aqui anteriormente: a unificação desse gerenciamento no Detel. Apenas isso, não está mudando nada mais, nada menos, nem mexendo no projeto como um todo. Apenas não está sobrecarregando a Rede Minas com mais funções, que, com certeza, vai ter dificuldades para exercer. Não sei o motivo do parecer pela rejeição. O Detel não está sendo extinto. Num primeiro momento, a proposta era extingui-lo. Repito: o Detel não está sendo extinto. Acredito que não há razão para que essa emenda não seja acatada. Faço um apelo aos colegas deputados e deputadas para que votem pela aprovação da emenda. Se, infelizmente, eu for vencido nessa votação, vou reapresentá-la em 2º turno. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente - Em votação, a Emenda nº 3.

- Registram "sim" os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Fred Costa - Gilberto Abramo - Inácio Franco - João Leite - Leonídio Bouças - Liza Prado - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

- Registram "não" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

O deputado Juarez Távora - Sr. Presidente, o meu voto é "não".

O deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, por favor, solicito que seja retificado o meu voto. Meu voto é "não".

O presidente - Estão computados. Votaram "sim" 19 deputados. Votaram "não" 35 deputados, totalizando 54 votos. Está rejeitada a Emenda nº 3. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.441/2013 na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.442/2013, do governador do Estado, que extingue a autarquia Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - Ademg - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 1. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

- Registram "não" os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Carlos Henrique - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram "sim" 45 deputados. Votaram "não" 7 deputados. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados e a deputada:

Almir Paraca - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

- Registram "não" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado -



Luzia Ferreira - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

O deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, solicito a retificação de meu voto. Meu voto é "não".

O presidente - Está computado. Votaram "sim" 10 deputados. Votaram "não" 41 deputados. Está rejeitada a Emenda nº1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.442/2013 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declaração de Voto

O deputado Rogério Correia - A emenda rejeitada era para que a Ademg publicasse os contratos feitos. Essa forma do governo de acabar com os órgãos é meio estranha. O Iter terminou de maneira melancólica, sem que houvesse controle do que lá ocorreu. Lembro que houve uma crise enorme dentro do Instituto de Terras. Até hoje, há auditoria e, na Justiça, um procedimento contra processos ilegais e de corrupção que existiram no órgão. Quanto à Ademg, gostaríamos que os contratos e convênios fossem publicados. Ela está sendo extinta sem que isso aconteça. Portanto, ficamos na dúvida se há uma espécie de queima de arquivo nesses institutos que estão acabando dessa forma. É estranho que o governo acabe com a Ademg. Poderia haver outra opção. O Mineirão foi praticamente doado para a Minas Arena. Poderia haver outra opção, como recorrer a empréstimos junto ao BNDES, recursos que poderiam beneficiar o Estado de Minas Gerais e os clubes mineiros. Em vez disso, fez-se esse acordo com a Minas Arena, numa licitação, no mínimo, esquisita. Existem dois processos na Justiça relativos ao Mineirão. Um, no Ministério Público Federal, questionando o fato de não ter havido licitação para a contratação da empresa Gustavo Penna, que ganhou o procedimento e foi a única que concorreu para as obras de engenharia e arquitetura, isso do ponto de vista do projeto. Nesse caso, não houve licitação, e no Ministério Público Federal já existe questionamento quanto à falta de licitação. É algo que ficou caríssimo. Foram quase R\$19.000.000,00 de um projeto de engenharia e arquitetura para a reforma do Mineirão. Muito estranho. Posteriormente, esse projeto nem sequer foi usado pela empresa que ganhou a licitação. Ela ganhou a licitação, sabendo que poderia alterar o projeto. Ou seja, o projeto era para uma obra cara, mas se fez uma obra muito mais barata, porém contratada por um preço milionário. A empresa foi contratada sem usar o projeto. Isto é, pagou-se a uma empresa sem que ela fosse utilizada. É uma das coisas mais esquisitas e impróprias que já vi acontecer em administração pública. Semelhante a isso, talvez tenha sido apenas a licitação que pretendiam fazer para construir um hotel no prédio do Ipsemg, mas, com muitas denúncias, conseguimos derrubá-la. No Poder Judiciário, existe outra ação de improbidade administrativa e desvio de recursos à qual o Ministério Público do Estado deu entrada, a partir da auditoria do Tribunal de Contas, que detectou vários procedimentos ilegais, fraudes no pagamento de obras! Foram pagas, e não foram realizadas. Houve jogo de planilha e também a prática de preços exorbitantes por meio de superfaturamento. Tudo isso no procedimento de construção do Mineirão. Foram duas ações judiciais, uma do Ministério Público Federal, outra do Ministério Público Estadual. Agora, melancolicamente, acaba-se com a Ademg, sem que nada disso tenha sido esclarecido, sem sequer ser publicado o que deveria, por meio dos contratos. A Assembleia ficou calada. Há 22 assinaturas para se instaurar uma comissão parlamentar de inquérito para apurar o que ocorreu no Mineirão, e a base governista não permite a instauração dessa CPI nesta Casa. Para terminar, gostaria de dizer que o deputado Pompílio nos lembrou de um grave problema que teremos no próximo ano: o problema com a dengue, com o mosquito da dengue. Neste ano fomos campeões de casos de dengue. Podem escrever, no ano que vem, vamos ser campeões novamente. O governo disse que disponibilizou R\$70.000.000,00, mas ele mesmo está anunciando que virá uma nova crise em relação à dengue. Há um projeto de lei, de minha autoria, parado na Comissão de Justiça, que expõe sobre como combater a dengue em Minas Gerais. Não há planejamento na Secretaria de Saúde, e, por isso, o Estado é campeão no que diz respeito à dengue. Em vez de se acabar com a dengue, acabam com a Ademg. O governo erra até na sigla. Obrigado.

O presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.443/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre a absorção pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA - da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nº 1 e 2, da Comissão de Administração Pública, e com a Emenda nº 3, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 4. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

- Registram "não" os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Almir Paraca - André Quintão - Carlos Henrique - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

O deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, queria registrar o meu voto "sim", por favor.



O presidente - Está computado. Votaram “sim” 44 deputados. Votaram “não” 12 deputados. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3.

- Registram “sim” as deputadas e os deputados:

Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

- Registram “não” os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Almir Paraca - André Quintão - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram “sim” 39 deputados. Votaram “não” 12 deputados. Estão aprovadas as Emendas nºs 1 a 3. Em votação, a Emenda nº 4.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Almir Paraca - André Quintão - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Célio Moreira - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

- Registram “não” as deputadas e os deputados:

Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 14 deputados. Votaram “não” 42 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 4. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.443/2013 na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 4.784/2013, da Mesa da Assembleia, que fixa normas sobre a remuneração e as verbas indenizatórias do deputado estadual. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, serei breve. Gastarei menos tempo que o permitido para encaminhamento de votação, que é de 10 minutos. Não poderia, Sr. Presidente, deixar de trazer a esta tribuna uma denúncia gravíssima que chegou ontem ao nosso gabinete. Já que estamos falando em encerrar o pagamento do auxílio moradia para deputados, mais uma vez, o “tribunal de injustiça militar” dá provas a todos os deputados desta Casa da razão por que ele não deve existir. O Ministério Público estadual solicitou à Justiça Militar de 1ª grau que abrisse inquérito em desfavor do Cel. Dilmar Fernandes Crovato, comandante da 9ª Região, em Uberlândia. O Juiz Paulo Tadeu Rosa, da 2ª Auditoria da Justiça Militar, que é juiz concursado, determinou a abertura do inquérito policial militar para apurar, em desfavor do Cel. Dilmar Fernandes Crovato, os crimes, em tese, de prática de condescendência criminosa e prevaricação.

Pasmem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o corregedor recebeu a determinação do juiz! Deputada Rosângela Reis, o corregedor da Polícia Militar, Cel. Hebert Fernandes Souto Silva, recebeu a ordem do juiz, determinou a abertura do inquérito policial militar para apurar os crimes contra esse coronel. Deputado Inácio Franco, esse mesmo corregedor, o mesmo Cel. Hebert, e aqui aqueles que são advogados sabem exatamente a dimensão, deputado Sebastião Costa, dessa denúncia, o mesmo corregedor vai ao “tribunal de injustiça militar” e impetra um *habeas corpus*. Sabe para quê, deputado Inácio Franco? Para trancar o inquérito cuja abertura ele mesmo determinou. O corregedor mesmo, que é a figura do Estado para acusar os policiais, saiu em defesa do outro coronel, impetrando um *habeas corpus* em nome de Dilmar Fernandes Crovato. Deputado Inácio Franco, o que acontece no “tribunal de injustiça militar”? Sabe o que acontece, deputado Bonifácio Mourão, V. Exa., que é advogado constitucionalista? O juiz, Cel. Rúbio Paulino Coelho, deferiu a liminar e trancou o inquérito policial. Ou seja, um coronel corregedor determina a instauração de inquérito, deputado Dilzon Melo, em desfavor de um coronel da ativa. Mas o mesmo corregedor, que é pago pelo Estado para acusar, impetra um *habeas corpus* preventivo em nome do acusado, e o juiz do “tribunal de injustiça militar”, que também é coronel, concede a liminar e tranca o processo.

Por qual motivo foi feito esse conluio, esse compadrio entre os três coronéis? O Código de Processo Penal Militar prevê que, se o oficial da Polícia Militar estiver sendo processado, não pode se aposentar - o termo é “reformar”. E o Cel. Crovato completaria 30 anos de polícia em 1º/2/2014. Portanto, mais uma vez o acerto de compadrio, de coronelismo no Tribunal, em que não existe justiça. Essa é uma denúncia gravíssima; não podemos permitir que situações como essa continuem acontecendo nas nossas barbas, debaixo dos nossos olhos. Para que V. Exas. tenham noção exata desse conluio, desse compadrio de coronéis, basta saber onde a esposa do corregedor trabalha. Ela é cabo da Polícia Militar, da ativa, e ocupa um cargo no Tribunal de Justiça Militar. Aí está o motivo pelo qual temos de acabar com esse tribunal. As coisas são muito escancaradas nesse lugar.

Não poderia, Sr. Presidente, deixar de fazer essa denúncia. Imaginem que o corregedor, que é pago para denunciar, ele mesmo entra com *habeas corpus*. E foi difícil conseguir o referido documento, pois estava trancado a sete chaves. Aqui se encontra o *habeas corpus*, datado de 4/12/2013, em que Hebert Fernandes Souto Silva, coronel corregedor da Polícia Militar de Minas Gerais, é impetrante. Ele não teve sequer o zelo de colocar outro endereço no documento em que consta a sua qualificação: “Cel. PM. Hebert Fernandes Souto Silva - nº 84.107-2 - corregedor da Polícia Militar de Minas Gerais, com sede à Rua Rio de Janeiro, 471, capital,



vem, respeitosamente, impetrar o presente *habeas corpus* preventivo com pedido de liminar". É uma balbúrdia, é um escândalo esse tribunal. Não podemos aceitar essa denúncia, que é gravíssima.

Esprei atentamente para fazer o encaminhamento dessa matéria no projeto de resolução da Mesa porque nós, aqui, estamos dando exemplo, cortando auxílio-moradia, enquanto lá, o salário é R\$50.000,00, R\$60.000,00, R\$80.000,00, R\$90.000,00. Esperamos que esta Casa não se cale e tome providências no tocante a essa denúncia. O requerimento já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos, e investigaremos mais essa violação do Estado Democrático de Direito praticada por esse compadrio, por esse conluio de coronéis do Tribunal de Justiça Militar.

O presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Registro de Presença

O presidente - Saúdo e registro a presença do ex-deputado Alberto Bejani. Seja muito bem-vindo; é uma alegria revê-lo. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Fred Costa.

O deputado Fred Costa* - Sr. Presidente e nobres pares, ontem falei várias vezes aqui a respeito do Projeto de Lei nº 3.649 e, de forma bem sucinta e objetiva, quero lembrar o projeto que discutia e votava o Código Florestal. Apresentei uma infinidade de emendas de defesa e proteção animal, que não foram acatadas na Comissão de Meio Ambiente - que era própria para tratar do assunto - sob o argumento de que defesa e proteção animal não se inseriam no contexto do Código Florestal. Fiquei surpreso, indignado; porém o tempo passa e nos deparamos com uma surpresa ainda mais assustadora.

O projeto que já citei aqui trata do monumento natural estadual do Pico do Ibituruna, localizado em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce. Trata-se de uma proposta muito digna de preservação da área. Infelizmente, na noite de segunda-feira, às 21 horas, essa mesma comissão, que não aprovou naquele momento a matéria que eu entendia ser pertinente ao projeto votado, aprovou uma emenda que trata da flexibilização da Mata do Cercadinho, diminuindo essa área de 224ha para 154ha, aproximadamente um terço. Porém, essa mata se localiza na RMBH, especificamente entre Belo Horizonte e Nova Lima.

Não quero entrar no mérito dos impactos arquitetônico, ambiental, visual, sonoro, de trânsito e de quanto o problema do trânsito é sério naquele local, mas quero aqui fazer um apelo ao presidente, que tem demonstrado inata vocação e capacidade para liderar, atuando com um brilhantismo sem igual à frente dos nossos trabalhos. Sr. Presidente, quero fazer um apelo porque afirmo que é uma emenda *frankenstein*, nada sendo pertinente ao assunto. Somado a isso, peço a atenção total dos pares neste momento: existe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que é a Lei nº 9.985, de 2000. No seu art. 22, trata especificamente da redução das unidades de conservação e, no seu § 7º, estabelece o seguinte: "Somente poderá ser passível de diminuição através de lei específica a área de proteção e defesa do meio ambiente".

Portanto, Sr. Presidente, com sua competência e vontade de servir o povo mineiro, não aceite a emenda ao requerido projeto por não ser a matéria pertinente. Confiamos no seu trabalho e na sua seriedade...

De qualquer forma, agradeço a V. Exa. ainda pela paciência e pela compreensão de me escutar até o presente momento. Não poderia deixar de fazer isso porque essa matéria está me deixando demasiadamente indignado.

O presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* - Sr. Presidente, serei muito breve. Peço *venia* aos nossos pares para dizer que, até a legislatura passada, eu tinha a certeza de que aqui tínhamos um tipo de deputados: 77 deputados trabalhadores. Já nesta legislatura temos dois tipos: os que trabalham e os marqueteiros. Era apenas isso que eu tinha para dizer.

Questão de Ordem

O deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, sinto-me na obrigação de dar uma explicação. O deputado Fred Costa insiste em defender uma situação porque ele foi derrotado na comissão. Ele queria que fossem votadas as emendas dele ao projeto de lei florestal, que tratam da questão da fauna e da flora. Quero dizer aos nobres pares que ficamos aproximadamente três meses discutindo o Código Florestal com os técnicos da Semad e da Seapa. Vieram aqui os ambientalistas, os técnicos da Semad, da Seapa, várias entidades empresariais e todas as emendas foram analisadas, inclusive um substitutivo apresentado pelo deputado Sávio Souza Cruz, com 84 sugestões, que não foram acatadas pela comissão, porque não diziam respeito à matéria. Quando votamos o código, vimos o pessoal do PT e do PMDB defender e criticar algumas emendas. Agora, depois que "Inês é morta", o deputado vem aqui. Ele não defendeu coisa alguma e está querendo jogar para a galera. Eu, como presidente da comissão, não decido: são os deputados que votam. O Plenário desta Casa é soberano para votar, mas tem um deputado que quer votar no grito, e, no grito, ninguém vai votar.

O presidente - A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

- Registra "branco" o deputado:

Arlen Santiago.

O deputado Bosco - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

A deputada Liza Prado - Meu voto é "sim", Sr. Presidente.

O deputado Pinduca Ferreira - Meu voto também é "sim".

O presidente - Estão computados. Votaram "sim" 44 deputados. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 4.784/2013 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Questão de Ordem

O deputado André Quintão - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão. No início da reunião, com os líderes da oposição e do governo, foi feito um acordo em que foram selecionados os projetos prioritários, em grande número, para votação nesta reunião extraordinária. O Regimento Interno permite que os deputados discutam ou encaminhem quaisquer dos projetos, e muitos já estão fazendo isso. Solicito-lhes que as discussões sejam pertinentes ao projeto e não utilizemos um projeto para discutirmos outro assunto. Cada um que deseja falar sobre um assunto pega um projeto para discuti-lo e vem aqui falar. Eu mesmo estou abrindo mão de discutir vários projetos para agilizar a pauta. Há um ou dois projetos que quero discutir, mas, se cada um quiser falar o que quiser no projeto que quiser, o acordo não será cumprido. Esta é minha questão de ordem e um apelo aos deputados.

O presidente - É importante que a fala do deputado André Quintão seja compreendida por todos os deputados. A presidência, a partir de agora, será intransigente nesse aspecto, até porque a pauta é muito rica e abrangente, e temos que evoluir.

Declarações de Voto

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, ontem discutimos esse projeto. Mais cedo, recebi de alguns eleitores um jornal do deputado Frederico Costa, vulgo Fred Costa. Gostaria de lembrar o porquê, Sr. Presidente. Várias vezes, depois de colocar os deputados - tanto eu quanto o deputado Mourão - na capa do seu jornal, pago por esta Casa, e fazer referência ao auxílio-moradia, o deputado Fred Costa subia à tribuna deste Plenário e mentia para esta Casa. Tentando jogar para a plateia, ele deixava claro, e todos nós ouvimos: "No meu primeiro dia de mandato, abri mão do auxílio-moradia". Ouvimos isso aqui, deputado, várias vezes. Uma, cinco, dez vezes: "Eu abri mão do auxílio-moradia, com o qual vocês estão acabando hoje, no meu primeiro dia de mandato". Colocou isso no seu jornal e jogou isso para a plateia ontem, Sr. Presidente. E hoje, Sr. Presidente, gostaria que o deputado Fred Costa fosse digno de sua palavra e cumprisse o que disse, que abriu mão do auxílio no primeiro dia, e devolvesse a esta Casa o auxílio-moradia que recebeu nos meses de fevereiro, março, abril e maio, Sr. Presidente. O deputado Fred Costa, como consta na declaração que está chegando para todos os deputados, não abriu mão do seu auxílio-moradia no primeiro dia de mandato. Isso é feio, Sr. Presidente. Não adianta... Vou completar, Sr. Presidente. Não adianta jogar para a plateia, Sr. Presidente.

O presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 27/2012, do Tribunal de Contas, que modifica dispositivos e acrescenta o art. 114-B na Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, o deputado Alencar da Silveira Jr. foi atacado, foi agredido no Plenário, e peço a V. Exa. que tome providências. Ele foi agredido no Plenário agora, neste momento. Peço a V. Exa. que suspenda por um momento esta reunião para que possamos tomar uma providência, senão, isso aqui vai virar ringue. Ele já foi agredido aqui, e V. Exa. tem que tomar providências.

O presidente - A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, queria registrar meu voto "sim".

O presidente - Está computado. Votaram "sim" 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 27/2012 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.730/2013, do deputado Paulo Lamac, que altera a Lei nº 13.317, de 24/9/1999, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma dos Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O deputado Bosco - Sr. Presidente, meu voto é "sim". Não consegui registrar.

O presidente - Está computado. Votaram "sim" 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.730/2013 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Saúde.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.308/2011, do deputado Juninho Araújo, que institui o Dia da Empregada Doméstica no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda e subemenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram "sim" 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda e subemenda. Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram "sim" 47 deputados. Não houve nenhum voto contrário. Está aprovada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.308/2011 com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.589/2011, do deputado Celinho do Sinttrocel, que institui no calendário oficial de datas e eventos do Estado de Minas Gerais o Dia do Trabalhador Rodoviário. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez



- Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

O deputado Carlos Pimenta - Presidente, solicito que registre meu voto "sim" ao projeto do deputado Celinho do Sinttrocel.

O presidente - Está computado. Votaram "sim" 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dilzon Melo - Duarte Bechir - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 41 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.589/2011 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.321/2011, do deputado Fred Costa, que altera a Lei nº 18.368, de 2/9/2009, que institui a Semana de Conservação da Fauna. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.321/2011 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.389/2012, do deputado Sargento Rodrigues, que institui o Dia Estadual do Músico Militar. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 79/2011, da deputada Liza Prado, que institui a Política Estadual de Prevenção e Controle do Câncer de Próstata. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo



processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 79/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 177/2011, do deputado Rogério Correia, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento do Brasil Rural - EDBR - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

SUBEMENDA Nº 1 A EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 177/2011

Dê-se ao § 2º do art. 4º a seguinte redação, e acrescentem-se o seguinte § 3º:

“Art. 4º - (...)”

§ 2º - Para a execução do Pledraf, além das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, os órgãos públicos envolvidos poderão firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal e com consórcios públicos, entidades de direito público e privado sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação vigente.

§ 3º - O Poder Executivo apoiará e incentivará, no que for aplicável, a elaboração de leis municipais que instituem as políticas municipais de desenvolvimento rural sustentável e da agricultura familiar, bem como o respectivo plano municipal, alinhado com o Pledraf.”

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2013.

Rogério Correia

O presidente - Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto uma subemenda à Emenda nº 2, do deputado Rogério Correia, que recebeu o nº 1, a qual, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida à votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas e subemenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duilio de Castro - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria



Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente - Está computado. Votaram “sim” 48 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 2, fica prejudicada a Emenda nº 2. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 177/2011 na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 883/2011, do deputado Carlin Moura, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes. -

- Registra "não" o deputado:

Hélio Gomes.

O presidente - Votaram “sim” 42 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 883/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.023/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre o acondicionamento de mercadorias no comércio varejista e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.023/2011

Dispõe sobre o acondicionamento de mercadorias no comércio varejista e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os estabelecimentos de comércio varejista instalados no Estado de Minas Gerais distribuirão gratuitamente sacos ou sacolas plásticas oxibiodegradáveis ou biodegradáveis descartáveis, destinados ao acondicionamento de mercadorias.

§ 1º - Os sacos e sacolas de que trata o *caput* deverão contar com a certificação de órgão técnico ou outra entidade reconhecida que ateste a sua característica e qualidade.

§ 2º - É vedada a comercialização ou a distribuição gratuita de sacos ou sacolas plásticas descartáveis destinados ao acondicionamento de mercadorias no comércio varejista que não sejam oxibiodegradáveis ou biodegradáveis.

Art. 2º - Os sacos e sacolas retornáveis comercializados, destinados ao acondicionamento de mercadorias no comércio varejista, contam com garantia legal quanto à qualidade, à segurança, à durabilidade e aos defeitos de fabricação, salvo nos casos de comprovado uso inadequado por parte do consumidor ou de uso em desacordo com informações claras e visíveis apostas ao produto.

Parágrafo único - O responsável pela comercialização dos produtos de que trata este artigo efetuará a sua troca imediatamente em seguida à reclamação e no mesmo estabelecimento em que foi adquirida, ou a devolução integral do valor pago, a critério exclusivo do consumidor.

Art. 3º - O descumprimento do comando previsto nesta lei sujeita o infrator às penalidades constantes nos arts. 56 a 59 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º - Compete ao órgão ambiental estadual e aos órgãos de fiscalização de defesa do consumidor a fiscalização e aplicação do disposto nesta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de dezembro de 2013.

Alencar da Silveira Jr.

O presidente - Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo do deputado Alencar da Silveira Jr., que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetido à votação, independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dilzon



Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram "sim" 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.023/2011 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.346/2011, dos deputados Durval Ângelo e André Quintão, que estabelece diretrizes para as políticas públicas de combate à discriminação racial e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram "sim" 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duilio de Castro - Elismar Prado - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

- Registram "branco" os deputados:

André Quintão - Gilberto Abramo.

O deputado Duarte Bechir - Registre meu voto "sim", Sr. Presidente, por favor.

A deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, votei "sim" também.

O presidente - Estão computados. Votaram "sim" 38 deputados. Houve 2 votos em branco, totalizando 40 deputados. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.346/2011 na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.617/2011, da deputada Rosângela Reis, que altera a Lei nº 15.434, de 5/1/2005, que dispõe sobre o ensino religioso na rede pública estadual de ensino e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Elismar Prado - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes -

O deputado Duilio de Castro - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O presidente - Está computado. Votaram "sim" 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.



O presidente - Votaram "sim" 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.617/2011 na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.970/2011, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conselheiro Lafaiete parte do imóvel que especifica para construção de centro de lazer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram "sim" 49 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.970/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.597/2011, da deputada Ana Maria Resende, que institui a política estadual para o exercício da atividade profissional de cuidador de idoso. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

O deputado Pinduca Ferreira - Meu voto é "sim", Sr. Presidente.

O presidente - Está computado. Votaram "sim" 45 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.597/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.318/2012, do governador do Estado, que altera o art. 1º da Lei nº 18.939, de 10/6/2010, que reduz a área doada à Universidade Federal de Ouro Preto para 10.242,87m². A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duílio de Castro - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, meu voto é "sim"

O deputado Luiz Humberto Carneiro - Votei "sim", Sr. Presidente.

O presidente - Estão computados. Votaram "sim" 43 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.318/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Registro de Presença

O presidente - Gostaria de saudar os vereadores de Olímpio Noronha. Sejam muito bem-vindos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.902/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de



proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Almir Paraca - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram "sim" 40 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.902/2013 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Encerramento

O presidente - Esgotada a hora destinada a esta reunião, a presidência a encerra, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/12/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Ivair Nogueira, Hely Tarquínio e Luiz Humberto Carneiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; questões de ordem; suspensão e reabertura da reunião - 2ª Fase: Prorrogação da Reunião - Suspensão e Reabertura da Reunião - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 9h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Juarez Távora, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Questões de Ordem

O deputado Cabo Júlio - Sr. Presidente, deputados e deputadas, gostaria de chamar a atenção, especialmente da bancada do PMDB, dos deputados Adalclever, Sávio e Tadeuzinho e dos nossos companheiros que aqui estão. Matéria do jornal *Hoje em Dia* de hoje: "Clima tenso: PMDB mineiro em pé de guerra por apoio". Ontem, a bancada do PMDB, constituída por oito deputados, dos quais cinco compõem a executiva estadual do PMDB, foram signatários de uma nota criticando a postura de alguns postulantes ao cargo de governador, por afirmarem publicamente que estão conversando com o PSDB de Minas. Nós afirmamos que temos o vice-presidente da República, o presidente Michel Temer, na chapa com a presidente Dilma. A nossa coligação é nacional. Em Minas Gerais, somos oposição ao PSDB, que, certamente, terá candidatura própria à presidência da República. A nossa candidata a presidente, que será apoiada pelo nosso partido, é a presidente Dilma. O postulante ao cargo diz que vem conversando com o PSDB, e nós, na nota, rechaçamos essa aproximação com o PSDB, respeitando o cenário nacional. Hoje fomos surpreendidos com essa nota do presidente *ad hoc* do PMDB de Minas, deputado Saraiva Felipe - porque ele não é o presidente do partido, ele está presidente. O presidente do PMDB eleito é o Ministro Antônio Andrade, que está licenciado do cargo para exercer o ministério. Deputado Ivair Nogueira, nosso vice-presidente da Assembleia e vice-presidente do PMDB, ele disse que nós, bancada estadual, estamos preocupados com nós mesmos, com a reeleição. Afirmo que não: estamos preocupados com uma coligação nacional que vem dando certo, certificada pela



própria popularidade mostrada pelas pesquisas. Deputado Rogério Correia, isso nos diz que devemos continuar com a presidente Dilma e com a vice-presidência da República. Se estamos preocupados com a nossa reeleição, queria que o nosso presidente *ad hoc*, deputado federal Saraiva Felipe, dissesse com o que ele está preocupado. Ele não pode falar em nome do PMDB sem consultar a executiva. Na executiva, nós deputados estaduais - e está aqui o deputado Vanderlei Miranda - somos a maioria. Para o presidente querer coligar o PMDB com o PSDB ou com quem ele quiser, depende de consultar a executiva estadual, onde a bancada estadual tem a maioria. Ele está dizendo que desautoriza a executiva. Mas é matemática: nós, da bancada estadual, somos maioria na executiva e estamos desautorizando o nosso presidente *ad hoc* do PMDB a fazer conversa com o PSDB. Ele está desautorizado, porque não tem maioria na executiva. Se ele apresentar essa situação na executiva, perderá matematicamente. É uma conversa que deveria ser feita internamente, mas explicitaram isso em desacordo com a nossa coligação nacional, em desrespeito ao vice-presidente da República Michel Temer, que é o presidente nacional do PMDB e vice-presidente da República. Se a nossa executiva estadual está desrespeitando a executiva nacional e o nosso vice-presidente da República, fica aqui, para terminar, Sr. Presidente, a nossa fala ao presidente Saraiva: recolha-se à sua insignificância de presidente *ad hoc* e respeite a executiva estadual e a nossa bancada, que, em números, tem muito mais representantes na executiva que ele.

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicitei fazer uso da palavra neste momento para me solidarizar com o PMDB de Minas Gerais. A fala do deputado Cabo Júlio foi bastante clara quanto a isso. Quero parabenizar o PMDB local pela sua coerência política. Se há algo que é rechaçado hoje, no Brasil - e os movimentos de junho o demonstraram -, é a incoerência política, é a política do pragmatismo, onde tudo vale: alianças de qualquer tipo; tudo se justifica pela chamada governabilidade, por interesses próprios ou por interesses políticos apenas partidários e não ideológicos e de conteúdo programático. A coerência do PMDB aqui, em Minas, já não é de agora; essa coerência vem de muito tempo, embora setores, no Brasil, em especial da imprensa vinculada aos tucanos, queiram sempre demonstrar que o PMDB é um partido pragmático, que se alia pra lá e pra cá... Então, quando o PMDB mostra, mais uma vez, em nosso Estado, a sua coerência política, e coloca o programa como a sua principalidade, acima dos interesses pessoais e eleitorais, críticas é evidente que virão. Mas merecem de nós todos o aplauso, independentemente do partido que tome essa atitude; a atitude, em si, deve ser respeitada e, mais que isso, exaltada. O PMDB apresenta uma questão de coerência acima de tudo. Nós, em Minas, há muito, somos oposição ao governo do PSDB por uma série de motivos que não vêm, agora, ao caso. Mas nos colocamos contrários ao que aqui foi chamado de choque de gestão, que exemplifica a que veio esse governo, que aqui está desde 2003. O fato é que esse choque de gestão tem um conteúdo nitidamente neoliberal, uma forma de esvaziar o papel do Estado, e, em Minas, isso é feito de maneira categórica. Aqui a Cemig é praticamente privatizada, a Copasa vai para o mesmo caminho por meio das PPPs, a saúde não tem os recursos na sua totalidade, nem os recursos constitucionais. Em Minas, não se respeita a Constituição no que tange à educação, nela não se aplicando o mínimo constitucional. Tudo isso atesta o pensamento neoliberal do governo do Estado: o chamado choque de gestão. Em Minas, no

final de governo, lança-se um programa que, carinhosamente, chamamos de "Pé no Freio". O programa "Pé no Freio" é aquele em que tudo o que diz respeito às questões sociais sofre cortes; até o Caminho de Minas, que era o espelho do governo, sofre, agora, por parte do secretário de Fazenda, cortes e exigências para que isso aconteça. Portanto, Sr. Presidente, esse é o projeto em curso em Minas Gerais. O PMDB, juntamente conosco, formou o Bloco Minas sem Censura, desde o início deste governo, e já é oposição desde que o PSDB ganhou o governo em Minas Gerais. Essa coerência do PMDB tem de ser exaltada, porque é uma coerência programática, reforça o sentido dos partidos políticos e da boa política de maneira geral. Portanto, parabenizo o PMDB por sua coerência. O deputado Cabo Júlio trouxe uma questão importante - aliás V. Exa. sabe que minha posição é contrária às coligações partidárias para cargos proporcionais. Abro aqui uma exceção para os partidos que, no nosso Estado, compõem o Bloco Minas sem Censura, porque aí, sim, há uma coerência posta em prática. Agregar outros partidos, que hoje são do bloco do governo para que façam coligação conosco, não tem sentido e acaba por desmerecer a boa política e favorecer a politicagem. Em nome da boa política, a aliança tem de ter o seu conteúdo programático. E nesse sentido parabenizo o PMDB e o Bloco Minas sem Censura, que tanta importância tem hoje, para o Estado de Minas Gerais, na formação de uma oposição programática, que é fundamental.

O deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, há vários dias estamos questionando aqui da tribuna, não só eu, como vários deputados da base governista, a execução do programa Água para Todos. Há dois anos tento pegar informações no Idene e na Sedvan, mas elas me são negadas. No entanto, ontem, deputado Sávio Souza Cruz, fui a Brasília, ao Ministério da Integração Nacional, e lá eles me deram o cronograma de como está a execução do Água para Todos em Minas Gerais, nos termos de vários convênios que o Ministério da Integração Nacional fez com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas - Sedvan -, onde temos o nosso colega deputado Gil Pereira como secretário. Listarei rapidamente aqui os convênios e como eles estão. O primeiro deles, Sávio Souza Cruz, é de 2011. Ora, já estamos no final de 2013, entrando já em 2014, e a execução do Convênio nº 019/2011, entre a Sedvan e o Ministério de Desenvolvimento Social, é a seguinte: o valor do convênio é de R\$52.463.790,56 para construção de 9.661 cisternas de placas de consumo, 502 cisternas de placas de produção e 1.736 pequenas barragens. E, agora, no Convênio nº 770.341/2012, feito com o Ministério da Integração Nacional para a construção de 136 barreiros, apenas 23 foram executados, com dinheiro na conta desde 2012. O Convênio nº 770.338/2012, feito com o Ministério da Integração Nacional, teve o valor de R\$83.633.188,87, para instalação de 540 sistemas simplificados de abastecimento de água. Até agora foram perfurados apenas 46 poços. Veja, deputado Tadeu Martins Leite, de um convênio de 2012, de R\$83.633.088,86, dos 540 poços, até agora foram perfurados apenas 46. Vergonha. É isso mesmo e tem mais. São sete convênios. O outro convênio é com o Dnocs. Convênio nº 778.786/2012, no valor de R\$8.800.087,59, para implantação de 3.612 cisternas. Deputado Tadeu Martins Leite, agora descobrimos por que o Estado está quebrado. O governo federal depositou os R\$8.800.087,59, mas o governo do Estado, deputado Sávio Souza Cruz - estou falando de 2012 -, até agora, nesse convênio, não conseguiu depositar a contrapartida de R\$440.000,00. Agora esse aqui é o maior de todos, deputado Tadeu Martins Leite. V. Exa. sempre falou de R\$80.000.000,00, por isso falei que eram R\$300.000.000,00, e estou provando aqui que é isso mesmo. Este aqui é o Convênio nº 782.480/2013, feito com o Ministério de



Integração Nacional, no início deste ano, para instalação... Já estou acabando, Sr. Presidente. Instalação de 23.183 cisternas de polietileno, no valor de R\$139.762.424,78. O governo federal já fez o repasse, depositou os recursos, mas o Estado não tem R\$6.900.000,00, que é a contrapartida desse convênio de R\$139.000.000,00. Por isso, a execução é zero. Execução zero, contrapartida zero. São 23 mil cisternas. Por último, mais um, também de integração nacional: Convênio nº 770339/2012, para instalar mais 6 mil cisternas, no valor de R\$10.280.832,00. Portanto, nem o tempo que o presidente me deu será suficiente para eu listar apenas os convênios do governo federal, do Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Dnocs com a Sedvan. São quase R\$300.000.000,00 sem execução. É uma vergonha as pessoas passarem sede no Jequitinhonha, no Mucuri, no Norte de Minas. Graças a Deus, agora choveu um pouquinho. Essa execução está parada porque o Estado está quebrado, não tem um tostão para dar de contrapartida. Mas o que me deixa mais revoltado é que essa secretaria, por inoperância, deixou de licitar o Leite pela Vida. Todas as crianças de todas as cidades carentes do Norte de Minas ficarão sem leite nos próximos três meses, porque essa secretaria também não licitou o programa. Isso é um absurdo.

O deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, venho a este microfone para fazer algumas considerações sobre a infeliz manifestação do deputado federal Saraiva Felipe, presidente em exercício da nossa legenda. Em 2006, o PMDB de Minas foi o único diretório estadual do partido que formalizou apoio à candidatura à reeleição do presidente Lula. Em 2006, ainda lançamos o ex-deputado federal e ex-prefeito de Uberlândia Zaire Resende como candidato a vice-governador, numa chapa encabeçada pelo ministro Nilmário Miranda, do PT. Em 2010, o PMDB lançou ao governo de Minas o ministro Hélio Costa, tendo Patrus Ananias como candidato a vice, também coligado com o PT. Em 2010, no plano federal, o PMDB lançou o presidente nacional da legenda, deputado federal Michel Temer, como vice na chapa da presidente Dilma. O nosso diretório estadual, por meio da sua executiva, pelo menos por três vezes, decidiu e reafirmou que a posição do partido em Minas é de oposição ao PSDB, ao governo em curso. Agora me surpreende o deputado Saraiva Felipe dizer que quem segue as decisões nacionais e estaduais do partido, reiteradas vezes tomadas, o faz por interesse pessoal. Ora, presidente, interesse pessoal é achar que a legenda pode ser comercializada em benefício próprio, em detrimento das decisões programáticas e partidárias reafirmadas reiteradas vezes. Sou o secretário-geral do partido em Minas Gerais. A nota que foi assinada desautorizando o senador Clésio Andrade e o deputado Saraiva Felipe a se declararem aptos a coligar com o PSDB é assinada pela bancada estadual na totalidade e, dentro dela, por cinco membros da executiva estadual. O que talvez S. Exa., o deputado Saraiva, não tenha percebido é que foi ele que foi desautorizado pela sua executiva. Então, se S. Exa., o deputado Saraiva, tivesse brio, não lhe competia outra coisa a fazer senão renunciar ao cargo e passá-lo a V. Exa., porque ele foi publicamente desautorizado pela executiva que julga presidir. Então, está ele desautorizado pela executiva, que é uma instância superior à presidência. E está o senador Clésio Andrade desautorizado de insistir nessa conversinha de se aliar aos nossos adversários, jogando por terra um esforço enorme de 11 anos da bancada estadual nesta Casa, que, com muito sacrifício pessoal de vários dos seus membros, tem mantido coerência e firmeza na definição e na defesa dos rumos que o partido tomou nas suas instâncias nacionais e estaduais, para vir, agora, a ser desconsiderada por alguém que chegou ao partido há pouco mais de um ano. A bancada não aceitará isso, assim como a executiva também não o aceitará. E desafio, presidente, se ele tiver dúvida, a convocar uma reunião extraordinária da comissão executiva estadual para saber se ele está ou não desautorizado em falar sobre aliança com o PSDB.

O deputado Bosco - Sr. Presidente, bom dia a V. Exa. e a todos os colegas deputados e deputadas. Quero aproveitar este momento para manifestar os nossos votos de felicidades a todos os cidadãos e conterrâneos da minha querida cidade de Araxá, que hoje, dia 19 de dezembro, completa 148 anos de emancipação, que ocorreu em 1865. Portanto, hoje Araxá está em festa para comemorar mais um ano. Quero transmitir um abraço a toda a comunidade de Araxá, a todos os vereadores, prefeitos, empresários, enfim, a todos os cidadãos araxaenses que, por meio do seu trabalho do dia a dia, têm transformado Araxá e contribuído sobremaneira com o desenvolvimento e com o crescimento da cidade, que hoje conta com uma população de praticamente 100 mil habitantes, sendo uma das cidades que mais contribui para o desenvolvimento de Minas Gerais em termos econômicos. Araxá tem duas grandes mineradoras. Uma delas explora o nióbio, que é a CBMM, levando seu produto a mais de 40 países. Dessa forma contribui muito não só para o desenvolvimento e para o progresso de Araxá, mas também para o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil. Por outro lado, Sr. Presidente e caros deputados, temos outra mineradora, que é a Vale Fértil, que sucedeu a Bunge, que, por sua vez, sucedeu a antiga e extinta Arafértil. Gostaria de aproveitar esta oportunidade, caro deputado Duarte Bechir, presidente da Comissão de Educação, para fazer um chamamento à Vale fértil. Aproveitamos que hoje é o aniversário de Araxá para fazer um pedido à Vale Fértil. Sabemos que a Vale é uma empresa de destaque em Minas Gerais e no País, que tem um comprometimento com Minas Gerais e é parceira do governo do Estado em vários programas. É a Vale. Mas a Vale Fértil de Araxá ainda está deixando muito a desejar para o nosso município. Quando a Vale Fértil foi para Araxá para assumir o comando da mineradora, para explorar a rocha fosfática, foi criada uma grande expectativa na população no sentido de que a Vale Fértil teria, a partir daquele momento, um grande comprometimento social com a cidade. E lamentavelmente, caro presidente, não estamos vendo isso acontecer. A Vale está em operação na mina, dentro de Araxá, explorando e retirando toneladas e toneladas de rocha fosfática, tem grandes profissionais, mas eles estão limitados às decisões da indústria, à operacionalização da indústria, não tem autonomia para desenvolver um projeto social para nossa cidade de Araxá. Portanto, aproveitando o ensejo do aniversário da nossa querida Araxá, faço um chamamento à Vale Fértil para que possa comparecer e participar de forma efetiva dos acontecimentos da nossa cidade. Tínhamos uma Arafértil com um comprometimento social com Araxá, que participava do dia a dia da cidade e ajudava a edificar obras importantes. Depois, tínhamos ali uma Bunge Fertilizante, que também tinha esse comprometimento social e ajudava nossa cidade, nossas instituições, nossas entidades. Agora, a Vale Fértil, menina dos olhos, tão esperada por nós, está-nos decepcionando com sua falta de comprometimento, sobretudo, na questão das parcerias. Portanto, fica aqui esse chamamento: que a Vale possa se manifestar, apresentar-se e ser mais parceira de Araxá, pois essa é uma cidade-polo, uma cidade importante que acolheu muito bem a empresa e precisa receber dela um retorno satisfatório e à altura do que merece. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, queria, nesta manhã de quinta-feira, quando caminhamos para o fechamento dos nossos trabalhos legislativos, tão somente, repercutir positivamente a fala do senador Aécio Neves em Brasília, lançando 12 pontos



estratégicos de um programa de governo. Minas Gerais tem dado um exemplo muito positivo para o Brasil; o exemplo de uma administração muito séria e de resultados. Neste momento, presidente Ivair Nogueira, queria dizer que o Estado está tendo no Senado uma participação das mais importantes com a presença do nosso senador Aécio Neves. Então, queria repercutir positivamente a linha de raciocínio e a atuação que o senador tem dedicado a um plano nacional para que o Brasil reencontre seu caminho, não com um projeto de poder, mas sim com um projeto de governo. Minas Gerais tem mostrado aos demais estados como se faz uma administração vitoriosa. Poderiam alegar que essa é a minha opinião como vice-líder de governo, mas isso não é verdade, pois pesquisas realizadas em todo o país mostram o alto índice de aprovação do governador Anastasia. Então, não é o deputado da base que diz isso, mas sim o povo de Minas Gerais. A pesquisa foi feita em todos os estados, e o nosso governador ficou em quarto lugar em matéria de aprovação. Deputado Ivair Nogueira, isso tem que ser considerado um ponto muito importante, e talvez alguns olhos não enxerguem essa importância. Veja bem, deputado Juarez Távora, temos notado que outros estados da Federação têm recebido muito mais recursos para investimentos que Minas Gerais; outros estados têm ganhado obras importantes que o nosso não ganhou. Por exemplo, temos aqui uma grande dificuldade de transporte. Não temos um metrô capaz de atender a necessidade dos mineiros. Aí, fica a pergunta: nos outros estados em que há metrô, de quem foi o recurso? Do governo federal. E o nosso estado? Não tivemos, infelizmente. Presidente Ivair Nogueira, temos o anel rodoviário que é uma vergonha. Outros estados que necessitam de obras correlatas já receberam seus recursos. E o que vale mais ressaltar, presidente, é que, mesmo com a retirada de recursos, com a falta de visão de investimentos por parte do governo federal, o nosso governador Anastasia, uma pessoa de ombridade e responsabilidade, conquistou o quarto lugar na lista dos governadores mais bem avaliados. Presidente Ivair, sinto muito quando temos que tocar em alguns assuntos que não são compartilhados com todos, mas a democracia tem como seu principal pilar a nossa liberdade de expressão. Ouvimos atentos cada uma das manifestações feitas aqui, mas repercutimos aquilo que nos interessa, aquilo que interessa ao povo mineiro. Hoje há, em Minas Gerais, a visão de que o governo federal abandonou o nosso Estado e de que o povo de Minas Gerais está esquecido pelo governo federal, em relação a investimentos mais importantes. Por outro lado, vemos o nosso grande líder, o senador Aécio Neves, lançar em Brasília um plano de governo com 12 ações principais, sendo a primeira a moralização, a utilização correta dos recursos públicos. Então, saudamos o nosso líder. Quero, portanto, repercutir positivamente a fala do maior líder do nosso país e de Minas, do nosso bravo e brilhante senador Aécio Neves; as suas palavras no Senado Federal, por ocasião do lançamento dos 12 pontos de mudança mais importantes para o Brasil. Parabéns, senador Aécio Neves, orgulho de Minas e, em breve, orgulho dos brasileiros!

O deputado Duílio de Castro - Sr. Presidente, deputados e deputadas, estamos chegando ao final de mais um ano de trabalho e é com muita tristeza que chegamos a esse microfone para reclamar do tratamento que Minas Gerais tem recebido do governo federal. Estamos preocupados, presidente, com a falta de investimentos no Estado de Minas, e o que mais nos preocupa é a má conservação das estradas federais que passam por Minas Gerais. Infelizmente temos dados muito ruins, e o que posso trazer aqui hoje são notícias que atestam que muitas vidas ainda serão ceifadas: mais de 90% das estradas federais em Minas ainda são pista única. Dezesesseis por cento da malha rodoviária federal passam por Minas Gerais, e 90% dela é estrada de pista única. As pesquisas nos indicam que, hoje, 70% da malha rodoviária federal está em péssimo estado. Recebemos a visita da nossa presidente, que já vai entrar no quarto ano de mandato. Ela vem com toda a sua parafernália de aporte, com seus ministros, com seus cargos de confiança, que somam mais de 30 mil no Brasil, para anunciar que serão feitos investimentos no metrô, na duplicação da 381 e no anel rodoviário. Mas, infelizmente, o que vemos é falta de investimentos em Minas Gerais, pelo tratamento que vem sendo dispensado a Minas Gerais. Parece que o nosso Estado não faz parte do Brasil, que não é um ente federado, porque o nosso tratamento é desigual. Pela arrecadação de Minas Gerais, o retorno é muito pequeno. Vidas estão sendo ceifadas porque as BRs não recebem investimentos nem para a própria conservação. Gostaria de chamar a atenção também para a política adotada pelo governo federal: a falta de investimentos na malha ferroviária. Sabemos que todos os países que emergiram para o primeiro mundo tiveram investimentos em alguns setores importantíssimos, como educação e saúde, mas também no transporte de carga, feito através de ferrovias. Infelizmente, passamos a pagar mais um imposto quando da criação da ANTT, uma agência nacional criada para fiscalizar, o que não acontece com a Anac e com a Anatel. A ANTT criou a Resolução nº 4.131, exatamente para dar oportunidade à Ferrovia Centro-Atlântica, da Vale do Rio Doce. Infelizmente, o que se pretende é extinguir e acabar com mais 4.000km de malha ferroviária no nosso País. Em Minas Gerais, há cerca de 1.700km que também poderão acabar por serem considerados trechos deficitários. Então me pergunto quanto vale 1km de malha ferroviária a ser construído. Simplesmente estão deteriorando a malha ferroviária, mas, quando houve a privatização em 1996, a obrigação deles era preservá-la, o que não está acontecendo. As pessoas carregam dormentes e trilhos. Além disso, as nossas estações ferroviárias estão abandonadas pelos trechos afora. E agora vêm com mais essa, isto é, com a oportunidade de acabar, de extinguir mais 4.000km de malha ferroviária, por meio da Resolução nº 4.131. É triste ver isso e ter de dizer aos mineiros que poderemos perder mais 1.700km de malha ferroviária. Se isso acontecer, os investimentos nas rodovias vão continuar, assim como aumentará o número de cargas pesadas, com mais caminhões e carretas, matando-se cada vez mais. Essa é a política do governo federal. Infelizmente, pagamos por políticas erradas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. No final dos trabalhos deste ano, queremos agradecer muito o apoio de todos os servidores da Assembleia Legislativa. A Assembleia é uma grande máquina, que funciona muito bem. A coordenação dos nossos trabalhos tem o reconhecimento da sociedade e da população de Minas Gerais, justamente porque somos assessorados pelo corpo técnico desta Casa. Assim sendo, gostaria de parabenizar e me congratular com todos os servidores da Assembleia, e também de agradecer-lhes. Muitas vezes são eles que nos buscam para a abertura das reuniões e demonstram um interesse muito grande pela coisa pública. Neste final, quero reconhecer o trabalho dos servidores da Assembleia Legislativa, no Plenário, nas comissões, e nos constantes deslocamentos que fazemos por este Estado de Minas Gerais, onde encontramos tudo preparado por eles. Presidente, deputado Ivair Nogueira, é por esse motivo que quero agradecer muito aos servidores da Assembleia Legislativa. Eles merecem o reconhecimento de todos nós. Presidente, quero ainda lamentar, nesta manhã, as prioridades do governo federal. O Brasil vive um momento que merece muito a atenção de todos. Infelizmente, o dinheiro suado do povo brasileiro, o dinheiro arrecadado nos



municípios e nos estados tem sido utilizado pelo governo federal de maneira duvidosa. Não estou fazendo nenhuma acusação sobre qualquer desvio, não é isso. Falo de prioridades. A prioridade do governo federal não tem sido a prioridade da população brasileira. Acabamos de ouvir o deputado Duílio de Castro sobre as ferrovias, e realmente não existe investimento nas ferrovias, nas estradas e nas rodovias federais que cortam Minas Gerais. Cada vez que a presidente vem a Minas Gerais faz uma promessa que não é cumprida. Também faltam investimentos no metrô de Belo Horizonte. Ao mesmo tempo, temos uma retirada de recursos dos estados e municípios. Como estados e municípios poderão investir, se os recursos arrecadados não voltam para eles? Estou aqui com a capa de um dos jornais de circulação nacional que mostra a compra feita pelo Brasil, deputado Carlos Mosconi, de 36 caças suecos por R\$4.500.000.000,00. Qual a necessidade do Brasil, neste momento, de caças? Estamos em guerra? Não estamos. Talvez a guerra que o Brasil tenha de enfrentar seja a das fronteiras, seja a da entrada de explosivos, armas e drogas pelas fronteiras. Ao mesmo tempo em que o Brasil gasta R\$4.500.000.000,00 na compra de caças, temos nossos soldados na fronteira brasileira, na Amazônia, sendo obrigados a caçar e pescar para se alimentarem. Recentemente fui convidado para um almoço em uma das unidades do Exército Brasileiro e foi muito interessante porque, ao me servir, peguei a salada, o arroz e a batata e como sempre procurei a carne. Não tinha carne. O comandante daquela fração do Exército explicou-me que não tinham carne para servir aos soldados e oficiais. O Exército não tinha dinheiro para comprar carne, e agora vemos a presidente Dilma desembolsar R\$4.500.000.000,00 para comprar caças. Meu tempo está vencido, Sr. Presidente? O senhor tem a campanha. Então só para completar, Sr. Presidente, quero dizer que a prioridade do governo federal não é atender o povo. Não é atendimento ao povo R\$4.500.000.000,00 para comprar caças. Os soldados do Exército Brasileiro precisam de alimentação. As estradas brasileiras e as de Minas Gerais estão matando as pessoas, e a presidente Dilma está comprando caças na Suécia. É lamentável, Sr. Presidente.

O deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, gostaria de, com muita satisfação, anunciar aos nossos pares, nesta Casa, a presença do governo de Minas Gerais na minha cidade de Poços de Caldas para assinatura de contrato com inúmeros municípios da Região Sul de Minas, cerca de 70 municípios, e a liberação de recursos da ordem de aproximadamente R\$150.000.000,00. Consta que hoje o governo de Minas estaria em Montes Claros também para assinatura de um convênio do governo do Estado com aquela cidade, a fim de liberar R\$90.000.000,00 para a ampliação do serviço de água naquela importante cidade do Norte de Minas. Amanhã, então, estarão em Poços de Caldas o vice-governador Alberto Pinto Coelho, demais membros do governo, o secretário Danilo de Castro e o presidente do BDMG para a assinatura desse contrato. Considero esse um ato extremamente benéfico do governo do Estado de Minas Gerais, que tem se esmerado no trato dos municípios do Estado. São municípios de toda dimensão, os maiores, os médios e os menores. Creio até que, especialmente aos menores, estão oferecendo uma condição de infraestrutura, pois eles não têm condições de arcar com seus custos. O governo, então, com muita sensibilidade, procura melhorar as condições de vida da população desses pequenos municípios e lhes oferece recursos, ou a fundo perdido ou empréstimos, como o caso agora. Ele oferece aos municípios empréstimos com condições de serem pagos sem nenhuma dificuldade. São empréstimos feitos a longo prazo e com juros naturalmente subsidiados. Portanto, o governo oferece oportunidade de os municípios melhorarem suas vias urbanas e suas estradas rurais e asfaltarem suas ruas e bairros, adquirindo equipamentos e máquinas para realizar essas melhorias. Então, isso mostra a disposição do governo em melhorar as condições de vida da população dos municípios em todo o Estado de Minas Gerais. O que estará sendo feito em Poços de Caldas amanhã, nesses 70 municípios da nossa Região Sul de Minas, já tem sido feito pelo Estado inteiro, oferecendo essas condições de melhoria de infraestrutura dessas cidades em todo o Estado. Sr. Presidente, quero louvar a atitude do governador Anastasia, dando sequência ao governo de Aécio Neves, a presença do vice-governador Alberto Pinto Coelho, muito diligentes nessa consideração com os municípios, com as cidades pequenas de Minas Gerais e com o povo que vive nessas cidades, procurando levar uma condição e uma qualidade de vida melhor a essa população. Sr. Presidente, ouço dizer aqui, com muita frequência e até com muita insistência, que Minas está quebrado. Imagine V. Exa. se Minas não estivesse quebrado, então. Todo santo dia, Minas Gerais leva recursos, não leva promessas de que fará amanhã, de que fará depois de amanhã, de que fará não sei quando, como acontece com o metrô de Belo Horizonte e com o anel rodoviário da nossa cidade. A todo tempo vem aqui alguém do governo federal dizer que vão fazer isso, que vai chegar tal dinheiro, que o dinheiro virá no ano que vem, sabe-se lá quando. E nós estamos aqui, esperando há anos que isso aconteça, e lamentavelmente não acontece. O Estado de Minas faz o contrário, faz diferente. Já leva contrato para ser assinado, e o dinheiro estará na conta daqui a pouco. É essa a diferença, Sr. Presidente. É isso o que eu gostaria de louvar no governo de Minas Gerais, essa responsabilidade, esse cuidado e essa disposição do governo de Minas para melhorar efetivamente a qualidade de vida do povo das nossas Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado André Quintão - Sr. Presidente, ouvimos aqui deputados da base do governo do Estado reproduzirem um discurso de uma pretensa falta de atenção do governo federal com Minas Gerais. Veja que injustiça. Talvez na vida o pior sentimento que exista, e isso vale para todos os campos, político, pessoal e familiar, é a ingratidão. Desde a época do ex-presidente Lula, e agora com a presidente Dilma, o governo federal tem investido muito no Estado de Minas Gerais. Falarei da área social, a que mais acompanho. No governo Itamar Franco, Minas Gerais criou o Bolsa Escola Familiar, que atendia 21 mil famílias do semiárido mineiro. Depois do governo Itamar Franco, esse programa foi extinto, e o governo federal, que lançou o programa Bolsa Família, abrigou essas famílias do semiárido mineiro. Lembro-me de que fiz essa denúncia aqui na Assembleia à época. Eu estava no mercado de Araçuaí quando fui abordado por uma senhora que disse que havia sido comunicada de que sua Bolsa Escola seria cancelada. Procuramos o Ministério do Desenvolvimento Social, fez-se um acordo, e o governo federal assumiu essas famílias. Sabem quantas famílias recebem o Bolsa Família em Minas Gerais hoje? Mais de 1 milhão de famílias. Vamos para o Água para Todos, que o deputado Paulo Guedes mencionou. O governo do Estado tem um programa estruturador, o Água para Todos, cuja fonte de recursos é só transferência de recurso da União, do governo federal. Lembro-me de quando foi criada a Secretaria Extraordinária dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. De cada R\$3,00 aplicados, R\$2,00 eram do governo federal, do Ministério do Desenvolvimento Social. Havia em Minas uma profusão de programas com nomes trocados, mas o recurso não era trocado, era só federal. Criou-se o programa Luz para Todos. Milhares de famílias de Minas Gerais não tinham o direito básico à eletrificação, à energia elétrica, tão importante para a qualidade, o conforto e a geração de renda. Poderíamos falar das universidades federais. O plano do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso,



que agora é o guru do candidato da oposição, pretendia fechar as universidades federais. Hoje Minas Gerais tem uma expansão de universidades, de câmpus e de polos por todas as suas regiões. Poderíamos falar, por exemplo, da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, em Teófilo Otoni, que, em 2015, terá unidades implantadas em Araçuaí, em Almenara e em Capelinha. Vejam bem os institutos federais tecnológicos. O governo Fernando Henrique queria fechar, e fechou até por lei, as escolas técnicas federais. Os governos Lula e Dilma ampliaram essas escolas. Não há nível de comparação. Penso até que, politicamente, nós, que temos responsabilidade pública, não deveríamos mais fazer discurso de comparação. O Brasil quer avançar mais, pois precisamos de mais. Mas é engraçado ouvir que a presidente Dilma não está investindo em Minas Gerais, pois, nas solenidades que tenho ido, em que está a presidente e o governador ou seus secretários, ouço elogios rasgados de que o governo é republicano, com recursos do governo federal e empréstimos. O governo federal, para estimular o crescimento no Brasil, abriu uma grande linha de créditos. Gostaria de deixar aqui registrado que não há como comparar o descaso dos governos anteriores ao PT com o atual governo da presidente Dilma e do presidente... Sr. Presidente, o tempo já acabou ou a campanha está com problemas? Até não pedirei verificação de quórum, mas vejo que não há quórum para continuarmos a reunião. Parece que os deputados devem estar... Não pedirei verificação, pois há outros deputados querendo se manifestar, e sou uma pessoa democrática. Gostaria de alertar que não há quórum, pois o pessoal não está muito interessado em orçamento e em plano plurianual.

O presidente - Há 54 deputados em reunião.

O deputado André Quintão - Onde?

O presidente - Há 54 deputados registrados.

O deputado André Quintão - Mas registro não conta para quórum. Pensei que eu estivesse com problema de visão. Mas não pedirei verificação de quórum, pois sei que há deputados querendo se manifestar.

O deputado Rômulo Viegas - Obrigado, presidente. Sr. Presidente, estamos caminhando para o encerramento dos trabalhos deste ano no Parlamento. Pela experiência que tenho, na condição de ex-prefeito, gostaria muito de ver o ano de 2014 com um espírito federativo mais abrangente. É necessária a parceria entre os três entes federados, municípios, estados e União. Reconheço que essa parceria existe, mas há uma voz da população conclamando para que, com essa parceria, a União, que tem mais dinheiro, preste uma assistência maior e melhor aos estados e municípios. A imprensa tem mostrado as dificuldades de todos os estados e municípios. Quem entrar no *site* do governo do Rio Grande do Sul, verá os professores da rede estadual criticando o governador Tarso Genro, do PT, pois ele não paga o piso dos professores. Será que ele não paga porque não gosta deles ou porque não tem caixa para arcar com essa despesa? A pessoa que assiste à televisão deve se informar melhor. Faça uma visita aos *sites* dos governos estaduais. Por exemplo, a presidente Dilma havia pensado em perdoar a dívida estratosférica da prefeitura de São Paulo, do prefeito Fernando Haddad, do PT, mas quando soube, através da sua assessoria, que isso beneficiaria os demais estados e municípios, pôs o pé no freio e disse que isso não poderia ser feito. "Temos de deixar os estados e municípios cada vez mais com o pires na mão." A União detém a maior arrecadação da carga tributária deste país, 70%. Como os estados estão quebrados, o que tem de ser feito? Tem de ser repassado mais dinheiro, pois os estados estão quebrados em função das demandas impostas pelo governo federal, como aumento do salário mínimo e do piso e mais gastos com saúde e segurança. A nossa expectativa é que, no ano que vem, possamos ver um Brasil mais democrático; um governo federal que faça uma parceria melhor; um Brasil com a inflação mais controlada, com juros mais baixos, e não esses juros estratosféricos que bateram a casa dos 10%; e um Brasil com *spreads* bancários mais civilizados. Precisamos ver o Brasil com o câmbio estável, com maior equilíbrio fiscal, para que estados e municípios possam sobreviver, porque, realmente desse jeito, eles vão à falência, à quebradeira. Qualquer pessoa que já exerceu cargo no Executivo, de prefeito, governador ou presidente, sabe disto: para fazer com que as políticas públicas aconteçam tem de haver dinheiro. "Ah, mas o governo federal ajuda." Ajuda, mas tem que ajudar mais, porque ele é que tem mais dinheiro. Você que nos assiste, faça uma visita aos *sites* dos demais governos. Comece pelo governo do Rio Grande do Sul e verá que os professores da rede estadual daquele estado estão reclamando que o Tarso Genro, governador do PT, não paga o piso nacional de professor. Faça uma visita ao *site* da Prefeitura de São Paulo e verá as dificuldades financeiras daquele estado. O que temos de pregar é uma federação mais democrática. "Ah, mas vocês não reconhecem." Reconhecemos, sim: a presidente Dilma tem ajudado, mas pode ajudar mais, porque estados e municípios estão indo à falência. Qualquer gestor, qualquer pessoa que entende de política administrativa neste país sabe que, para fazer gestão, tem que haver dinheiro. A maior carga tributária, 70% do que se arrecada, está nas mãos do governo federal, e o restante é dividido entre estados e municípios. Ontem, no Senado, tentaram aprovar numa comissão aumento para o FPM. Na mesma hora, veio a ordem do Planalto: "Não façam isso". Porque querem, cada vez mais, estados e municípios dependendo do governo federal. Realmente não há um espírito democrático de federação, há muito discurso. Por outro lado, com todas as dificuldades, o nosso governo tem feito seu dever de casa - que o digam os prefeitos, a reeleição e a eleição do nosso governo. Portanto, Sr. Presidente, espero que, em 2014, brote no coração do governo federal, da Presidente Dilma um carinho especial com os estados e municípios. Está ajudando, mas tem poder e dinheiro para ajudar muito mais. "Ah, mas os estados estão quebrados." Verdade, se continuar esse modelo injusto de distribuição de recursos, os estados vão caminhar para a falência. Por isso esperamos um 2014 com mais espírito federativo, com mais espírito democrático. Um abraço ao presidente! Um abraço a todos vocês e ao pessoal da Assembleia! Boas festas e um feliz 2014!

O deputado Zé Maia - Sr. Presidente, ocupo a tribuna depois de aprovado, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o parecer da lei orçamentária para 2014. Nesta oportunidade, quero fazer um balanço e um resumo da peça orçamentária para o próximo ano. As receitas estimadas para o exercício de 2014 são da ordem de R\$66.000.000.000,00, um crescimento de 4% em relação a 2013. As receitas correntes são da ordem de R\$61.000.000.000,00; receita tributária, de R\$46.000.000.000,00; receita de ICMS, de R\$37.873.000.000,00, ou seja, 81% da receita tributária; receita de IPVA, de R\$3.295.000.000,00; e receita corrente líquida, de R\$48.000.000.000,00. Essa receita corrente líquida é utilizada para o cálculo dos limites das despesas de pessoal dos Poderes e órgãos, de acordo com os termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e o resultado da receita corrente total menos as transferências constitucionais, a contribuição para o plano de previdência do servidor e para o custeio das pensões militares, a compensação financeira entre regimes de previdência e as deduções para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da



Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb -, e cessão de direitos creditórios. As receitas de capitais, da ordem de R\$4.298.000.000,00, representam 6,51% do total da receita estimada; receitas de operação de crédito, da ordem de R\$43.281.408.679,00, que representam 76,33% das receitas de capital. Transferências da União que vieram para o Estado, da ordem de R\$7.568.002.231,00, representam o Fundo de Participação dos Estados, repasse fundo a fundo - transferência do Fundo Nacional para o Fundo Estadual de Saúde -, compensação pela perda de ICMS com a desoneração das exportações, cota-parte do IPI-Exportação, Cide, cota-parte da Contribuição do Salário-Educação - Qese - e da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais, transferências de convênios, corrente e capital, e outras transferências, corrente e capital. Temos ainda, Sr. Presidente, o total da despesa fixada, que é de R\$66.000.000.000,00; despesas correntes: R\$55.000.000.000,00, que representam 83,62% da despesa total fixada; despesas de capital: R\$10.000.000.000,00, que representam 15,45% da despesa total fixada; juros e encargos da dívida pública: R\$2.735.000.000,00, que representam 4,14% da despesa total fixada; reserva de contingência: R\$615.000.000,00. Investimentos para 2014. Orçamento fiscal: R\$5.966.000.000,00. Orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado: R\$6.478.000.000,00. Portanto o que se prevê são investimentos do Estado e das empresas controladas da ordem de R\$12.444.000.000,00. É a previsão de investimentos para 2014 contra R\$12.068.000.000,00 em 2013 e R\$11.456.000.000,00 em 2012. Despesas com pessoal e encargos sociais. Total da despesa com pessoal e encargos sociais: R\$30.861.000.000,00, que representam 55,90% das despesas correntes e 46,74% da despesa total fixada. Limites de gastos com pessoal - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Os gastos previstos com pessoal são calculados com base na Receita Corrente Líquida - RCL. Poder Legislativo - Assembleia de Minas Gerais e Tribunal de Contas: R\$988.000.000,00, 2,06% da RCL. Portanto é inferior ao limite imposto pela LRF, 3% da RCL. Poder Judiciário: R\$2.616.000.000,00, 5,44% da RCL, limite inferior ao estipulado pela LRF, 6% da RCL. Ministério Público: R\$805.384.000,00, 1,67% da RCL, limite inferior ao imposto pela LRF, 2% da RCL. Poder Executivo: R\$19.985.000.000,00, 41,56% da RCL, limite inferior ao imposto pela LRF, 49% da RCL. Investimento do Estado em pesquisa científica e tecnológica, Fapemig: R\$344.000.000,00, 1,01% da Receita Orçamentária Corrente Ordinária. Transferências constitucionais a municípios: R\$11.503.000.000,00, 17,42% do total das despesas orçamentárias e 20,84% das despesas correntes. Tal montante é proveniente da repartição de tributos entres entes, Estado e municípios, em especial o ICMS e o IPVA. Gastos com divulgação governamental: R\$41.901.000,00, 0,06% do orçamento. Referem-se a gastos com publicidade das ações de governo, a cargo da Secretaria de Estado de Governo. As receitas dos poderes... Apenas 30 segundos para concluir, presidente. O orçamento dos poderes, dos órgãos, inclusive inativos, são: Assembleia: R\$999.822.712,00; Tribunal de Contas: R\$541.372.469,00; Tribunal de Justiça e Fundo Especial do Poder Judiciário: R\$4.412.028.512,00; Tribunal de Justiça Militar: R\$46.916.505,00; Procuradoria-Geral de Justiça, o Ministério Público: R\$1.250.467.437,00. Sr. Presidente, esses são os principais índices. Finalizo, informando sobre as ações em serviço público de saúde, R\$4.506.973.806,00, o que representa 12%, que é o limite constitucional; manutenção e desenvolvimento do ensino à conta de recursos ordinários e dos vinculados ao Fundeb, R\$9.390.445.442,00, que correspondem a 25% também previstos na lei de responsabilidade fiscal; segurança pública, R\$5.700.031.066,00; transporte e sistema viário, R\$2.688.580.508,00. Presidente, esse é o balanço do que teremos para 2014. Fica o registro e grande expectativa de um investimento de R\$12.600.000.000,00. Certamente, esses investimentos serão importantes para a infraestrutura, para a geração de empregos e para o aquecimento da economia. São R\$12.000.000.000,00 investidos no Estado, o que certamente possibilitará que Minas movimente e articule sua economia, ampliando o processo de desenvolvimento. Esse é o resumo, o balanço do orçamento que fizemos neste final de ano, agradecendo aos companheiros da Assembleia Legislativa, especialmente aos parlamentares da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que se debruçaram nesse projeto do orçamento e do PPAG. A peça está pronta, aprovada para o plenário. Que o ano de 2014 seja realmente de grandes avanços em Minas Gerais. Presidente, muito obrigado.

O deputado Elismar Prado - Presidente, deputadas, deputados, telespectadores, não poderia deixar de fazer algumas considerações, embora evitemos comparações. Entretanto, como esse é um assunto recorrente, não poderia deixar de falar sobre um tema muito importante, que é a infraestrutura viária do Estado de Minas Gerais. Ontem, participei, nesta Casa, do programa Assembleia Debate. Nele, discutimos sobre o programa Caminhos de Minas. Deputado Rogério Correia, o programa Caminhos de Minas foi lançado como o maior conjunto de obras de infraestrutura viária do Estado de Minas Gerais, com grandiosidade, porém os números são lamentavelmente muito negativos. Tentarei resumir o balanço do Caminhos de Minas em dezembro de 2013. Mais de três anos após o anúncio, apenas 41km dos 7.900km prometidos foram pavimentados. Repito, no programa Caminhos de Minas, foram prometidos 7.900km e até agora executados 41km. Apenas 6 dos 244 trechos previstos foram pavimentados. Apenas 1.000km dos 7.900km estão em andamento. Dos R\$3.700.000.000,00 previstos para a 1ª fase do programa, até hoje, os investimentos somam apenas R\$168.000.000,00. Após um anúncio com tanta grandeza, os números são lamentáveis. Além disso, o governo do estado não reconhece a parceria do governo federal, que socorre Minas Gerais com empréstimos, uma vez que Minas, com toda falácia do choque de gestão e do déficit zero, está afundada em dívidas. O Estado está falido e não cumpre os mínimos constitucionais de investimentos em saúde e educação. Não cuida da segurança, e os prefeitos têm que se virar. Por meio do governo federal, socorremos sim esse governo. Somam R\$5.000.000.000,00 os empréstimos do Banco do Brasil. Aliás, o deputado federal Weliton Prado, relator do orçamento da União na área de planejamento e obras do PAC, esteve com o governador Anastasia na assinatura do último empréstimo do Banco do Brasil, de R\$1.500.000.000,00. Esse empréstimo permitiu ao governo do Estado anunciar a realização de 14 obras de infraestrutura. Já foram emprestados R\$5.000.000.000,00, mas o governo, que se diz tão competente, lançou um programa em 2010 para fazer 7.900km de obras, mas até agora só realizou 41km. Queria deixar isso registrado e falar também do piso salarial dos trabalhadores da educação. Sou deputado de Minas Gerais e defendo a aplicação de 10% do PIB nacional em educação, independentemente do partido a que pertence o governo do Estado. Seja PT ou PSDB, o governo tem de cumprir a lei no Rio Grande do Sul, em São Paulo ou em Minas Gerais. Não sou deputado em São Paulo nem no Rio Grande do Sul, mas aqui em Minas Gerais o governo não cumpre a lei do piso salarial. A carreira dos professores ficou congelada, seus direitos foram retirados, e a classe está sendo duramente penalizada pelo governo do Estado. Vamos continuar a luta em defesa dos professores e das professoras, de todos os trabalhadores da educação. Presidente, para concluir, gostaria de dizer que também vamos continuar a luta em defesa da



carga tributária do Estado. Minas Gerais e o grupo que está à frente do poder no Estado resistiram à aprovação da Medida Provisória nº 579, que reduz as contas de luz residencial. Trabalhamos muito por isso, fizemos muita mobilização. O deputado Weliton Prado foi membro da comissão dessa medida provisória. Vamos continuar ainda a luta pela redução do ICMS, o maior do Brasil. Aliás, lançamos a Frente Parlamentar em Defesa do Setor Sucroenergético. Em São Paulo, paga-se 12% de ICMS; em Minas Gerais, 19%. O Estado tem de contribuir para a redução dos impostos, a retirada da carga tributária e para melhorar a vida do nosso povo. Sr. Presidente, é isso. Quero desejar felicidade, paz e feliz Natal a todos. Vamos continuar com muita luta em 2014 em defesa do povo de Minas Gerais!

O deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Sr. Presidente. Quero fazer uma prestação de contas do que foi a nossa Comissão Extraordinária das Águas, criada pela Mesa da Assembleia, atendendo a pedido nosso. Foi um ano de muito trabalho. Com essa comissão, estivemos em várias regiões do Estado, tanto naquelas que têm muitos rios, muita água, o que justifica Minas Gerais ser considerada a caixa d'água do Brasil, uma expressão criada pelo escritor Guimarães Rosa, como também nas regiões mais secas, onde não chove e os mineiros vivem em situação de sofrimento muito grande. Pudemos observar que os comitês de bacias, órgãos cuja finalidade é cuidar das águas, estão em dificuldade, já que não estão recebendo recursos do Fhidro. Aliás, no final do ano, esse fundo foi quase extinto, na prática. Por meio da nossa ação, da realização de uma audiência pública por mim solicitada, com a presença do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas, evitou-se que o governo do Estado retirasse os recursos do Fhidro. O apelo que fizemos várias vezes, bem como o apelo dos comitês acabaram sensibilizando o governo do Estado, que suspendeu o projeto de lei que extinguia o Fhidro. Também gostaria de falar a respeito de um assunto que o jornal *Estado de Minas* traz estampado em sua capa: "As cidades mineiras esnobam ajuda contra as chuvas". Nenhuma prefeitura mineira procurou a Defesa Civil para elaborar projeto de captação de recursos, para que haja medida de prevenção contra enchentes nas cidades. Olha que já estamos em pleno período chuvoso, e muitas cidades estão passando por um sofrimento muito grande. Estivemos no Vale do Rio Doce, na cidade de Ipatinga, da deputada Rosângela Reis, realizando uma discussão com o comitê de bacias a respeito do Rio Piracicaba, dos rios da região. Quando visitamos o local, o rio estava muito agredido, muito poluído, com pouca água. Agora não, o rio encheu e está causando um desastre danado. Queria comentar essa matéria, dizendo que, muitas vezes, a Defesa Civil não tem condições de ajudar em nada. Lembro-me de que fui em São João del-Rei, e a cidade estava cheia de água. As famílias com 2,5m de água em suas casas, e a Defesa Civil, singelamente, entregava uma vassoura de piaçava, uma garrafinha com água sanitária e meia dúzia de produtos de limpeza. Para quem está com 2,5m de água dentro de casa, essa ajuda não significa absolutamente nada. Convocamos para fevereiro uma audiência pública com a participação da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros, da Secretaria do Meio Ambiente, do Ministério da Integração Nacional e da Agência Nacional das Águas, porque esse fato é recorrente. Infelizmente, todos os anos, nossas cidades são inundadas, e nada é feito para evitar isso. Queremos saber da Comissão das Águas o que o Estado e a União têm preparado para enfrentar as enchentes que sempre ocorrem. Neste ano, estamos apenas no início. Janeiro vem aí, e as águas de janeiro são fortes, trazem uma tristeza muito grande para quem não tem como enfrentar as enchentes. É isso, Sr. Presidente, gostaria de convocar os membros de comitês de bacia para estarem conosco em fevereiro. Aproveito para agradecer a todos os comitês de bacia, o Fórum Mineiro de Comitês, pela ajuda, também agradeço a todos os servidores da Casa e a todos que nos acompanharam esse tempo todo. Desejo um feliz Natal e um ótimo ano novo a todos. Sr. Presidente, tendo em vista que o Plenário está vazio, solicito o encerramento, de plano, da reunião.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que encerre a reunião, de plano, porque, evidentemente, não há quórum.

O deputado Zé Maia - Sr. Presidente, solicito a suspensão dos trabalhos para que possamos fazer o entendimento para a votação. Solicito a suspensão da reunião ou a recomposição de quórum, Sr. Presidente.

O presidente - É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Zé Maia) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 37 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Questões de Ordem

O deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, queria solicitar a suspensão dos trabalhos para entendimentos sobre a pauta de votação desta manhã, pois há vários assuntos relevantes.

O deputado André Quintão - Muito bem, Sr. Presidente. Estamos com essa recomposição de quórum, então, já que os deputados estão presentes, queria tratar aqui de um assunto relevante. Ontem tivemos a notícia de uma luta vitoriosa na capital mineira. Ativistas culturais haviam feito uma movimentação e ocuparam um casarão na Rua Manaus, que estava completamente abandonado. O imóvel é da Fhemig e iria ser transferido para a Fundação Lucas Machado para instalar um museu em homenagem à passagem do ex-presidente Juscelino Kubitschek naquele espaço, que já havia sido hospital da Polícia Militar. Os ativistas culturais que entraram naquele casarão tiveram, inclusive, surpresas em relação ao que foi encontrado. Lá havia sido uma espécie de manicômio infantil, com locais de clausura, fechamento e gradeamento, um imóvel em péssimas condições. A transferência para a Feluma não estava se concretizando em nenhuma obra prática. Esses ativistas culturais deram a denominação de Espaço Coletivo Luiz Estrela. Imediatamente após essa ocupação, a pedido do movimento, realizamos aqui na Assembleia uma audiência pública da Comissão de Participação Popular. Deixamos claro na audiência que reverenciamos o ex-presidente Juscelino Kubitschek, que já é homenageado em vários espaços, não só em Belo Horizonte, mas em todo o Estado de Minas, em todo o País, e que a proposta de transformar aquele casarão em um espaço cultural, em um espaço dinâmico, em um espaço também de oficinas de formação cultural teria muito mais a ver com a história do local. Inclusive, ele seria resgatado para que pudéssemos lembrar que um dia houve ali tratamento inadequado às pessoas com deficiência. O governo do Estado esteve presente, por intermédio da Fhemig, da Feluma e da própria assessoria do governador. Foi uma audiência muito concorrida, os argumentos relacionados com o patrimônio foram apresentados e a



negociação vem prosseguindo. Por isso, acho importante a mobilização da sociedade. Ontem tivemos o sinal verde do governo do Estado, que, em reunião com o Coletivo Luiz Estrela, que foi morador de rua e faleceu, tomou a decisão de concordar com a proposta dos ativistas culturais. Essa foi uma adesão muito importante, e o casarão da Rua Manaus será transferido. Será uma conquista dessa nova mobilização da juventude, que se organiza de maneira informal, mas muito dinâmica. Fiquei muito feliz com essa decisão. Os jovens que lá estão são de várias áreas - da arquitetura, da engenharia, da psicologia -, são também trabalhadores e estão em sinergia com a população de rua, com os mais pobres. Ficamos muito felizes quando realizamos na Assembleia Legislativa uma audiência pública que traz resultados. Nesse caso então, o governo se convenceu de que a proposta daqueles ativistas culturais era muito mais interessante. Hoje temos essa boa notícia. Parece que esse imóvel já será transferido, hoje. Nós já colocamos até emenda no orçamento. Se tudo der certo, vamos aprovar até o dia 30 ou 31. Que essa conquista da cidade sirva de exemplo para outros jovens. Deputado Rogério Correia, parece que não há quórum, mas não vou pedir recomposição de quórum, porque V. Exa. tem algo importante para falar. Nós estamos aqui, mas parece que os outros deputados não estão preocupados com o orçamento ou com o Plano Plurianual.

O deputado Rogério Correia - Deputado André Quintão, mesmo com a ausência de quórum, o que tenho a dizer é importante porque retrata uma visão do Brasil. É uma notícia boa e eu prefiro vir a este microfone para trazer notícias boas. E hoje eu tenho uma notícia excelente. Eu ouvi alguns deputados criticando a presidenta Dilma. São aqueles do contra, como diz a presidenta, que torcem para que o Brasil dê errado. Aliás, o senador Aécio Neves fez, ontem, um festival de torcida contra o Brasil. Ele pintou um quadro para o exterior de que o Brasil é um país ruim, que não presta. O senador, agora, virou um radical de direita. O seu objetivo é falar mal da presidente Dilma. O esporte predileto do senador é falar mal da presidente. Trocou até o marqueteiro, brigou com o Serra e quer ser mais da direita do que o Serra. Agora fica essa disputa, mas ele vai perder no voto, porque não dá para falar mal de uma presidenta que tem um índice desses. Desemprego no Brasil: 4,6%. O menor desemprego de toda a história do Brasil desde que o IBGE faz esse cálculo. Uma das menores taxas de desemprego do mundo, com o desemprego estourando na Europa e nos Estados Unidos, infelizmente. Acho que este é o dado mais importante para se medir o desempenho de um governo: o governo está gerando emprego ou não. Mas vem outro dado positivo: o rendimento médio do trabalhador subiu 2%. Em outras palavras, o governo da presidenta Dilma gera emprego e divide renda. Este é exatamente o objetivo do nosso governo: gerar emprego, desenvolver o Brasil de forma sustentável e, melhorando a renda, fazer com que essa renda seja dividida no Brasil. Quero trazer, Sr. Presidente, essa boa notícia para o povo brasileiro a respeito do governo da presidenta Dilma: 4,6% de desemprego, que é a menor taxa histórica no Brasil. Trago, também, outra boa notícia. Está quase certa a vinda da presidenta Dilma no dia 23, segunda-feira. Estamos acertando os detalhes finais, e a presidenta Dilma, que viria a Belo Horizonte, mas não pôde, porque teve de ir ao funeral do saudoso Nelson Mandela virá e deve ser no dia 23. Convido todos os deputados e deputadas a comparecer ao evento, pois ela fará anúncios importantes junto ao governador do Estado. Todas as vezes em que a presidenta vem, o governador elogia muito, porque sabe que os recursos para Minas são abundantes. O Paulo Guedes mostrou um jornal que diz que, só para a secretaria do Gil Pereira, virão 2 bilhões em recursos para Minas no ano que vem, destinados à construção de cisternas no semiárido. Serão 2 bilhões. O governador Anastasia é elegante, sabe que a presidenta Dilma faz bem para Minas Gerais, embora alguns deputados, talvez desinformados, não saibam quanto a presidenta Dilma investe em Minas Gerais. Ela vem, presidente, para anunciar mais 1 bilhão e meio de verba para o metrô de Belo Horizonte, vai assinar uma ordem de serviço para a BR-381 e vai anunciar também as obras do PAC. Serão mais 1 bilhão e 700 milhões para obras de mobilidade urbana em Belo Horizonte e para conclusão das obras da Copa do Mundo. Ela vem fazer esses anúncios em Minas Gerais. Com a taxa de desemprego de 4,6% e o rendimento médio dos trabalhadores aumentando em 2%, até o senador teve que elogiar o Bolsa Família, que ele chamava de Bolsa Esmola, e teve que elogiar o Mais Médicos, que ele fez de tudo para rejeitar. Os deputados aqui, André Quintão, têm razão: vão ter que fazer uma autocrítica, inclusive os deputados da saúde. Doutor Wilson Batista, por exemplo, que vai me seguir, o Mais Médicos está sendo elogiado até pelo senador Aécio Neves agora. E ele está dizendo, também, que vai manter o Bolsa Família. Olhem que beleza. A pauta do governo federal está pautando agora o programa da oposição no Brasil. Antes assim. É bom que eles venham atrás e nos apoiem.

O deputado João Leite - O deputado Rogério Correia manda na Assembleia?

O presidente - Não manda, não. V. Exa. deveria se entender com o deputado Lafayette de Andrada, que pediu para suspender os trabalhos para entendimentos.

O deputado Gustavo Valadares - Mas V. Exa. ouviu as palavras da oposição e agora tem que ouvir as nossas palavras antes da suspensão. Argumento e contra-argumento, presidente. Sr. Presidente, questão de ordem. Para que a presidência de V. Exa. seja imparcial na condução dos trabalhos, se foi dada a palavra a um membro da oposição antes da suspensão, que seja também dada a palavra a um membro da situação e, depois, suspenderemos a reunião. Nada mais justo.

Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência vai suspender a reunião por 1 hora e 50 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Luiz Humberto Carneiro) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

2ª Fase

O presidente - Esgotado o prazo destinado a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Prorrogação da Reunião

O presidente - A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até às 13h59min.



Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência vai suspender a reunião por 1 hora e 10 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O presidente - Esgotada a hora destinada a esta reunião, a presidência a encerra, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/12/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Ivair Nogueira e Tadeu Martins Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Rogério Correia; rejeição; solicitação de verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questão de ordem; renovação da votação; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição - Requerimento do deputado Zé Maia; aprovação - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.740/2013; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.771/2013; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.779/2013; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.787/2013; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; Declarações de Voto - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.565/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.440/2013; apresentação das Emendas nºs 4 a 6 e da Subemenda nº 1 a Emenda nº 1; encerramento da discussão; requerimento do deputado Sávio Souza Cruz; deferimento; discurso do deputado Rogério Correia; requerimento do deputado Anselmo José Domingos; deferimento; requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro; aprovação; votação nominal do projeto, salvo emendas, subemenda e destaque; aprovação na forma do vencido em 1º turno; discurso do deputado Rogério Correia; votação nominal do inciso I do art. 74; aprovação; votação nominal da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e das Emendas nºs 2, 3, 5 e 6; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.550/2013; encerramento da discussão; discurso do deputado André Quintão; Questão de Ordem; votação nominal do projeto, salvo emendas e subemendas; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 5, 15, 17, 22 a 25, 27, 29 a 33, 35, 37 a 39, 42 a 52, 55, 57, 59, 60, 62 a 64, 67, 68 e 71 a 138 e das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 2, 4, 6, 7, 9, 13, 14, 16, 26, 28, 34, 36, 40, 41, 54, 56, 58, 61, 65 e 69; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 4, 6 a 10, 13, 14, 16, 26, 28, 34, 36, 40, 41, 54, 56, 58, 61, 65, 66 e 69; votação nominal das Emendas nºs 11, 12, 18 a 21, 53 e 70; rejeição - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.551/2013; encerramento da discussão; requerimento do deputado Sávio Souza Cruz; deferimento; requerimento do deputado Sávio Souza Cruz; aprovação; discurso da deputada Maria Tereza Lara; votação nominal do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 1 a 21, 23 a 34, 38 a 41, 43 a 47, 49 a 53, 55 a 58, 63 a 77, 79 a 83, 85 a 92, 109 a 119, 131 a 142, 144 a 155, 158 a 166, 179 a 188, 190, 367 a 406, 411 a 418, 424 a 433, 438 a 455, 574 a 580, 582 a 584, 589 a 597, 628 a 632, 754 a 757, 783 a 793, 795, 796, 798 a 803 e 805 a 877 e das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 48, 54, 78, 84, 121, 125, 127, 130, 407 a 410, 419 a 421, 585 a 587, 753, 758 a 760, 794 e 797; aprovação; prejudicialidade das Emendas nº 48, 54, 78, 84, 121, 125, 127, 130, 407 a 410, 419 a 421, 585 a 587, 753, 758 a 760, 794 e 797; votação nominal das Emendas nºs 22, 35 a 37, 42, 60 a 62, 93 a 108, 120, 122 a 124, 126, 128, 129, 143, 156, 157, 167 a 178, 189, 191 a 366, 422, 423, 434 a 437, 456 a 573, 581, 588, 598 a 627, 634 a 752, 761 a 782 e 804; rejeição; discurso do deputado Sávio Souza Cruz; votação nominal da Emenda nº 826; aprovação; discurso do deputado Adelmo Carneiro Leão; votação nominal das Emendas nºs 769 a 774; rejeição; votação nominal das Emendas nºs 761 a 764, 767, 768 e 775 a 782; rejeição; discurso do deputado Adelmo Carneiro Leão; votação nominal da Emenda nº 581; rejeição; discurso do deputado Rogério Correia; votação nominal da Emenda nº 765; rejeição; discurso do deputado Rogério Correia; votação nominal da Emenda nº 766; rejeição - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 4.784 e 4.785/2013, dos Projetos de Lei Complementar nºs 27/2012 e 53/2013 e dos Projetos de Lei nºs 79, 177, 883, 1.023, 1.308, 1.346, 1.589, 1.617, 1.970, 2.321 e 2.597/2011, 3.318, 3.389 e 3.649/2012 e 3.811, 3.902, 3.903, 3.926, 3.950, 4.027, 4.075, 4.180, 4.231, 4.239, 4.258, 4.299, 4.352, 4.387, 4.390, 4.439, 4.440, 4.441, 4.442, 4.443, 4.454, 4.485, 4.540, 4.544, 4.575, 4.646, 4.648, 4.718, 4.740, 4.745, 4.771, 4.779, 4.787, 4.550 e 4.551/2013; aprovação; Declarações de Voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo

Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 20 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Tadeu Martins Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Resolução nº 4.785/2013, os Projetos de Lei Complementar nºs 27/2012 e 53/2013 e os Projetos de Lei nºs 3.811, 3.926, 4.027, 4.180, 4.299, 4.387, 4.390, 4.439, 4.441, 4.442, 4.443, 4.454, 4.485, 4.646 e 4.648/2013, apreciados na ordinária realizada hoje, à tarde. A presidência informa ainda que fez retirar da pauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2013, que teve sua discussão adiada por cinco dias na referida reunião.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente - Vem à Mesa requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita a inversão da pauta desta reunião de modo que o Projeto de Lei nº 4.440/2013 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O deputado Rogério Correia - Peço verificação, Sr. Presidente.

O presidente - A presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação e torna a votação do requerimento sem efeito.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, é um requerimento sobre a inversão da ordem dos trabalhos. Vou tentar situar para os deputados o problema que existe em relação a essa inversão. Há, em seguida, outro requerimento do deputado Zé Maia que vai solicitar a inversão de outra forma. O que estou propondo, em nome do Bloco Minas sem Censura, é que o Projeto de Lei nº 4.440, que versa sobre reforma administrativa, seja votado em último lugar da pauta. O requerimento que vem a seguir coloca a votação dele antes da votação do orçamento do PPAG. Por que estou propondo jogá-lo para o último lugar da pauta? Esse projeto tem em si uma polêmica que não está resolvida e que nos levará a uma ampla discussão no Plenário. Já estão inscritos 13 deputados para fazer a discussão do projeto. A discussão diz respeito à emenda mais polêmica. Uma emenda de 2º turno foi incluída nesse Projeto de Lei nº 4.440, que não versa sobre reforma administrativa, mas sobre a retirada de um direito que têm os professores hoje: o direito de se aposentarem tendo 25 ou 30 anos de serviço público, mas sem terem completado o tempo de idade de aposentadoria. Esse professor ou professora pode continuar na escola, não necessariamente na sala de aula. Então, pode fazer opção de ir para a biblioteca, para a secretaria ou mesmo para o apoio pedagógico, o que é muito comum. Quem já deu aula em escola pública, como eu, que lecionei em escola pública durante 10 anos, sabe disso. A escola nunca fica sem necessidade de pessoal. Isso existe sempre. Em geral as professoras que têm mais tempo de serviço, os professores cansados e já com problemas de saúde etc. e que não estão com laudo médico são deslocados para essas outras funções, inclusive a de apoio pedagógico em sala de aula. São funções importantes. Então não haverá, por parte do governo, sequer gasto financeiro em relação a isso, porque esses professores e professoras terão de ser substituídos por outros: bibliotecário, secretário e outros professores para apoio pedagógico. A Teresa, que deu aula durante tanto tempo, sabe disso. É comum haver professoras mais antigas que optam por esse direito de permanecer na escola em outra função que não seja a sala de aula, às vezes com uma função até pedagógica, a maioria de apoio pedagógico. Essa emenda está proposta nesse projeto. Ela já entrou em outros projetos na Casa; sempre fizemos apelo e ele vai entrando em outro, mas nunca é um projeto de lei específico para isso. Então, ele está entrando novamente com uma emenda de 2º turno. Não há acordo em relação a isso. E há, da nossa parte, disposição de discutir esse projeto de forma contundente. Então, já há 13 deputados inscritos. Se deslocarmos essa discussão para depois do orçamento e do PPAG, teremos facilidade e ficará apenas esse projeto na pauta. Mas colocá-lo antes do PPAG e do orçamento pode levar à sua inviabilização por falta de quórum para o projeto do orçamento para o PPAG. Presidente, se isso acontecer, não responsabilize o Bloco Minas sem Censura pela questão do orçamento e do PPAG. O deputado João Leite está perguntando sobre acordo. Para esclarecer, não houve acordo em relação a esse projeto "pé na cova". Desde o início, dissemos que somos contrários à inclusão do "pé na cova". João Leite, houve acordo, por exemplo, para dar anistia aos professores e às professoras. Na época, houve acordo com o presidente Dinis Pinheiro e o líder Luiz Humberto para ser votado independentemente do governo. Mas esse acordo não foi cumprido. Há acordo para aprovação da pauta, não para aprovar o "pé na cova". Vamos aprovar a pauta e estamos avisando que vamos obstruir a discussão desse projeto. Há 13 deputados que querem discutir esse tema. É muito mais real, do ponto de vista dos deputados, deixar esse projeto para o último lugar. Desse modo, faremos a discussão sem risco nenhum de prejudicar o orçamento e o PPAG. Faço apelo aos deputados para deixarmos esse projeto para o final da pauta.

O presidente - A presidência vai renovar a votação do requerimento. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O deputado Rogério Correia - Verificação de votação.



O presidente - É regimental. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O presidente - Votaram “sim” 10 deputados. Votaram “não” 34 deputados, totalizando 44 votos. Está, portanto, ratificada a rejeição do requerimento.

Vem à Mesa requerimento do deputado Zé Maia em que solicita a inversão da pauta desta reunião de modo que os Projetos de Lei nºs 4.440, 4.550 e 4.551/2013 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.740/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.771/2013, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Marques Abreu, que proíbe a prática do trote estudantil violento nos estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema Estadual de Educação. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.771/2013 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.779/2013, do deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Carangola o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.779/2013 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.787/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe, no território do Estado de Minas Gerais, a apresentação, a manutenção e a utilização de animais selváticos ou domésticos, quer nativos, quer exóticos, em



espetáculos circenses ou quaisquer eventos que explorem essas espécies de animais. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O deputado Elismar Prado - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Tadeu Martins Leite - Sr. Presidente, registre meu voto “sim”, por favor.

O presidente - Estão computados. Votaram “sim” 47 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.787/2013 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, este projeto já passou em 1º turno, e eu o expliquei. Trabalhamos nele há 20 anos, digo, há 15 anos, esse projeto foi apresentado nesta Casa e sempre considerado inconstitucional. Tivemos de mostrar à Comissão de Justiça que só faltava em Minas Gerais. Quando fizemos esse projeto, o enviamos a todas as câmaras municipais, que o consideravam constitucional. Há outro projeto agora: executar o Hino Nacional nos estádios de futebol antes da partida. Fui o primeiro a apresentar no Brasil, e o meu projeto é considerado inconstitucional até hoje. Em todos os Estados do Brasil já existe o projeto. Ideias boas, nós as temos. A Casa agora mostrou e fez justiça a todo o movimento, principalmente às meninas que estão na galeria, aqui em cima. Muito obrigado aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas, ao presidente desta Casa, que entendeu que está na hora de apoiarmos o movimento mineiro de direitos dos animais. Isso que aconteceu hoje aqui, está indo para o mundo inteiro. Parabéns. A todos os senhores, muito obrigado.

O deputado André Quintão - O deputado Alencar da Silveira Jr. fez menção, e eu queria registrar que, primeiro, o deputado Sebastião Costa, presidente da Comissão de Justiça, mostrou muito empenho para haver uma leitura aberta desse projeto. Aliás, ele me concedeu a honra de ser o relator desse projeto. Eu não estou na Comissão de Justiça há 20 anos. Entrei agora e creio que esse projeto, além de ser importante, segue a lei. Por isso o parecer foi favorável. Eu gostaria de fazer o registro da presença do deputado Sebastião Costa. Obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr., por reconhecer o papel da atual Comissão de Justiça da Assembleia. Parabéns aos militantes da causa que acompanharam todo esse processo.

O presidente - Parabéns, deputado. Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.565/2011, do deputado Hélio Gomes, que acrescenta inciso ao art. 6º da Lei nº 16.306, de 7/8/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:

Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Carlos Mosconi - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, registre meu voto “sim”, por favor.

A deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Gilberto Abramo - Registre meu voto “sim”.

O deputado Rogério Correia - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O presidente - Estão computados. Votaram “sim” 39 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1, salvo emenda. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.565/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Transporte.

Questão de Ordem

O deputado André Quintão - Sr. Presidente, o deputado Rogério Correia fez uma observação em relação a essa polêmica da emenda da educação. Há 13 deputados do bloco inscritos para discutir, por 1 hora cada um, essa emenda. Para não iniciarmos esse processo, peço-lhe que suspenda a reunião para entendimento. Se começar uma obstrução de 13 horas, acredito que isso possa prejudicar os projetos posteriores. Assim sendo, peço a suspensão, para buscarmos o entendimento.



Suspensão da Reunião

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - A presidência vai suspender a reunião por 50 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.440/2013, do governador do Estado, que altera as Leis Delegadas nº 179, de 1/1/2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da administração pública do Poder Executivo do Estado, e nº 180, de 20/1/2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO SUBSTITUTIVO Nº 3 AO PROJETO DE LEI Nº 4.440/2013

EMENDA Nº 4

Dê-se ao art. 37 a seguinte redação:

“Art. 37 - Ficam extintos, a partir da publicação desta lei, os cargos de provimento em comissão de vice-diretor-geral e vice-presidente constantes nos itens V.1.A.1, V.1.B.1, V.2.1, V.5.1, V.6.1, V.7.1, V.12.1, V.13.1, V.15.1, V.19.1, V.21.1, V.22.1, V.24.1, V.27.1, V.28.1, V.29.1, V.32.1 e, a partir de 31 de março de 2014 quanto ao item V. 14.1, todos do Anexo V da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007.”

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2013.

Anselmo José Domingos

EMENDA Nº 5

Dê-se ao art. 10 do vencido a seguinte redação:

Art. 10 - O inciso III do art. 119 da Lei Delegada nº 180, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 119 - (...)

III - unidades administrativas:

- a) auditoria seccional;
- b) procuradoria;
- c) diretoria executiva;
- d) diretoria técnica;
- e) diretoria de programação e produção;
- f) diretoria de jornalismo;
- g) diretoria de radiofusão e telecomunicações;
- h) diretoria de planejamento, gestão e finanças.”

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2013.

Duarte Bechir

Justificação: A emenda proposta tem o objetivo de promover a reestruturação das diretorias da Fundação TV Minas. Ressalte-se que o novo quadro de cargos em comissão da administração superior da TV Minas, constante no Anexo I do Projeto de Lei nº 4.441/2013, já contempla os seis cargos de diretor previstos na emenda.

EMENDA Nº 6

Substitua-se no inciso I do art. 74 do vencido a expressão “1º de janeiro de 2014” por “1º de janeiro de 2015” e acrescente-se o seguinte inciso III ao art. 76 do vencido:

“Art. 76 - (...)

III - a partir de 1º de janeiro de 2015, relativamente ao inciso I do art. 74.”

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2013.

Zé Maia

Justificação: A emenda proposta visa adequar a data de vigência da revogação do dispositivo.

SUBEMENDA Nº 1 A EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 4.440/2013

Dê-se aos incisos I dos arts. 47 e 49 do vencido a seguinte redação e substitua-se o quadro de cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado de Governo, constante do item IV.2.11 do Anexo IV da Lei Delegada nº 174, de 2007, a que se refere o Anexo I do vencido:

“Art. 47 - (...)

I - cargos do grupo de direção e assessoramento:

- a) seis DAD-4;
- b) quatro DAD-5;

- c) dois DAD-6;
- d) um DAD-7;
- e) dois DAD-8;
- (...)

Art. 49 - (...)

I - cargos do grupo de direção e assessoramento:

- a) seis DAD-2;
- b) nove DAD-3;
- c) quatro DAD-4;
- (...)

ANEXO I

(a que se refere o art. 52 da Lei nº , de de de 2013)

'ANEXO IV

(a que se refere o § 2º do art. 2º da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007)

QUANTITATIVOS DE VALORES UNITÁRIOS E DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

IV.2 - QUANTITATIVOS DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, FUNÇÕES GRATIFICADAS E GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS ESTRATÉGICAS ATRIBUÍDOS AOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

(...)

IV.2.11 - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Espécie/nível	Quantitativo de Cargos
DAD-1	25
DAD-2	27
DAD-3	28
DAD-4	114
DAD-5	19
DAD-6	63
DAD-7	20
DAD-8	57
DAD-9	3
DAD-10	8

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2013.

Duarte Bechir

Justificação: Esta subemenda tem por objetivo corrigir equívoco relativo ao quantitativo de cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado de Governo - Segov -, constante na Emenda nº 1, em decorrência da transferência de cargos da Secretaria de Estado de Esportes e Juventude para a Segov.

O presidente - Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda do deputado Anselmo José Domingos, que recebeu o nº 4, uma do deputado Duarte Bechir, que recebeu o nº 5, e uma do deputado Zé Maia, que recebeu o nº 6, e uma subemenda à Emenda nº 1, do deputado Duarte Bechir, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. Vem à Mesa requerimento do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita a votação destacada do inciso I do art. 74. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, deputadas e deputados, esse projeto do governador do Estado altera as Leis Delegadas nºs 179 e 180, feitas em janeiro de 2011, e o governo chamou o projeto de reforma administrativa. Já tive oportunidade de discutir esse projeto de lei, no 1º turno, e fiz críticas a essa reforma administrativa que o governo diz que vai fazer. Na verdade, ele altera leis delegadas com que o próprio governo criou secretarias, criou um monte de cargos. E agora, no final do governo, ele vai retirar algumas.



Em geral, o projeto retira o que devia ser aprofundado, como o Instituto de Terras, a própria Ademg, porque doou o Mineirão - a dengue continua, não é, Adelmo? A Ademg, o governo vai terminar com ela. Enfim, já fiz críticas ao projeto do governador do Estado no que diz respeito à reforma administrativa.

Agora no 2º turno, o governo recolocou uma emenda que já conseguimos retirar várias vezes de outros projetos. E sempre essa emenda, deputado Adelmo Carneiro Leão, é apresentada em projeto que nada tem a ver com o assunto. Como agora, também num projeto de reforma administrativa, ele recoloca e penaliza o professor com mais uma perda de direito. Um professor ou uma professora tem direito hoje de se aposentar numa escola a partir de 25 anos de serviço, a professora e a idade ou o professor aos 30 anos de serviço com a sua idade. Esse período em que ela já completou o tempo de serviço de aposentadoria, mas ainda não a idade, para se aposentar, essa professora ou professor pode, continuando na escola, não necessariamente em sala de aula, ao decorrer desse tempo que lhe falta, às vezes um ano, dois anos etc. Então, essa professora vai fazer apoio pedagógico, trabalho na biblioteca ou na secretaria da escola. Em geral isso funciona como apoio pedagógico. Se uma professora falta um dia, tal professora a substitui na sala de aula. Então, ela faz substituições pedagógicas, uma coisa necessária na escola, o que é feito, portanto, com o professor que tem mais tempo de serviço.

Não preciso dizer o sofrimento que tem sido permanecer numa sala de aula numa escola. Dei aula em escola pública de periferia na região metropolitana durante 10 anos, e não é fácil. Então, depois de 30 anos de trabalho, você tem essa opção de continuar na sua profissão. E isso não é novo apenas em escola. Eu conversava com o deputado Sargento Rodrigues, e na Polícia Militar já se faz isso. Só que a Polícia Militar tem, como o Adelmo apresentou a ideia para discutirmos, o abono-permanência. Então, o professor poderia optar ou por exercer uma outra atividade na escola, de auxílio pedagógico, ou por continuar na sala de aula se ele assim quisesse, com o abono que ele teria a mais por cada ano que trabalhasse. Essa é uma sugestão que nós consideramos viável de ser feita para substituir essa ideia, não sei por que, fixa que as secretárias de Educação e de Planejamento colocaram na cabeça que é necessário, de todo jeito, cortar esse direito dos professores. Professora no governo do Estado é perseguida de todo jeito. Já tínhamos descoberto que professora não pode nem comer na escola, o que já denunciemos. Agora ficamos sabendo que a professora não pode nem se aposentar em paz na escola, tem de ser ali, fustigada, tem de ter um castigo. Parece castigo. Anistia para as professoras, absolutamente nada até hoje.

Agora, vem esse projeto do governo, que é de reforma administrativa, incluindo mais uma emenda retirando direito das professoras. Final de ano, em vez de vir um presente de Natal, que nada. Deputados, prestem atenção nisso, lembram o projeto que votamos para dar um reajuste de 5% retroativo a outubro? Ele não foi sancionado até hoje. Essa é outra notícia que o governo precisa esclarecer. Não foi sancionado. É retroativo a outubro, ou seja, amanhã é dia 20, e fecha-se a folha de pagamento. O governo pagará as professoras em janeiro, de novo sem o aumento de 5%, porque até hoje não sancionou. Vejam bem a maldade, em vez de sancionar agora para pagar os professores em janeiro - lembram que votamos tudo com pressa -, até hoje nada. Vai deixar para sancionar depois que a folha de pagamento estiver pronta e pagará só em fevereiro a coitada da professora, que agora tem que ficar dentro da sala de aula e não pode comer. Não tem condições. Sinceramente, pedirei destaque para vermos se derrotamos essa emenda.

Para não fazermos obstrução, o governo está fazendo uma contraproposta, que é entrar com essa emenda com validade em 2015. Tudo bem, pelo menos ganhamos um ano nesse processo. Depois, quem sabe durante o ano, tentamos discutir pelo menos o abono-permanência, proposto pelo Adelmo e completamente viável. Peço aos deputados que nos ajudem, durante o ano, a aprovar o abono-permanência em substituição a essa medida draconiana de simplesmente desconsiderar que a professora, cansada e doente, tenha que ficar na sala de aula. Não tem condições, isso parece perseguição. Então, peço apoio aos deputados no próximo ano.

Além disso, foi prometido às professoras que ninguém seria punido, que haveria anistia para a greve de 2012. Até hoje estou com um projeto na Comissão de Justiça, presidente Dinis, à qual peço empenho, e também ao deputado Sebastião Costa, presidente da Comissão, para que o projeto tramite, a fim de pelo menos discutirmos a anistia das professoras. Deixo o apelo ao Deputado Sebastião Costa para que o projeto tramite na Comissão. O deputado André Quintão se propõe a ser o relator. Se for o caso, negociamos com o governo para que envie outra proposição, mas vamos deixar o projeto tramitar. Deixo esse apelo, que é de toda a categoria dos professores, não é apenas meu.

Aos deputados, apelo para que derrotem a emenda que destacarei, para não permitir que se acabe com o direito que o professor tem de ficar um período, em que esteja muito cansado, trabalhando na escola. Ouvi comentários dizendo que o professor fica à toa na escola. Não, não fica à toa. Já fui vice-diretor de escola, a Maria Tereza deu aula durante anos e sabe disso. Ninguém fica à toa na escola. Soldado à toa no quartel quer serviço. Professora na escola não fica sem serviço. Dentro de uma escola, o que não falta é serviço. Se você é vice-diretor, você vira tudo na escola, você precisa de pessoas para auxiliar e não tem. A pessoa quase morre de trabalhar quando vira diretor ou vice-diretor de escola. Não tem secretária direito, e são as professoras que ajudam na secretaria. Se vocês conhecessem a realidade de uma escola, não fariam essa bobagem, que professora ficará aposentada à toa na escola. Não é verdade, não fica à toa na escola. Fica trabalhando. Muitos professores faltam e não são substituídos de um dia para o outro. Essa pessoa que está lá substitui a professora que ficou doente ou que está de licença-maternidade. Ela vai para a sala de aula e faz a substituição. Tem serviço que não acaba mais. Pinduca, parece judiação com as professoras, parece perseguição. Às vezes, estou fazendo um juízo errado e não é perseguição; às vezes, ela deu aula o tempo inteiro na UFMG e desconhece a realidade de uma escola pública, nas periferias dos grandes centros ou no interior do Estado de Minas Gerais. Por não conhecer, ela trata a escola como se fosse a UFMG. Não é, há todas as diferenças.

É exaustivo uma professora ficar 25 anos direto numa sala de aula. Às vezes, quando as professoras vêm para cá, parece que elas estão bravas, amarguradas, mas, na realidade, estão cansadas e ainda recebem um salário miserável. Não é fácil viver com esse salário e criar família. E, quando chegam em casa, ainda têm uma terceira jornada, numa sociedade que é machista. Sinceramente, tirar um direito desse de uma professora é maldade.

Solicito aos deputados que votem contrariamente a essa proposta do governo, de acabar com esse direito que a professora tem no fim da vida. No fim da vida, ela ainda é obrigada a ir para a sala de aula. Se estiver doente, azar, vai para a sala de aula assim mesmo;



está passando mal, está esgotada, vai para a sala de aula. Coitados dos alunos também, porque aguentar uma pessoa nessas condições na sala de aula não faz bem para eles. A pessoa não está com a preparação nem com o vigor para lecionar nessas condições. Então, presidente, proponho a votação contrária ao projeto, em especial contrária a essa emenda que entrou no projeto, que nada tinha a ver com ele, mas que está fazendo parte dele a partir de uma emenda de 2º turno aprovada na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Peço aos deputados que a questão da anistia tramite no ano que vem para fazer jus a um acordo feito nesta Casa, com a presença de todos os líderes e do presidente da Casa. Esse acordo ainda não foi cumprido. Estou cobrando isso dos nobres deputados. Só mais uma questão, presidente. Essa proposta para acabar com o direito do professor não tem respaldo da categoria, e o sindicato é absolutamente contrário a isso. Peço que também levem isso em consideração na hora do voto. Obrigado.

O presidente - Vem à Mesa requerimento do deputado Anselmo José Domingos em que solicita a retirada de tramitação da Emenda nº 4. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro em que solicita a votação em bloco da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e das Emendas nºs 2, 3, 5 e 6. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemenda e destaque.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:

Alencar da Silveira Jr. - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

- Registram “não” os deputados e a deputada:

Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Durval Ângelo - Gilberto Abramo - Ivair Nogueira - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram “sim” 35 deputados. Votaram “não” 12 deputados, totalizando 47 votos. Está aprovado o projeto, salvo emendas, subemenda e destaque. Votação do inciso I do art. 74. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas deputados, será rápido, só 5 minutos, mas vou voltar a insistir no assunto. Esse é o destaque que fizemos àquela emenda que aqui coloquei, que retira do professor e da professora o direito de, estando já com o tempo de trabalho completo para se aposentar, mas não tendo ainda a idade para aposentadoria, permanecer na escola com funções não de sala de aula especificamente. Ela pode continuar na escola e trabalhar na secretaria, nas salas de aula como substituta, como apoio pedagógico ou na biblioteca. Enfim, ela pode ter outra função na escola.

Isso ocorre no Estado de Minas Gerais desde mil novecentos e Kafunga, lembrando aqui de nosso companheiro João Leite. Já existe há muito tempo. O governo quer tirar isso agora, e quer fazê-lo de forma intempestiva. Primeiro, sem debate algum com o sindicato para saber os problemas existentes. Várias empresas promovem situações para que seu funcionário fique na empresa. Ele dá bônus para que esse funcionário faça a opção. Já chegamos a levantar essa proposta para o governo. Os sindicatos já chegaram a aventar essa possibilidade. Já existe isso, por exemplo, na Polícia Militar. Depois que o policial militar completa seu tempo de serviço de rua, ele pode trabalhar dessa forma, a não ser que queira receber - e receba - um abono por produtividade, que ele tem para permanência na função que tinha anteriormente. Isso é comum. Empresas fazem acordos com seus empregados para que não se aposentem e fiquem mais tempo. São oferecidos bônus a eles. Aqui o governo resolveu fazer diferente, quer retirar essa vantagem dos professores.

Basicamente vou repetir argumentos. Queriam que os deputados votassem agora um pouco com o coração. Não votem apenas com a razão do governo. Isso não vai tirar do deputado nada do que foi comprometido com o governo. Vocês vão dizer ao governo que ficaram sensibilizados com a situação. Acho que ninguém concorda com a professora não poder comer na escola. Isso não resolve o problema. Levem em consideração também aquele informe que dei. Vocês viram que o governo se calou. Fazer a maldade de não sancionar um projeto dos professores, que estão saindo de férias? Sancionado o projeto dos 5%, teriam de pagar os valores retroativos, de outubro para cá. Ao invés de pagarem em janeiro, que é o mês das férias, pagarão só em fevereiro. A professora estava esperando esse dinheirinho a mais para, quem sabe, ir à praia descansar. Às vezes nem vai para a praia, mas para a cidade dela do interior. Um dinheiro que viria a mais, de 5%, não virá. Ficará para fevereiro. Não sancionou o projeto.

Agora, pergunto a vocês: o projeto do Funpemp já foi sancionado? Esse projeto foi sancionado no dia seguinte. O governador não se esqueceu de sancionar o projeto do Funpemp. No dia seguinte, ele estava lá, serelepe, assinando-o. O projeto que concede esse aumento de 5%, Adelmo, até hoje não foi assinado. Amanhã fica pronta a folha de pagamento, e elas não receberão em janeiro o retroativo de 5%. Sairão de férias, sem os 5% a mais. Outubro, novembro, dezembro, elas receberiam em janeiro esses três meses. Nada, nada são 15% e dariam para melhorar um pouco as férias das professoras. O 13º salário já está na dívida, considerando um salário de R\$1.500,00, R\$2.000,00. Menos, não é? Costuma ser menos que isso. Às vezes é R\$1.300,00. Se for auxiliar de escola, será menos ainda, algo beirando o salário mínimo. Os reajustes não são os nacionais.

Deputados e deputadas, vamos ter sensibilidade e deixar essa discussão para o próximo ano. Podemos fazê-la com calma. Derrotamos isso agora e conversamos em 2014 sobre um projeto que crie esse abono permanência, que dê opção ao professor. Ele poderá optar por ficar em sala de aula, mas com um bônus. Dessa forma, aquelas que ainda estão aptas e podem continuar na sala de aula, vão querer continuar, desde que tenham o abono a mais. Alencar, essa é uma solução muito mais adequada que tirar um direito



que já existe há anos. Alencar, conto com seu voto. Tenho certeza de que votará conosco. Você é sensível, embora por esses dias tenha andado meio embrutecido. Confio no coração do Alencar, sei que votará conosco.

Peço aos deputados da base também que não votem contra as professoras. É fim de ano, véspera de Natal. Sairemos daqui felizes para nossas casas. Teremos nosso fim de ano e Natal. Não faremos obstrução aos projetos. Levem em consideração o espírito natalino. Não vamos tirar da professora um direito, que é dela, no finalzinho do ano. Pensem assim, cada um de vocês com a sua consciência. Esqueçam um pouco o governador Anastasia e votem com o coração, votem com as professoras. Obrigado.

O presidente - Em votação, o inciso I do art. 74.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:

Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

- Registram “não” os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Ivair Nogueira - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram “sim” 35 deputados. Votaram “não” 15 deputados, totalizando 50 votos. Está aprovado o inciso I do art. 74. Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e as Emendas nºs 2, 3, 5 e 6.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

- Registram “não” os deputados:

Almir Paraca - André Quintão - Gilberto Abramo - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram “sim” 39 deputados. Votaram “não” 8 deputados. Estão aprovadas a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e as Emendas nºs 2, 3, 5 e 6. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.440/2013 na forma do vencido em 1º turno, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e as Emendas nºs 2, 3, 5 e 6. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.550/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2012-2015 -, para o exercício 2014. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 5, apresentada pela Comissão de Saúde, com as Emendas nºs 15, 17, 22 a 25, 27, 29 a 33, 35, 37 a 39, 42 a 52, 55, 57, 59, 60, 62 a 64, 67 e 68, apresentadas pela Comissão de Participação Popular, com as Emendas nºs 71 a 138 e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 2, 4, 6, 7, 9, 13, 14, 16, 26, 28, 34, 36, 40, 41, 54, 56, 58, 61, 65 e 69, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 11, 12, 18 a 21, 53 e 70. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão* - Presidente, deputados e deputadas, vamos fazer o encaminhamento do ponto de vista da participação da Assembleia no processo de revisão do PPAG. O mecanismo da revisão é uma novidade desde 2003, conquistado por emenda popular da sociedade civil. Eram muito comuns planejamentos e planos plurianuais encomendados de assessorias técnicas, de consultorias, que cumpriam uma mera formalidade legal. Os governos não valorizavam os instrumentos de planejamento, muito menos o Poder Legislativo.

Por solicitação de várias entidades da sociedade civil, instituímos, por lei, na Assembleia o processo de revisão, que é exatamente o momento em que a Casa faz o balanço e a análise das políticas públicas em curso. Este ano houve uma grande novidade: a Assembleia lançou o portal Políticas Públicas ao Seu Alcance, que permite esse acompanhamento sistemático das políticas públicas por parte dos deputados e das deputadas.

Vinculado a essa novidade, instituímos também o monitoramento semestral, que é o momento em que as comissões permanentes da Assembleia entram em contato com os representantes do governo para fazer também, da sua parte, o balanço e o acompanhamento dessas políticas públicas. Este ano houve grande avanço nesse sentido. Todas as comissões realizaram audiências de monitoramento, que, ao final do ano, contribuíram para as audiências de revisão.

Neste ano realizamos 16 audiências públicas de revisão do PPAG, 11 na capital e 4 no interior. As audiências em Belo Horizonte foram coordenadas pelas comissões permanentes em conjunto com a Comissão de Participação Popular. Nessas 16 audiências, foram colhidas 260 sugestões populares, que após triagem foram transformadas em 164 propostas de ação legislativa. Dessas 164 propostas, 132 propostas populares foram aprovadas, gerando 154 requerimentos, 42 emendas populares ao PPAG e 50 emendas ao orçamento, totalizando-se 92 emendas populares.

Para que os deputados e os telespectadores tenham ideia, nesses 10 anos em que realizamos as discussões dos planos plurianuais, foram aprovadas 1.106 emendas populares. Neste ano, 92 emendas populares foram aprovadas. Esse trabalho é realizado em comum acordo com a Comissão de Fiscalização Financeira, cujos membros cumprimento na pessoa dos deputados Zé Maia e Lafayette de Andrada, que foi relator. Sempre buscamos realizar um trabalho conjugado para que o que for aprovado na Comissão de Participação



Popular seja, depois, aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira, para ser sancionado pelo governo. Fazemos isso para não jogar o processo no descrédito, pois não adiantaria, no interior, recolhermos 260 propostas e noventa e tantas emendas, aprovarmos na comissão para, depois, serem rejeitadas na Comissão de Fiscalização Financeira, expondo politicamente seus membros.

É bom registrar que a análise dessas emendas é feita com o forte aparato técnico da Assembleia Legislativa. As comissões de mérito foram convidadas para, este ano, participar das rodadas de negociação, pois o governo também participa desse processo através da Seplag, senão, caso não concorde, depois não executará o que foi aprovado. Trata-se de um forte trabalho técnico que conta também com a participação das comissões de mérito.

Gostaria de destacar neste ano algumas novidades do ponto de vista de público e iniciativa. O deputado João Leite participou dessa rodada. Aprovamos, por exemplo, duas emendas, que contaram com o empenho do deputado João Leite e da deputada Maria Tereza Lara. Uma emenda instituiu ação e recurso para o combate ao tráfico de pessoas. Há um comitê interinstitucional no governo com todo planejamento de ações de prevenção ao tráfico de pessoas e de instalação de um posto de atendimento ao imigrante em Confins, principalmente em função dos megaeventos. Então, essa emenda foi uma das aprovadas.

Uma outra emenda muito importante é a que transforma o núcleo, que hoje é responsável pelos crimes raciais, em delegacia de crimes raciais. Essa é também uma novidade. E são duas áreas que participaram fortemente este ano. Para vocês terem ideia das emendas populares. O deputado Antônio Carlos Arantes também participou muito do processo, pela Comissão de Agropecuária. Recompusemos 60%, 70% do recurso do orçamento para a Subsecretaria de Agricultura Familiar. O orçamento veio muito abaixo do que era, a Comissão de Agropecuária participou intensamente, e houve essa recomposição.

Estou vendo o deputado Bosco, da Comissão de Educação. Não veio, deputado Bosco, um projeto muito importante, que está em curso, o Fórum de Promoção da Paz Escolar - Forpaz -, em defesa da paz nas escolas. Ele não veio no PPAG, então, restauramos essa ação, através de emenda popular. O deputado Bosco participa muito também. No caso da agricultura familiar também há um trabalho de apoio ao queijo minas artesanal. Já o havíamos colocado no PPAG passado. Ele vai beneficiar, com a nova legislação, a questão do entreposto para o queijo mineiro. Ele também foi contemplado.

Restauramos também a ação do xadrez na escola e várias ações na área social. Houve a Conferência Estadual de Assistência Social, em que a principal deliberação, com anuência do governo do Estado, era que houvesse ampliação da chamada proteção social especial, principalmente o apoio aos asilos e abrigos, através de uma regionalização dessa ação no Estado. Isso foi contemplado.

Novamente restauramos a ação de apoio aos conselhos tutelares, uma área também muito querida pelo presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, que é o programa Bolsa Reciclagem, para o qual foi aprovada emenda complementando recurso para essa área. Restauramos emendas de cunho regional, principalmente no semiárido, referentes ao abastecimento de água para consumo humano. Apoio aos órgãos e à habitação indígenas. Então, é um conjunto de emendas.

Faço quase essa prestação de contas, porque são emendas que atendem políticas universais em várias áreas do Estado. Em muitas dessas emendas, a definição da aplicação é feita pelo próprio governo do Estado. Acho que até algumas poderiam ter a participação maior da Assembleia, mas são critérios do governo do Estado. Mas, o importante é que são ações republicanas e que expressam públicos diferentes. Particularmente, fiquei muito impressionado com essa área do combate ao tráfico de pessoas e a delegacia de crimes raciais, que é uma coisa muito forte e muito importante. Então, são públicos que participam com pedidos de ação parlamentar. Às vezes, nossa emenda parlamentar é para ponte, praça, um carro, um veículo. Mas, nesse tipo de ação, se não tivesse esse mecanismo, talvez não houvesse esse espaço de consolidação de política pública.

Então, agradeço, aqui, todas as deputadas e deputados de todos os partidos, toda equipe técnica da Assembleia. O único lugar em que isso ocorre, deputado Lerin, achava que era no Brasil. Mas fizemos 10 anos da comissão e veio um especialista francês, que estuda participação popular, que disse, no seminário internacional: "participação popular em orçamento eu já vi em processo coordenado pelo Executivo; pelo Legislativo nunca vi em lugar nenhum do mundo".

Então, queria parabenizar a Assembleia, o seu corpo técnico, que se empenhou muito, principalmente as deputadas e os deputados de todas as comissões, e as entidades. Se as entidades não participassem, não teríamos esse êxito. Obrigado, nossa vice-presidente, a Tereza, o Tolentino, o Bechir e vários membros da Comissão de Participação Popular. Já mencionei o Zé Maia e o Lafayette e os demais da Comissão de Fiscalização. Espero que seja aprovado. Não estou falando pelo Bloco Minas sem Censura, estou falando por todos nós, pela Comissão de Participação Popular. Teria avaliações políticas, críticas sobre o tema, mas, neste tempo, priorizei exatamente o trabalho que nós deputados e deputadas fizemos para incorporar 92 emendas populares ao orçamento e ao PPAG. Já falei do orçamento para não retornar aqui e falar das emendas populares apresentadas ao projeto. Aquelas que vieram no PPAG se desdobram no orçamento. Portanto me sinto contemplado nesse balanço do PPAG e do orçamento. Muito obrigado.

O presidente - Parabéns, deputado André Quintão. É realmente um belíssimo trabalho que muito engrandece esta Casa.

Questão de Ordem

O deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, anteriormente votei no Projeto de Lei nº 4.440 e no destaque. Porém o painel mostrou o meu voto no destaque, mas não o mostrou no projeto. Solicito que registre o meu voto "não".

O presidente - Solicito à assessoria que faça contar o voto "não" do deputado Adalclever Lopes. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas.

- Registram "sim" os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques



Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Zé Maia.

- Registra “branco” o deputado:

Sávio Souza Cruz.

O deputado Antônio Genaro - Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente - Está computado. Votaram “sim” 47 deputados. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o projeto, salvo emendas e subemendas. Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as emendas e subemendas com parecer pela aprovação. Com a aprovação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 4, 6 a 10, 13, 14, 16, 26, 28, 34, 36, 40, 41, 54, 56, 58, 61, 65, 66 e 69. Em votação, as Emendas nºs 11, 12, 18 a 21, 53 e 70.

- Registram “sim” os deputados:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

- Registram “não” os deputados e a deputada:

Alencar da Silveira Jr. - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 11 deputados. Votaram “não” 36 deputados, totalizando 47 votos. Estão rejeitadas as emendas nºs 11, 12, 18 a 21, 53 e 70. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.550/2013 com as Emendas nºs 5, 15, 17, 22 a 25, 27, 29 a 33, 35, 37 a 39, 42 a 52, 55, 57, 59, 60, 62 a 64, 67, 68 e 71 a 138 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 2, 4, 6, 7, 9, 13, 14, 16, 26, 28, 34, 36, 40, 41, 54, 56, 58, 61, 65 e 69. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.551/2013, do governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2014. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 21, 23 a 34, 38 a 41, 43 a 47, 49 a 53, 55 a 58, 63 a 77, 79 a 83, 85 a 92, 109 a 119, 131 a 142, 144 a 155, 158 a 166, 179 a 188, 190, 367 a 406, 411 a 418, 424 a 433, 438 a 455, 574 a 580, 582 a 584, 589 a 597, 628 a 632, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 754 a 757, 783 a 793, 795, 796, 798 a 803 e 805 a 820, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 48, 54, 78, 84, 121, 125, 127, 130, 407 a 410, 419 a 421, 585 a 587, 753, 758 a 760, 794 e 797 e as Emendas nºs 821 a 877, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 22, 35 a 37, 42, 60 a 62, 93 a 108, 120, 122 a 124, 126, 128, 129, 143, 156, 157, 167 a 178, 189, 191 a 366, 422, 423, 434 a 437, 456 a 573, 581, 588, 598 a 627, 634 a 752, 761 a 782 e 804. As Emendas nºs 59 e 633 foram retiradas pelo autor. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 581, 761 a 782 e 826. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita a votação em bloco das Emendas nºs 769 a 774 e a votação em bloco das Emendas nºs 761 a 764, 767, 768 e 775 a 782. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Maria Tereza Lara.

A deputada Maria Tereza Lara* - Sr. Presidente, parlamentares deputados e deputadas desta Casa, o deputado André Quintão já falou muito bem sobre a revisão do PPAG. Quero dizer que a revisão do PPAG - e cumprimento o deputado André Quintão e todos os parlamentares que colaboram e participam - tem influência também na elaboração do orçamento. Além de frisar isso, quero falar de uma emenda colocada também no orçamento por iniciativa do deputado João Leite, e nossa, em conjunto com ele, resultado do debate sobre a violência no trânsito, o Siga Vivo, desenvolvido nesta Casa pela Comissão de Segurança. E aportamos então recursos para a manutenção de um escritório estratégico, um observatório de trânsito que foi criado na Secretaria de Defesa Social, exatamente como resultado do debate Siga Vivo. Quero, de público, registrar, mais uma vez, a importância desse assunto, Sr. Presidente, e deixar a nossa reivindicação para que, no próximo ano, possamos continuar esse projeto Siga Vivo. Ainda há inúmeras mortes no País, no Estado e nos municípios. O próximo ano é de Copa do Mundo, e é preciso, além de aporte de recursos, que esta Casa continue esse trabalho. Já houve resultados positivos, mas temos de continuar, pois há quase 40 mil mortes no País por ano, no momento do acidente, fora os que ocorrem posteriormente. Em Minas Gerais o índice é proporcional a isso. Queremos deixar aqui, de público, a nossa reivindicação e o registro de que fomos procurados e apresentamos essa emenda. Queria convidar toda a Casa, todos os parlamentares, toda a Mesa, para contribuir para que a nossa sociedade possa se desenvolver numa cultura de paz, sem violência. A questão do trânsito precisa continuar na nossa pauta, pois precisamos combatê-la até chegarmos à erradicação da violência em nosso estado. Obrigada.



O presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Zé Maia.

- Registra “branco” o deputado:

Sávio Souza Cruz.

O presidente - Votaram “sim” 44 deputados. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques. Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaques.

- Registram “sim” os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Zé Maia.

- Registra “branco” o deputado:

Sávio Souza Cruz.

O deputado André Quintão - Voto “sim”, presidente.

O deputado Rômulo Viegas - Meu voto é “sim”.

O presidente - Estão computados. Votaram “sim” 41 deputados. Houve 1 voto em branco. Estão aprovadas as emendas e subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaques. Com a aprovação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaques, ficam prejudicadas as Emendas n°s 48, 54, 78, 84, 121, 125, 127, 130, 407 a 410, 419 a 421, 585 a 587, 753, 758 a 760, 794 e 797. Em votação, as Emendas n°s 22, 35 a 37, 42, 60 a 62, 93 a 108, 120, 122 a 124, 126, 128, 129, 143, 156, 157, 167 a 178, 189, 191 a 366, 422, 423, 434 a 437, 456 a 573, 581, 588, 598 a 627, 634 a 752, 761 a 782 e 804.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Carlos Henrique - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

- Registram “não” os deputados e a deputada:

Alencar da Silveira Jr. - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 11 deputados. Votaram “não” 34 deputados, totalizando 45 votos. Estão rejeitadas as Emendas n°s 22, 35 a 37, 42, 60 a 62, 93 a 108, 120, 122 a 124, 126, 128, 129, 143, 156, 157, 167 a 178, 189, 191 a 366, 422, 423, 434 a 437, 456 a 573, 581, 588, 598 a 627, 634 a 752, 761 a 782 e 804. Votação da Emenda n° 826. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, quero encaminhar contrariamente à aprovação dessa emenda pela razão pura e simples de que, se ela vier a se converter em texto legal num diploma, o Estado, na verdade, não terá orçamento, e sim um cheque em branco concedido ao governo do Estado. S. Exa. o governador de direito de Minas Gerais, Antonio Anastasia, remeteu para esta Casa uma reforma administrativa mais com cara de queima de arquivo, que extingue os órgãos onde há contratos estranhos, como o Idene, onde ocorreram aquelas confusões em que o secretário saiu algemado. Então, nessa mixórdia toda de extinguir órgãos que ele mesmo criou, ao invés de cuidar de mandar a adaptação do orçamento para fazer frente à nova estrutura que ele imaginava, ou que isso fosse incorporado aqui, na Assembleia, ele manda simplesmente o seguinte texto genérico. “Dê-se ao art. 14 a seguinte redação: “O Poder Executivo poderá transpor, remanejar, transferir, excluir, criar ou utilizar, total ou parcialmente, programas, ações, metas, indicadores, dotações orçamentárias, a fim de viabilizar a compatibilização entre o planejamento e o orçamento para o exercício de 2014, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades ou de alterações de suas competências ou atribuições autorizadas por lei que altere a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e em virtude da Lei Complementar n° 131, de 6 de dezembro de 2013”.”.

Ou seja, essa é a que extinguiu o Funpemp - só para lembrar. Então, na verdade, o governo propõe com essa emenda que ele seja autorizado a desfazer tudo aquilo que constar no orçamento, que está sendo votado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. No entendimento do Bloco Minas sem Censura, não há como prosperar essa Emenda n° 826, se é que o Estado pretende ter um orçamento e não um mero cheque em branco a S. Exa. o governador de direito de Minas Gerais, Antonio Anastasia, que, sempre no mister de sua função, obedece às ordens do governador de fato, senador Aécio Neves. Muito obrigado.

O presidente - Em votação, a Emenda n° 826.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:



Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

- Registram “não” os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Carlos Henrique - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

O presidente - Votaram “sim” 35 deputados. Votaram “não” 12 deputados, totalizando 47 votos. Está aprovada a Emenda nº 826. Votação das Emendas nºs 769 a 774. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Adelmo Carneiro Leão.

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a emenda diz o seguinte: “Ampliar as dotações destinadas a projetos de segurança alimentar em R\$300.000,00”. Essas emendas foram solicitadas pelo Conselho de Segurança Alimentar do Estado de Minas Gerais. Trata-se de um conselho de Estado, hoje coordenado e presidido pelo nosso valoroso D. Mauro Morelli. Na verdade, pede-se que sejam viabilizadas ações. Creio que não há nenhuma outra justificativa, conceito melhor do que está no texto para os trabalhos, as ações, os fóruns, os debates, os encontros voltados para a defesa da segurança alimentar nutricional.

No Estado há graves problemas de segurança alimentar. Quero dar esse testemunho a vocês, que o conselho é de estado, tem a presidência de D. Mauro e representantes da Secretaria de Agricultura e da Subsecretaria de Agricultura Familiar. O conselho é um órgão do Estado com representantes do governo e da sociedade civil. Anteriormente, a Assembleia foi representada pelo deputado André Quintão. Atualmente, fui indicado e represento a Casa no Conselho de Segurança Alimentar e, para que ele pudesse cumprir minimamente suas funções, este ano tomei a iniciativa de destinar um recurso da verba parlamentar.

É um importante conselho, que agora está solicitando R\$300.000,00 como uma quantidade mínima necessária para que possa atuar. Não é uma exigência exagerada, e podemos aprová-la sem qualquer prejuízo para os órgãos do Estado. Clamo, peço a vocês para que esse conselho possa funcionar e que suas ações possam dar consequências para implementarmos uma política extremamente relevante e de alto valor do ponto de vista não só da segurança alimentar, mas da saúde, da saúde pública. O alimento é, entre as variáveis, talvez o mais importante componente de uma vida saudável. Peço a vocês que votem favoravelmente a essa emenda, que pede nada mais que R\$300.000,00 para garantir a segurança alimentar. Então peço o voto “sim”. São as emendas correspondentes aos nºs 769 a 774, que foram rejeitadas pelo relator.

O presidente - Em votação, as Emendas nºs 769 a 774.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Bonifácio Mourão - Carlos Henrique - Gilberto Abramo - Jayro Lessa - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

- Registram “não” os deputados e a deputada:

Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O deputado Bonifácio Mourão - Presidente, meu voto é “não”.

O presidente - Está computado. Votaram “sim” 14 deputados. Votaram “não” 33 deputados, totalizando 47 votos. Estão rejeitadas as Emendas nºs 769 a 774. Votação das Emendas nºs 761 a 764, 767, 768 e 775 a 782.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Almir Paraca - André Quintão - Carlos Henrique - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite.

- Registram “não” os deputados:

Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 10 deputados. Votaram “não” 34 deputados, totalizando 44 votos. Estão rejeitadas as Emendas nºs 761 a 764, 767, 768 e 775 a 782. Votação da Emenda nº 581. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Adelmo Carneiro Leão.

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, deputadas e deputados, quanto a esta emenda, estou certo de que, no mínimo, vamos empatar. Não é um valor exagerado, considerando a natureza do projeto e o anúncio extraordinário do governador do Estado. Ele foi a Uberaba para anunciar esse projeto, aliás dizendo que o feito irá beneficiar não só o Triângulo Mineiro, mas Divinópolis e Araxá, viu? deputado Bosco. A manifestação do governador foi tão extraordinária, deputado Sávio Souza Cruz, que meu amigo deputado Antonio Lerin, de Uberaba, juntamente com o deputado federal, ao lado do governador, estampou em vários *outdoors* que o gás é nosso, que o gás é de Uberaba. Agora, para o gás chegar a Uberaba foi anunciado o gasoduto de Betim até Uberaba, passando por Divinópolis e Araxá, substituindo uma outra proposta da ordem de R\$700.000.000,00, que ia de São Carlos até a Fosfêtil, em Uberaba, no Triângulo Mineiro. Mas como o governo de Minas está bem na fita, tem muito recurso - é o que parece, pelo anúncio,



pela presença, porque ele sinalizou que não tem mais ninguém do lado dele -, anunciou que iria fazer sozinho a travessia, o gasoduto de Betim a Uberaba, com o valor de R\$1.800.000.000,00.

Anúncio do governador. Só que não conheço o projeto, não existe licenciamento, não existe definição do valor do gás que vai ser ofertado, nada disso. Mas o governador, aliás, insistiu que, se fosse necessário, até levaria o gasoduto nas costas. Com essa veemência e com o que está estampado, tenho certeza de que, nessa minha proposição terei, no mínimo, o voto do deputado Antonio Lerin. Só que, ao analisar esses dados, o que vi, deputado Almir Paraca, é que não existe um sinal sequer de recursos destinados ao gasoduto, nem R\$1,00, nenhum centavo. Não há nenhuma sinalização. Recentemente conversei com o Dr. Djalma, da Cemig, e não vi absolutamente nada.

Mas como é um anúncio do governador - talvez, por questão de memória ele pode ter esquecido de colocar no orçamento -, sugiro aos meus pares, caros colegas deputados e deputados, apenas R\$600.000.000,00 dos R\$1.800.000.000,00. Acho que é razoável porque ele está sinalizando, deputado Carlos Mosconi, que até 2016 o gás será instalado em Uberaba. Ora, fiz uma conta simples, não tenho muita intimidade com a matemática, mas dividi por três e sobraram R\$600.000.000,00 para que, no ano que vem, presidente, possam ser aplicados para atender a essa demanda tão importante, que não só vai beneficiar a nossa região do Triângulo, mas também Divinópolis, viu? deputado Fabiano Tolentino; e Araxá, deputado Bosco. Então, este momento é oportuno para que nós, aqui, na Assembleia Legislativa possamos lembrar e fortalecer essa vontade do governador, dando a ele condições para que, no próximo ano, de iniciar, efetivamente, a implantação do gasoduto, deputada Maria Tereza Lara, que sairá de Betim e vai até a nossa cidade de Uberaba, promovendo a prosperidade, o desenvolvimento do nosso Estado de Minas Gerais. Por isso, proponho aos meus pares que votem uma emenda garantindo R\$600.000.000,00, porque é difícil conceder R\$300.000,00 para o Consea. Como esta Assembleia é muito generosa com o governador, tenho certeza de que os meus deputados aqui vão votar favoravelmente a esta emenda.

O presidente - Em votação, a Emenda nº 581.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antonio Lerin - Bosco - Carlos Henrique - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

- Registram “não” os deputados e a deputada:

Alencar da Silveira Jr. - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Bonifácio Mourão - Braulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O presidente - Votaram “sim” 16 deputados. Votaram “não” 32 deputados, totalizando 48 votos. Está rejeitada a Emenda nº 581. Votação da Emenda nº 765. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Presidente, essa nossa emenda determina que o saldo de R\$3.200.000.000,00 do Funpemp, somados a um bilhão e cem da receita desse fundo, previstos para 2014, sejam direcionados, por meio de inversão de títulos, à constituição da reserva do Funfip, destinada ao pagamento das obrigações assumidas pelo Funpemp. Estamos aqui tentando salvar os R\$3.200.000.000,00. O Pinduca lembrou que o governo raspou o tacho. Estamos lembrando, deputado Pinduca, que esses R\$3.200.000.000,00 ainda podem ser salvos. Esse recurso poderia ficar no Funfip, até porque provavelmente a Justiça vai determinar que o governo reveja essa posição e tenha de novamente restituir aos servidores públicos o dinheiro que deles foi tomado, surrupiado. Isso certamente acontecerá.

Foi assim em Alagoas. É impressionante, Alagoas também quebrou, deputado Sávio. Nós nos esquecemos de Alagoas. Já quebraram o Rio Grande do Sul, com a Yeda. O Richa quebrou o Paraná. Aécio quebrou Minas. O Teotônio Vilela Filho quebrou Alagoas. É uma quebradeira. Tucano quebra as coisas. Os tucanos quebraram o Brasil. O deputado Pinduca está lembrando isso, que é verdade. Os tucanos quebraram o Brasil. O Pinduca tem razão. Foi na época de FHC que eles quebraram o Brasil. Na época de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil ficou quebrado e teve de recorrer ao FMI. Vocês se lembram de o Brasil, de pires na mão, ir ao FMI? Quando Lula entrou, resolveu acabar com esse negócio. Cumpriu os compromissos com o FMI, e o Brasil melhorou.

Hoje este país tem emprego. A Dilma vem aqui na segunda-feira, quando anunciará obras para o metrô. Ela vai assinar a ordem de serviço para a BR-381. Já haverá a ordem de serviço. Ficará uma maravilha. Quando voltarmos, em fevereiro, quero ver os deputados todos virem aqui parabenizar a Dilma, que até que enfim assinou a ordem de serviço para a BR-381, que será duplicada de Belo Horizonte a Valadares. O Mourão, nosso deputado, vai ficar numa alegria só. Ele vai passear de carro nessa rodovia duplicada até lá. Até que enfim, não é? Isso é preciso. Essa estradinha é danada. Só uma presidenta como a Dilma para fazer isso. Aliás, ela aprovou o orçamento, com muitos avanços. O orçamento teve um aumento considerável para a educação e para a saúde. Estamos falando sobre o orçamento nacional. Aqui, estamos tentando pelo menos que os R\$3.200.000.000,00 do Funpemp não sejam gastos. Eles devem ficar reservados no Funfip, que é o fundo de previdência. Vamos deixar esse dinheiro lá quietinho. Estamos fazendo essa emenda para que seja realizada essa reserva. Teremos, no futuro, um gasto menor do governo com as aposentadorias, porque estará incluído no fundo.

Aliás, deputada Maria Tereza Lara, em relação ao golpe do Funpemp, ao cano que se deu aqui, com a retirada do dinheiro dos servidores, um dos receios do Ministério da Previdência é que os outros estados tucanos descubram e comecem a dar o cano também. Ao rapar o tacho, o governo acabou deixando uma preocupação a mais para a previdência. O Paraná, por exemplo, tem um fundo de previdência feito pelo Requião no estilo do que foi feito aqui. O Requião fez lá, e o Itamar aqui, sendo o de lá feito há mais tempo; por isso já está grande. Imaginem o que o Richa vai fazer com esse fundo? Vai rapar o tacho. Então, Sr. Presidente, peço a aprovação da nossa emenda e a rejeição de que se rape o tacho do Funpemp.

O presidente - Em votação, a Emenda nº 765.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:



Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Carlos Henrique - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

- Registram “não” os deputados e a deputada:

Alencar da Silveira Jr. - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O deputado Antônio Genaro - Meu voto é “não”, Sr. Presidente.

O presidente - Está computado. Votaram “sim” 12 deputados. Votaram “não” 36 deputados, totalizando 48 votos. Está rejeitada a Emenda nº 765. Votação da Emenda nº 766. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, venho fazer a defesa dessa emenda importante, a fim de explicar o que vai acontecer no ano que vem e tentar evitar que tenhamos mais uma greve de professores, uma paralisação do Estado. O governo federal reajusta, por lei, o salário dos professores de acordo com a lei do piso nacional. É obrigatório que se faça isso: dar um reajuste conforme o piso nacional. Esse reajuste do piso é calculado com base no custo-aluno. É feito um repasse a mais para todo o Estado e para os municípios, considerado esse custo-aluno. No ano retrasado, houve um aumento de 22% no piso nacional dos professores. Os estados e os municípios receberam 22% a mais do Fundeb, que é o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica. Os estados que não reajustaram o salário dos professores em 22%, na verdade, deixaram de aplicar a lei, prejudicando os professores, mas ganharam o recurso da União. Este ano foi em torno de 10%. Minas Gerais recebeu 10% a mais que no outro ano, porque o reajuste do custo-aluno foi aplicado ao Fundeb. No ano que vem, a previsão do reajuste do piso do magistério é de 19%. Minas Gerais receberá 19% a mais do que recebeu neste ano, com o reajuste do Fundeb. Quando falamos em reajustar o salário dos professores em 19%, não estamos propondo que o governo retire do seu caixa esses 19%, mas sim daquilo que já vem reajustado no Fundeb para se cumprir, portanto o mesmo repasse que foi dado ao Estado. É injusto que isso não seja repassado aos professores. E, do dinheiro do Fundeb, no mínimo 60% são para o pagamento de pessoal.

A emenda que o Bloco Minas sem Censura apresentada aqui é para acrescentar 19% de recursos à previsão de despesas de pessoal da Secretaria de Educação. Esse é o percentual de reajuste do piso nacional da educação. Algum deputado pode dizer que aqui é pago o subsídio. Isso não importa. Como o governo receberá os 19% a mais do Fundeb, teria de reajustar também os subsídios em 19%. Assim devem fazer também os próprios prefeitos. Essa é a nossa sugestão.

Na verdade, trata-se de uma antecipação, que também é importante, ao provável não cumprimento dos 25% da Secretaria de Educação, que nunca computa os aposentados. Este ano está sendo feita a previsão dos 25%, mas já sabemos que, quando chegar o meio do ano, ele fará o truque dos aposentados, e esses 25% serão reduzidos para, mais ou menos, 20%. E ele rapará o tacho com o dinheiro que viria do Fundeb, sem repassar esse recurso aos professores. Já sabendo que ele vai querer rapar o tacho do Fundeb e não pagar o reajuste, propusemos os 19% já propostos no orçamento.

Essa é a proposta que apresentamos para o setor da educação este ano. Talvez essa seja a emenda mais importante do bloco, pois é também uma diretriz política em favor da educação e sinaliza o que queremos no novo Estado de Minas Gerais, que é uma educação em que os seus profissionais e professores possam comer na escola, se aposentar em paz, sem serem importunados no final da sua trajetória e carreira pública e receber um salário digno. Esse é o estado que precisamos construir. Somente a partir disso, conseguiremos melhorar a educação pública.

Deputado Alencar da Silveira Jr., educação pública não se melhora com propaganda na televisão com artistas globais. O que melhora a educação pública são profissionais bem remunerados, em escolas com qualidade. Isso, sim, pode melhorar as escolas públicas. Uma professora ser obrigada a fazer greve quase todo ano, deixando o estudante, coitado, no prejuízo, nos incomoda bastante. Solicito aos deputados a aprovação dessa emenda que possibilita ao Estado pagar o mesmo reajuste que receberá do Fundeb. O governo do Estado receberá 19% a mais do Fundeb, que é o custo-aluno. Então, ele poderá pagar aos professores os 19% que receberá a mais. Muito obrigado, Sr. Presidente. Essa é a emenda que apresento aqui.

O presidente - Em votação, a Emenda nº 766.

- Registram “sim” os deputados e a deputada:

Adalclever Lopes - Almir Paraca - André Quintão - Carlos Henrique - Gilberto Abramo - Maria Tereza Lara - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Ulysses Gomes.

- Registram “não” os deputados:

Alencar da Silveira Jr. - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Meu voto é “sim”.

O presidente - Está computado. Votaram “sim” 12 deputados. Votaram “não” 35 deputados, totalizando 47 votos. Está rejeitada a Emenda nº 766. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.551/2013 com as Emendas nºs 1 a 21, 23 a 34, 38 a 41, 43 a 47, 49 a 53, 55 a 58, 63 a 77, 79 a 83, 85 a 92, 109 a 119, 131 a 142, 144 a 155, 158 a 166, 179 a 188, 190, 367 a 406, 411 a 418, 424 a 433, 438 a 455, 574 a 580, 582 a 584, 589 a 597, 628 a 632, 754 a 757, 783 a 793, 795, 796, 798 a 803 e 805 a 877 e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 48, 54, 78, 84, 121, 125, 127, 130, 407 a 410, 419 a 421, 585 a 587, 753, 758 a 760, 794 e 797. À Comissão de Redação.



Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução n°s 4.784 e 4.785/2013 (À promulgação.), dos Projetos de Lei Complementar n°s 27/2012 e 53/2013 e dos Projetos de Lei n°s 79, 177, 883, 1.023, 1.308, 1.346, 1.589, 1.617, 1.970, 2.321 e 2.597/2011, 3.318, 3.389 e 3.649/2012 e 3.811, 3.902, 3.903, 3.926, 3.950 e 4.027/2013 (À sanção.).

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei 4.075/2013, do deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coluna o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. (À sanção.)

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei n° 4.180/2013, do governador do Estado, que altera o anexo da Lei n° 18.692, de 30/12/2009, que uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual compreendidos no âmbito dos programas sociais que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. (À sanção.)

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei n°s 4.231, 4.239, 4.258, 4.299, 4.352, 4.387, 4.390, 4.439, 4.440, 4.441, 4.442, 4.443, 4.454, 4.485, 4.540, 4.544, 4.575, 4.646, 4.648, 4.718, 4.740, 4.745, 4.771, 4.779, 4.787, 4.550 e 4.551/2013 (À sanção.).

Declarações de Voto

O deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, queria fazer minha declaração de voto e falar da minha satisfação de estarmos encerrando os trabalhos deste ano. Não posso deixar de cumprimentá-lo, Sr. Presidente, pelo trabalho realizado neste ano à frente de nossa Assembleia. Vou falar um pouco sobre isso no final. Hoje foi aprovado um projeto fundamental para o desenvolvimento do Estado. Esse projeto busca dar atenção especial às empresas mineiras e, ao mesmo tempo, atrair empresas de outros estados e até de outros países. Posso dizer que trabalho nesse projeto há três anos, realizamos várias audiências na Secretaria de Fazenda, e, neste ano, o projeto andou. Apresentei emendas a esse projeto, de um novo dimensionamento tributário para Minas Gerais. Vi por parte da oposição muitas críticas dizendo que o governo está abrindo mão de arrecadação, de tributos, está privilegiando empresas grandes e que não há necessidade disso. Mas a verdade não é essa. No Brasil, infelizmente, o governo federal ainda não entendeu que tem de fazer uma reforma tributária universal, ou seja, para todo o País, igualar os tributos e dar condições iguais. Ganharão os que tiverem maior competitividade e melhor prestação de serviço. Enquanto isso não ocorre, há guerra fiscal. Diante disso, nós, que somos de cidades vizinhas a outros estados - o deputado Luiz Humberto é de Uberlândia, na divisa com Goiás - sofremos com essa guerra. Por isso houve um regime especial para as empresas na área dos atacadistas, o que foi muito criticado aqui. Disseram que o Estado deixou de arrecadar tributos e que foi dada isenção àquelas empresas. Mas, se o Estado não tivesse feito isso, essas empresas teriam pulado a divisa e se instalado em Goiás. Minas corre atrás, segura as empresas, gera desenvolvimento e emprego. Resido em São Sebastião do Paraíso, a minha querida Paraíso, que fica a 20km da divisa com São Paulo. As empresas de lá me acionam, bem como acionam o deputado federal Carlos Melles. Vamos às Secretarias de Fazenda e de Desenvolvimento mostrando que, com a guerra fiscal, muitas empresas teriam ido embora até para a China. Aliás, uma empresa abriu parte dela na China. Poderíamos ter perdido muitas empresas, mas não perdemos praticamente nada. Ganhamos e ganhamos muito porque o Estado entendeu nossas propostas, nossas ações e deu incentivo às empresas com aquele regime especial, o que viabilizou várias empresas em São Sebastião do Paraíso e região. Agora, com esse novo modelo tributário, a partir do momento em que o governador sancionar essa lei, empresas chegarão a Paraíso. Há uma catarinense que só de área construída terá mais de 1.000m². Há um grupo espanhol, com que estamos trabalhando, que está vindo para Minas e vai gerar muito emprego. Há ainda um grupo canadense que está se associando a um grupo de São Sebastião do Paraíso e que vai atrair empresas fortes na área moveleira, o que depende dessa legislação que hoje tivemos a felicidade de votar. Então estou encerrando muito feliz este ano, porque conseguimos dar essa contribuição, gerando emprego e desenvolvimento para nossa região. Este ano foi muito produtivo: conseguimos votar o Código Florestal Mineiro, uma lei justa que vai preservar o meio ambiente e a produção; o queijo artesanal, que gera mais de 30 mil empregos, porque são mais de 30 mil produtores legalizados hoje. E temos ainda obras e obras na região. O governo do Estado, o governo Anastasia, com o nosso secretário Carlos Melles, está fazendo grandes obras em todo o Estado. Hoje Minas é uma Minas diferente. Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo, dar um abraço a todos e desejar um feliz Natal e um ano-novo cheio de paz e prosperidade. Que esta Casa continue promovendo o desenvolvimento de Minas Gerais. Presidente, parabéns pelas atitudes, pelas ações, pela condução, pela decisão de reformar a praça. Esta é a Casa do povo; então, a praça tem de ser do povo e, com ela reformada, teremos uma bela praça aqui à frente. O Natal de Luz está fantástico, muito bonito. Temos o Bolsa Reciclagem, que hoje chega às famílias mais pobres de Minas Gerais, e tantas outras ações importantes. Fico muito feliz. Parabéns a todos que batalharam e lutaram para ter uma Assembleia produtiva, que faz seu verdadeiro papel, que é promover o desenvolvimento de Minas Gerais. Muito obrigado.

O presidente - Parabéns, deputado Antônio Carlos Arantes. Com a palavra, o deputado Bosco.

O deputado Bosco - Sr. Presidente, da mesma forma como o deputado Antônio Carlos Arantes, pretendo ser breve. Gostaria de ressaltar a reunião de hoje, que se iniciou por volta das 9 horas e vai ser encerrada daqui a pouco, depois das 23 horas. Foi, sem dúvida alguma, um dia bastante produtivo, em que avaliamos, analisamos e votamos muitas matérias importantes, que vão propiciar ao governo do Estado e a todos os mineiros e mineiras um novo momento, uma projeção para 2014 bem melhor que este ano. Votamos aqui um projeto de lei que incentiva a troca de frota de mais de 10 anos de uso, que transporta cargas dentro de Minas Gerais. Esse incentivo do governo vai propiciar aos proprietários de caminhões trocarem seus veículos por veículos mais novos, com mais segurança. E isso vai repercutir positivamente no melhoramento do trânsito, sobretudo com a diminuição de acidentes. Temos hoje, em Minas Gerais, rodovias com altíssimos índices de acidentes com vítimas fatais, além dos erros dos próprios motoristas na



forma de conduzir seus veículos. Muitos acidentes são causados por veículos que não têm condições apropriadas para estar em circulação. Essa lei vai incentivar, de fato, esses proprietários a renovarem suas frotas, a exemplo de tantas outras leis que votamos aqui. Sr. Presidente, revendo os trabalhos dos deputados, das deputadas e de todos os servidores desta Assembleia neste ano, gostaria de dizer que nossa retrospectiva é extremamente positiva. A Assembleia, em 2013, trabalhou muito, percorreu todas estas Minas Gerais, debatendo assuntos importantíssimos em todos os segmentos. Ressalto o Mais Saúde, presidente. Conseguimos levar ao Congresso Nacional mais de 600 mil assinaturas, demonstrando que Minas está preocupada com a questão da saúde, com os poucos investimentos realizados na saúde não só em Minas, mas em todo o Brasil. Minas deu essa contribuição importante, fazendo com que o Congresso possa pensar, repensar e cobrar ações definitivas e maiores investimentos do governo federal. Mas quero ressaltar aqui, Sr. Presidente, entre essas ações que contaram com apoio de toda a Casa, este movimento em que estamos trabalhando em conjunto com o Cefet de Minas Gerais. O Cefet é uma instituição centenária, de excelência em ensino, que tem formado, anualmente, grandes profissionais, grandes técnicos, que estão atuando nos mais diferentes setores, nas mais diferentes indústrias do Brasil e, sobretudo, aqui de Minas Gerais. Essa instituição também já merece e deve ser contemplada pelo governo federal com a sua transformação em universidade tecnológica federal. Participamos de várias audiências em todas as cidades onde temos uma unidade do Cefet, culminando com o debate final aqui, nesta Casa. Tenho certeza de que essa batalha não se encerrou, porque ela só se encerrará a partir do momento em que convenceremos o governo federal, o MEC, de que realmente Minas merece essa transformação do Cefet em universidade tecnológica federal. Portanto, agradeço a todos os companheiros que abraçaram conosco essa bandeira da transformação do Cefet, especialmente o meu presidente da Comissão de Educação, deputado Duarte Bechir, que aprovou conosco o requerimento e que deu todo apoio ao nosso presidente Dinis Pinheiro. A partir do início do próximo ano, partiremos para Brasília, num segundo momento, tentando convencer a bancada de Minas Gerais no Congresso Nacional, para que eles possam abraçar esta causa também, que é a causa de todos os mineiros. Repito mais uma vez: a transformação do Cefet em universidade tecnológica federal. E vamos, sim, por meio dessa união de esforços, convencer o governo federal. Quero, por fim, Sr. Presidente, dizer a V. Exa. que, em virtude de os trabalhos terem se estendido até este momento, não tivemos condições de ir até a nossa querida cidade de Araxá, onde V. Exa. seria, nesta noite, homenageado pelo povo, pela câmara municipal, com o título de cidadão araxaense. Com certeza teremos outra oportunidade para que essa homenagem justa de Araxá seja feita a V. Exa. A câmara foi muito feliz ao indicar e aprovar a entrega desse título a V. Exa., porque o presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, tem se tornado um grande amigo de todas as cidades de Minas Gerais, em especial também da nossa querida Araxá e toda a região. Portanto, Sr. Presidente, ao comemorarmos os 148 anos da emancipação, é com muita alegria que Araxá está concedendo esta homenagem ao senhor, pelo apoio, pelo respeito e pelo carinho com Araxá. Quero desejar a todos os colegas deputados, a todos os funcionários desta Casa um feliz Natal, com muita luz, com muita saúde e, sobretudo, um 2014 ainda melhor do que 2013. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente - Obrigado, deputado Bosco. Aproveito o ensejo para externar o puro agradecimento àquela linda cidade, acolhedora, uma cidade histórica que faz parte da vida de cada um de nós. Querida e amada Araxá, brevemente aí estarei para abraçá-la com muita fraternidade. Receba a nossa profunda gratidão. Com a palavra, o deputado Fred Costa.

O deputado Fred Costa - Boa noite a todos, boa noite a todas. Mesmo com a hora avançada, mais precisamente, são 23h18min, eu não poderia deixar de me manifestar e fazer algumas considerações com relação a esse ano no Legislativo. Quero me dirigir, primeiramente, ao nosso presidente, Dinis Pinheiro, e externar aqui o meu apreço e admiração não só pelo seu trabalho, mas pela sua condução desta Casa Legislativa, sempre de forma republicana, respeitando as diferenças, que são naturais em uma casa legislativa. Além disso, V. Exa. traz para esta Casa um senso amplo da importância transcendental da discussão e do avanço de políticas públicas. Poderia citar aqui, quase de forma infinita, ações de V. Exa., junto a outros pares desta Casa. Eu não poderia deixar passar despercebida, por exemplo, a grande ação já citada pelo deputado que me antecedeu, Bosco, com relação à saúde. Essa ação levou ao governo federal, ao Congresso Nacional reivindicações relacionadas a valores mais significativos para a melhora da saúde pública, a maior seriedade na gestão e a descentralização de recursos. Isso permite que não só os estados, mas também os municípios ajam com mais eficácia no que se refere a essa política pública. Lembro ainda o trabalho coletivo em prol dos idosos, o que me entusiasma como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Idosos. Liderado pelo nosso presidente, conseguimos avanços significativos. Primeiro, o cartão Ótimo Master, que se tornará realidade em breve, iniciando operação a partir de janeiro e fevereiro. Ele permitirá que os idosos em trânsito na RMBH possam, usando o transporte público coletivo, transpor a roleta, deslocando-se com mais dignidade em todas as cidades. Hoje nesta Casa foi aprovado em 2º turno o fundo do idoso, fundamental para a implementação de políticas públicas para idosos. Hoje pela manhã, presidente Dinis Pinheiro, eu e idosos estivemos num evento de grande importância sobre a garantia do transporte intermunicipal. O Estatuto do Idoso tem 10 anos de existência, mas até hoje o transporte era ignorado e não praticado no Estado de Minas Gerais, na ligação entre os 853 municípios. Com a aprovação do projeto de lei, por meio de emenda assinada por mim e outros deputados, será possível que os idosos tenham garantido o direito ao transporte intermunicipal gratuito. Não poderia deixar de levar em consideração a segurança pública, o meio ambiente, a educação e o compromisso com o desenvolvimento de Minas Gerais. Em respeito aos presentes, finalizo minha fala desejando a todos um feliz Natal e feliz ano-novo, com paz, saúde, alegria. Que as luzes do Natal, que enfeitam as cidades brasileiras e simbolizam a onipresença de Jesus Cristo, levem esses sentimentos profícuos que desejei há pouco e sobretudo toquem o coração de todos nós, gestores públicos, para que possamos, cada vez mais, produzir em nome do povo brasileiro respeitando o dinheiro público e representando a importância do exercício a nós delegado por todo o povo. Parabéns, deputado Dinis Pinheiro, nosso presidente, pelo seu trabalho. Aproveito a oportunidade para agradecer à douta assessoria desta Casa, que nos possibilita exercer nossas funções na plenitude e da melhor forma possível.

O deputado Duarte Bechir - Caro presidente Dinis Pinheiro, ilustres deputados, telespectadores da TV Assembleia, divido minha fala em dois momentos que julgo importantes. Falarei sobre o primeiro deles. Quando foi reconduzido ao cargo de presidente desta Casa, as deputadas e os deputados tiveram as primeiras indicações da necessidade da permanência de V. Exa. nos destinos do Parlamento mineiro. Hoje, ao findarmos o terceiro ano desta legislatura, quero dizer que Minas Gerais, o povo mineiro, pode comemorar, porque o trabalho de V. Exa. à frente do Legislativo é, sem dúvida, uma marca indelével na história deste Parlamento.



Primeiro, presidente, vemos que os demais Poderes do nosso país, assembleias, câmaras, passam por momentos em que a imprensa tem mostrado a necessidade de mudanças quase que diuturnas. E V. Exa. aqui, em Minas, dá para o Brasil um exemplo de transparência, às vezes cortando na própria carne, mas conduzindo com responsabilidade os destinos do Parlamento mineiro. Neste primeiro momento, quero dizer da minha alegria de ter o presidente, deputado Dinis Pinheiro, conduzindo os destinos do Parlamento de Minas Gerais. Para mim, sem dúvida alguma, presidente, deputado Dinis Pinheiro, uma das maiores provas dessa sua capacidade está consumada sempre nos momentos em que a imprensa e o povo de Minas têm dado a V. Exa. um lugar de destaque na próxima eleição. Isso é fruto do trabalho aqui, no Parlamento, das caminhadas por Minas Gerais. O nosso presidente está no Triângulo, no Norte, no Sul, no Centro-Oeste, sempre acompanhando o povo mineiro, discutindo com ele as suas principais necessidades. Então, presidente, deputado Dinis Pinheiro, receba deste deputado o reconhecimento pelo trabalho prestado a Minas Gerais, principalmente por ter engrandecido esta Casa. Parabéns por essa grande conquista, que dá aos demais deputados a sensação também do dever cumprido. Parabéns, presidente! No segundo momento, quero comemorar com as comunidades, com os municípios, com as localidades que represento com muito orgulho aqui, no Parlamento mineiro. Desde os primeiros dias de 2013, procurei percorrer a minha região, as nossas comunidades, discutindo com o eleitor, com os seus representantes. Quero aqui enaltecer a participação dos vereadores, esses bravos homens públicos que muitas vezes não dispõem de nenhum recurso, de estrutura de gabinete, mas que estão no seio da comunidade, discutindo com ela a sua necessidade e aqui, conosco, buscando as soluções. Cumprimento todos os vereadores e legisladores do nosso Estado de Minas Gerais e saúdo as prefeitas e os prefeitos. Estamos em um momento de muita dificuldade, com municípios empobrecidos devido às parcas transferências, especialmente do governo federal, que tem reduzido o poder de fogo dos prefeitos, quando tira deles parte de sua arrecadação, fruto das considerações que o governador faz em deixar de recolher impostos, o que incide diretamente no Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Todas as isenções que o governo federal concede incidem diretamente naquilo que o município "teria" - disse teria - o direito de receber, mas não tem mais. Quero dizer às prefeitas e aos prefeitos que temos pela frente o ano de 2014, ano em que o Brasil poderá novamente escolher aquela ou aquele que irá conduzir os destinos da nossa nação. E Minas Gerais se prepara para oferecer ao Brasil alguém muito preparado, lúcido, vibrante, que tem, no nosso Estado, um histórico de serviços prestados ao povo mineiro de dar orgulho a qualquer governante. Hoje temos um dos mais bem avaliados governadores do nosso país e, sem dúvida alguma, um senador que hoje lidera em Brasília um movimento pela reformulação da nossa política, pela valorização dos recursos públicos e que tem uma visão moderna, capaz de mudar os rumos da nossa nação. Ao final das minhas palavras, quero saudar o nosso governador, Anastasia, que, apesar de toda a dificuldade imposta pelo governo federal, possibilitou aos mineiros muitas e muitas conquistas. Comemoramos e agradecemos. Quero falar sobre nossa esperança pelo futuro que se aproxima. Nosso senador Aécio Neves saberá mostrar ao Brasil o que deu certo em Minas. Como exemplo, poderemos fecundar nas terras férteis do Brasil dias de glória, de progresso e de união. O Brasil inteiro saberá comemorar isso. Feliz Natal e próspero Ano-Novo a toda gente querida de Minas Gerais. Meu carinhoso abraço aos pares desta Casa, a todos os funcionários da nossa TV Assembleia e da Rádio Assembleia. Meu carinhoso abraço aos seguranças, a todos. Muito obrigado pelo apoio. Que Deus continue abençoando Minas Gerais e o nosso país. Obrigado, presidente.

O presidente - Muito bem, deputado Duarte Bechir. Parabéns pela brilhante manifestação e pelo trabalho altamente virtuoso, que engrandece sempre esta Casa do povo. V. Exa. realmente engrandece o trabalho legislativo.

Encerramento

O presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a solene de amanhã, dia 20, às 10 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/11/2013

Às 9h33min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ana Maria Resende (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BTR) e os deputados Tadeu Martins Leite e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Ana Maria de Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspendem-se os trabalhos. Às 10h1min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tadeu Martins Leite, Antônio Lerin e Adalclever Lopes, (substituindo o deputado Luiz Henrique, por indicação do BTR). O presidente, deputado Antônio Lerin, acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Resolução nºs 4.412, 4.413, 4.414, 4.456 e 4.457/2013 e Projetos de Lei nºs 777 e 1.259/2011 (Adalclever Lopes); e Projetos de Lei nºs 2.748/2011, 3.273 e 3.633/2012 e 4.601, 4.469, 4.478 e 4.524/2013 (Tadeu Martins Leite). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final dos Projetos de Resolução nºs 4.412, 4.413, 4.414, 4.456, 4.457/2013 e dos Projetos de Lei nºs 777, 1.259, 2.748/2011 e 4.601/2013. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.273 e 3.633/2012 e 4.469, 4.478 e 4.524/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2013.

Doutor Wilson Batista, presidente - Tiago Ulisses - Gilberto Abramo.



ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/11/2013

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado e os deputados Rômulo Veneroso e Duarte Bechir (substituindo o deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rômulo Veneroso, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a eventual prática abusiva de estabelecimentos comerciais varejistas, especialmente supermercados, que informam determinado preço do produto nas gôndolas e cobram preço diferente no caixa, bem como condiciona determinado preço à aquisição mínima de certo produto e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 425/2011 na forma do vencido do 1º turno (relatora: deputada Liza Prado, em virtude de redistribuição). O deputado Sargento Rodrigues retira-se da reunião. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Aline de Melo Queiroz, agente fiscal, representando Jacson Rafael Campomizzi, procurador de justiça e coordenador do Procon Estadual de Minas Gerais; Betânia Moura Magalhães, assessora jurídica, representando Lúcia Pacífico, presidente do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; Kátia Alves, gerente do Departamento Jurídico da Amis; Margareth Maria Cintra, gerente de pesquisa de preços do Procon Assembleia e os Srs. Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia; e Adilson Rodrigues, superintendente, representando José Nogueira Soares Nunes, presidente da Associação Mineira de Supermercados - Amis -, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Duarte Bechir, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da deputada Liza Prado (2) em que solicita seja encaminhado ao Procon Estadual e à Procuradoria do Ministério Público Federal pedido de providências para que sejam tomadas as medidas cabíveis em razão do elevado custo dos alimentos vendidos pelos estabelecimentos comerciais que operam no aeroporto de Confins; da deputada Liza Prado e dos deputados Duarte Bechir e Rômulo Veneroso (2) em que solicitam seja encaminhado aos Procons Estadual e Municipais pedido de providências para que sejam averiguados os leitores de barras dos estabelecimentos comerciais varejistas quanto a localização, acessibilidade, quantidade e devida aferição; seja realizada visita ao Aeroporto de Confins e à Estação Rodoviária, para averiguar se estabelecimentos comerciais nesses locais praticam preços abusivos; do deputado Rômulo Veneroso em que solicita seja realizada audiência pública, no Município de Almenara, para debater a criação e a implantação de Procon nessa cidade. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2013.

Rômulo Veneroso, presidente - Fred Costa - Cabo Júlio.

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/11/2013

Às 10h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Lafayette de Andrada e Duarte Bechir (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença dos deputados Adalclever Lopes e Rogério Correia. Suspende-se a reunião. Às 11h20min, são reabertos os trabalhos. O deputado Rogério Correia retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente determina a distribuição em avulso dos pareceres do relator, deputado Lafayette de Andrada, que concluem pela aprovação dos Projetos de Lei Complementar nºs 53/2013 na forma do Substitutivo nº 1, e pela rejeição das Emendas nºs 4 a 7; e 54/2013 na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e do Substitutivo nº 1 e das Emendas nº 3 a 94, apresentados em Plenário. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião de hoje às 17 horas, e convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária, na mesma data, às 17h30min, para apreciação da matéria da reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.

Zé Maia, presidente - Adalclever Lopes - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada - Duarte Bechir - Glaycon Franco.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/11/2013

Às 17h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Duarte Bechir (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BTR), Glaycon Franco (substituindo o deputado Romel Anízio, por indicação da liderança do BAM) e Rogério Correia (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do BMSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e faz a leitura de comunicação do deputado Ulysses Gomes justificando sua ausência na reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 54/2013 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 3 a 94, apresentadas em Plenário, são apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1 a 4 pelo Deputado Rogéria Correia. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo as propostas de emenda, registrando-se os votos contrários dos deputados Adalclever Lopes e Rogério Correia. Submetidas a votação, são rejeitadas as propostas de emenda, registrando-se os votos contrários dos deputados Adalclever Lopes e Rogério Correia. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 53/2013 na forma do Substitutivo nº 1 e pela rejeição das Emendas nºs 4 a 7, apresentadas em Plenário, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do deputado cabo Júlio. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda, registrando-se o voto contrário do Deputado Rogério Correia. Submetida a votação, é rejeitada a proposta de emenda, registrando-se os votos contrários dos deputados Adalclever Lopes e Rogério Correia. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária do dia 26/11/2013, às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2013.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Sebastião Costa.

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/11/2013

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Leonardo Moreira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG, informando que no momento não será possível aumentar o efetivo policial no Município de Machado e que essa solicitação ficará registrada para avaliação futura quando da formação de militares na corporação, e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Jeferson Botelho Pereira, superintendente de Investigações e Polícia Judiciária da Polícia Civil (19/11/2013), e Fernando Durán Poch, delegado de Polícia Federal (21/11/2013). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.459/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. Registra-se a presença do deputado Lafayette de Andrada. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.326 a 6.334, 6.343, 6.344, 6.349 a 6.354 e 6.397 a 6.399/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos deputados Leonídio Bouças em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Monte Carmelo para discutir o aumento da criminalidade na região; Sargento Rodrigues em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 19º Batalhão de Polícia Militar pela idealização do grupo denominado Força-Tarefa, cuja missão consiste no combate aos roubos ocorridos na região de Teófilo Otôni, sob o comando do 2º Ten. PM Claudemir Costa Prates; e Cabo Júlio em que solicita seja realizada reunião, com a presença de convidados, para homenagear os policiais militares do 22º Batalhão de Polícia Militar pela participação em operação que culminou na prisão de um homem e na apreensão de 100kg de maconha, R\$45.000,00, três veículos, uma moto e uma balança de precisão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2013.

João Leite, presidente - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/11/2013

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Célio Moreira, Gustavo Corrêa e Rômulo Veneroso, membros da supracitada comissão e o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Assembleia Legislativa. Estão presentes, também, a deputada Liza Prado e os deputados Hely Tarquínio, Leonídio Bouças, Dalmo Ribeiro Silva, Tony Carlos, Fred Costa, Tiago Ulisses e Rômulo



Veneroso. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apresentar os temas a serem debatidos pela Assembleia Legislativa em 2014 para aprimorar a legislação de proteção aos animais no âmbito estadual. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Daniela de Souza, superintendente de Atendimento e Controle Processual da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Semad -, Neluce Soares, diretora de Pesquisa e Proteção da Biodiversidade do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Lílian Maria Ferreira Marotta Moreira, promotora de justiça de Meio Ambiente de Belo Horizonte, representando o coordenador-geral das Promotorias de Justiça das Bacias Hidrográficas; Irma Luzia de Paiva Reis, da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, representando a coordenadora; Edna Cardozo Dias, presidente da Comissão de Direitos dos Animais da OAB-MG; Adriana Cristina Araújo, integrante do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais; e Maria Dalce Ricas, superintendente executiva da Amda e secretária da Frente Mineira pela Biodiversidade; e os Srs. Altino Rodrigues Neto, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, representando o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; professor Alisson Rodrigo Lamounier, coordenador do Curso de Medicina Veterinária da Puc Minas, representando o reitor; Júnio Augusto dos Santos Silva, analista ambiental da Superintendência Estadual do Ibama, representando o superintendente substituto; Nivaldo da Silva, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária; capitão PM Juliano Trant de Miranda, subcomandante da Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente, representando o comandante; delegado Aloísio Daniel Fagundes, da Divisão Especializada de Proteção ao Meio Ambiente da Polícia Civil, representando o delegado-geral; e Aldair Junio Woyames Pinto, vice-presidente da Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais de Minas Gerais - Anclivepa -, representando o presidente, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, e o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Célio Moreira, este na condição autor do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, o presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e cumprida a finalidade desta, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2013.

Célio Moreira, presidente - Duarte Bechir - Gustavo Corrêa.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/11/2013

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Paulo Lamac e Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o aproveitamento de linha férrea hoje inutilizada para implantação de via urbana para o escoamento do trânsito nos Bairros Dom Joaquim, Fernão Dias, São Paulo e União, na região Nordeste de Belo Horizonte. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria das Dores Andrade Silva, membro da Comissão Regional de Transporte e Trânsito da Regional Nordeste da Prefeitura de Belo Horizonte; e os Srs. Rodrigo de Abreu Vieira, engenheiro, representando o superintendente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Belo Horizonte - CBTU-BH; Temístocles Prezotti, analista de transporte e trânsito, e Luiz Augusto Schimidt, supervisor de projetos viários da Gerência de Planejamento e Mobilidade, ambos representando o diretor-presidente da Bhtrans; Geraldo Magela Luzia da Silva, secretário de Administração Regional Municipal Nordeste da Prefeitura de Belo Horizonte; José Carlos da Silva, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Dom Joaquim; José Maia, presidente da Associação dos Moradores do Bairro Fernão Dias; e Cláudio José Vilela, secretário adjunto da Administração Regional Barreiro da Prefeitura de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: do deputado Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Assuntos Municipais para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 3.725/2013, em tramitação nesta Casa; da deputada Liza Prado e do deputado Paulo Lamac (2) em que solicitam seja encaminhado à Gerência Executiva do INSS em Belo Horizonte pedido de providências para permutar imóveis de propriedade do órgão, no Bairro Vera Cruz, ocupados por diversas famílias há mais de 60 anos e garantir a permanência dos moradores na região; seja realizada visita ao prefeito de Belo Horizonte para solicitar negociação de imóveis de propriedade do INSS no Bairro Vera Cruz, ocupados por diversas famílias há mais de 60 anos e garantir a permanência dos moradores na região; do deputado Rogério Correia em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público Estadual pedido de informações sobre o Protocolo nº 104.263, de 8/8/2011, referente ao Contrato nº 1.053.673, firmado entre o Município de Divinópolis e a Copasa; da deputada Liza Prado e do deputado Rogério Correia (2) em que solicitam seja encaminhado ao Ministério Público Estadual pedido de informações sobre o andamento da Ação 22313022100-3, que visa à suspensão da cobrança da taxa de esgoto no Município de Divinópolis e a devolução dos valores já cobrados pela municipalidade; seja realizada visita à Procuradoria da República no Município de Divinópolis para tratar de temas relacionados à Instrução Criminal nº 1.22.012.000053/2011-30, que versa sobre eventuais irregularidades na execução do Contrato nº 27/2006, relativo à Concorrência Pública nº 01/2006, referente a recursos do PAC repassados à Prefeitura de Divinópolis, da ordem de



R\$46.000.000,00, conforme Contrato nº 0228576-74/2007, firmado com a Caixa Econômica Federal; do deputado Rogério Correia em que solicita seja encaminhado à Caixa Econômica Federal pedido de informações sobre a execução e eventual prestação de contas referente ao Contrato nº 0228576-74/2002, firmado entre essa instituição e o Município de Divinópolis, por meio do PAC-Saneamento; do deputado Carlos Pimenta em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a implantação e a concessão dos sinais de telefonia celular nos povoados e distritos do Estado; da deputada Luzia Ferreira e do deputado Carlos Henrique em que requerem seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a tarifa de esgoto cobrada pela Copasa, o impacto ambiental causado pela empresa e o descumprimento de contrato com o Município de Araxá. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2013.

Paulo Lamac, presidente - Luzia Ferreira - Pompílio Canavez.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/11/2013

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Gustavo Corrêa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É convertido em diligência às Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Transportes e Obras Públicas e à Federação das Indústrias de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 410/2011 (relator: deputado Sávio Souza Cruz). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.269/2011 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Célio Moreira); e 4.696/2013 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Duarte Bechir). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.641/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.394/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Fred Costa (4) em que solicita sejam realizadas visita à estação de tratamento de esgoto - ETE - de Nova Lima e reunião para debater, em audiência pública, a situação da referida ETE; e sejam realizadas visita ao canil municipal de Manhauçu e reunião para debater, em audiência pública, as condições dos animais mantidos no citado canil; Gustavo Valadares em que solicita seja realizada reunião no Município de Confins para debater, em audiência pública, o assoreamento e a poluição da Lagoa Central e da Lagoa Vargem Bonita, causados especialmente pelas obras de ampliação do Aeroporto Tancredo Neves; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a ausência do serviço de abastecimento de água nos Bairros Atalaia, Vivendas do Vale, Recanto do Lago Azul, Londrina, Vale dos Araçás e Araçás; e Célio Moreira (4) em que solicita sejam realizados eventos para debater os seguintes temas: ética, abolicionismo e bem-estar animal; legislação de proteção aos animais e autonomia normativa dos Estados; gestão de animais: órgãos responsáveis, estruturas e desafios; o uso de animais no ensino e na pesquisa; guarda responsável e controle populacional de animais; animais e controle populacional de animais; animais de produção e de prestação de serviços; e animais silvestres e exóticos: convívio, tráfico e exposição; seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a utilização de areia descartada de fundição na cobertura de aterros sanitários e na construção e conservação de estradas estaduais; seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a disposição inadequada de resíduos em vários locais da região metropolitana; e seja encaminhado pedido de providências às Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Desenvolvimento Econômico, de Cultura, Extraordinária de Gestão Metropolitana, ao Ministério Público do Estado, à Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, à Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente, à Associação para Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada, ao Departamento de Geologia da Universidade Federal de Ouro Preto, ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e ao Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais para que indiquem representantes para o grupo de trabalho criado por esta comissão destinado a estudar o desenvolvimento sustentável no Sinclinal Moeda. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2013.

Duarte Bechir, presidente - Gustavo Corrêa - Rômulo Veneroso.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/11/2013

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Romel Anízio e Inácio Franco, membros da comissão supracitada. Estão presentes também os deputados Fred Costa e Tony Carlos. Havendo número

regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a implementação da Lei nº 20.922, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado; a tentativa de regulamentação parcial por meio do Decreto nº 46.336, que dispõe sobre a autorização para o corte ou a supressão de vegetação no período e hipóteses que menciona; e a implementação do Cadastro Ambiental Rural no Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofício nº 656/2013, do deputado federal Bernardo Santana de Vasconcellos, que justifica sua ausência na reunião. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nº 4.584/2013, em turno único (Fabiano Tolentino); 4.351/2013, no 1º turno (Inácio Franco); 4.394/2013, no 1º turno (Romel Anízio). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sra. Ennya Guedes, Assessora Jurídica da Faemg; e os Srs. Maj. PM Valmir José Fagundes, comandante da Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais; Gustavo Henriger, gerente de Gestão de Reserva Legal do IEF, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Milton Flávio Nunes, diretor-técnico da Emater; Thiago Rodrigues, advogado de Meio Ambiente da Faemg; Eduardo Nascimento, assessor de Meio Ambiente da Fetaemg; Jadir Oliveira, assessor e gerente da Área Ambiental do Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais; Fausto Varela Caçado, presidente do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais; e Pedro Parisi, assessor parlamentar do Sindixtra, representando o presidente, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. O representante da Fetaemg, Eduardo Nascimento, entrega à Mesa o Ofício nº 211/2013, que dispõe sobre o resultado de reunião da Câmara de Atividades Agrossilvopastoris ocorrida no último dia 24/5/2013, no qual solicita o reconhecimento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o Cadastro Ambiental Rural. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos deputados Antônio Carlos Arantes, Tony Carlos e Fabiano Tolentino em que solicitam seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, as barreiras impostas na construção do gasoduto que ligará os Municípios de Ribeirão Preto a Uberaba, viabilizando a fábrica de amônia para a produção de fertilizantes neste município; Mário Henrique Caixa em que solicita seja realizada reunião no Município de Três Pontas para discutir, em audiência pública, assuntos correlatos à cafeicultura mineira e, em especial o Projeto de Lei nº 4.703/2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de que conste, nos rótulos das embalagens de café comercializado no Estado, informação sobre a espécie vegetal de que se compõe o produto; Antônio Carlos Arantes e Adelmo Carneiro Leão em que solicitam seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social pedido de providências para que autorize o uso de “Dap-Jurídica” para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, na modalidade de adesão municipal e estadual; Antônio Carlos Arantes, Adelmo Carneiro Leão e Rogério Correia (2) em que solicitam seja encaminhado ao grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - do governo federal pedido de providências para que viabilize estudos para a participação de associações e cooperativas de agricultores familiares na modalidade de adesões municipal e estadual do programa; e seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Presidência da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - pedido de providências para que atenda, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, nas modalidades operadas pela Conab, as seguintes reivindicações: 1) garantia de orçamento mínimo - sugestão de R\$90.000.000,00/ano para Minas Gerais -; 2) acreditação prévia das associações e das cooperativas de agricultores familiares; 3) pagamento adiantado da primeira parcela dos pagamentos, a título de estímulo aos agricultores. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 28/11/2013, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar, no 1º turno, o parecer do Projeto de Lei nº 4.439/2013. determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Carlos Mosconi.

ATA DA 73ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/11/2013

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Sargento Rodrigues e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Arlen Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a debater o alto índice de suicídio entre os jovens das comunidades indígenas de Minas Gerais. A presidência comunica que os convidados não compareceram e logo após passa a palavra ao deputado Arlen Santiago, que explica a ausência dos convidados. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Arlen Santiago (6) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja ampliada a interlocução entre os representantes da Secretaria de Estado de Saúde e os índios da reserva xakriabá, localizada no Município de São João das Missões, garantindo-lhes atendimento de saúde integral e permanente, e sejam disponibilizados imediatamente uma *van* e outros três carros para unidade de saúde indígena desse município para propiciar a efetiva prestação dos serviços de transporte para o tratamento de saúde, considerando-se as graves dificuldades enfrentadas pelo povo indígena; sejam encaminhados ao Ministério da Saúde cópias da matéria publicada no jornal *Hoje em Dia*, em 26/11/2013, e do Ofício nº 531/2013/DSEI MG-ES/SESAI/MS, e pedido de providências para que seja ampliada a interlocução entre os representantes do Ministério da Saúde e os índios da reserva xakriabá, localizada no Município de São João das Missões,



garantindo-lhes atendimento de saúde integral e permanente, e seja analisada a possibilidade de afastamento de Elizabeth Cristina Gosling Stehling, coordenadora distrital de Saúde Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo em vista as denúncias sobre a responsabilidade dessa coordenadora pela piora do atendimento de saúde indígena na região, considerando-se as graves dificuldades enfrentadas pelo povo xacriabá desse município no que se refere às questões de saúde, assim como a ocupação realizada na sede do Distrito Sanitário Especial Indígena de Governador Valadares em 25/11/2013; seja encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Ministério de Desenvolvimento Social, ao Serviço Voluntário de Assistência Social - Servas -, pedido de providências para que sejam criados programas assistenciais destinados à melhoria da qualidade de vida nas comunidades indígenas xacriabás, localizadas no Município de São João das Missões, tendo em vista o alto índice de suicídios ali ocorridos, principalmente entre os jovens; Sargento Rodrigues em que solicita sejam encaminhados à Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Direitos Humanos - CAO-MG, as notas taquigráficas da 35ª Reunião Ordinária desta comissão e pedido de providências para apuração das denúncias relatadas nessa reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/11/2013

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados André Quintão e João Leite (substituindo o deputado Fabiano Tolentino, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Rogério Correia e Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovada, em turno único, a Proposta de Ação Legislativa nº 1.671/2012 (relator: deputado André Quintão), que recebeu parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 177/2011, no âmbito da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do deputado André Quintão (5) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que sejam ampliadas as turmas de Educação de Jovens Adultos no campo; em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que sejam efetivadas as deliberações da II Conferência Estadual de Educação, realizada em outubro de 2013, especialmente as 23 propostas do Eixo 5 que se referem à democratização da gestão das escolas; em que solicita seja encaminhado à Secretaria-Geral da Presidência da República pedido de providências para que seja agilizada a apresentação e aprovação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil; em que solicita seja encaminhado ao deputado Romel Anízio, relator na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial do Projeto de Lei nº 177/2011, cópia da Proposta de Ação Legislativa nº 1.671/2012 e da ata da reunião desta comissão que aprovou a referida proposta; e em que solicita sejam formulados votos de congratulações para o projeto Mova-Brasil pelos seus 10 anos de atuação na educação popular; e dos deputados André Quintão e Rogério Correia e da deputada Maria Tereza Lara em que solicitam seja formulado voto de congratulações com a Rede de Educação Cidadã pelos 10 anos de sua atuação na educação popular. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2013.

André Quintão, presidente - Duarte Bechir - Maria Tereza Lara.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/12/2013

Às 11h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados André Quintão e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovadas na forma de requerimentos as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.877, 1.879, 1.880, 1.981, 1.894, 1.895, 1.899, 1.900, 1.901, 1.902, 1.905, 1.907, 1.909, 1.910 a 1.912, 1.915, 1.917 a 1.919, 1.928, 1.937, 1.938, 1.941, 1.946, 1.950, 1.956 a 1.959, 1.961, 1.962, 1.981, 1.991, 2.009, 2.011 a 2.013, 2.017, 2.020, 2.022, 2.023, 2.030 e 2.031/2013; na forma de emendas ao Projeto de Lei 4.550/2013 as Propostas de Ação Legislativas nºs 1.931 e 1.955/2013; e foram rejeitadas as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.922, 1.927, 1.930, 1.947, 1.949, 1.952, 1.953, 1.960, 2.003, 2.004, 2.007 e 2.025/2013, todas em turno único e de iniciativa popular. As demais proposições constantes na pauta são retiradas por não cumprirem pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2013.

André Quintão, presidente - Maria Tereza Lara - Duarte Bechir.

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/12/2013

Às 18h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Gustavo Corrêa, Sebastião Costa e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 4.440/2013; na condição de relator, solicita a distribuição em avulso de seu parecer, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e, na condição de presidente, determina seja o parecer em avulso distribuído. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para as reuniões extraordinárias nos dias 9/12/2013, às 14 horas e às 20 horas; 10/12/2013, às 9 horas, 15h30min e 20 horas; 11/12/2013, às 10h30min e às 20 horas; 12/12/2013, às 14 horas e às 20 horas; 13/12/2013, às 10h30min, 14 horas e 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2013.

Jayro Lessa, presidente - Adalclever Lopes - Lafayette de Andrada - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Rogério Correia - Leonardo Moreira.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/12/2013

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Adalclever Lopes, Cabo Júlio (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do MSC) e Sebastião Costa (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constantes e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.575/2013 (relator: deputado Adalclever Lopes). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 6.422, 6.433, 6.445 e 6.446/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8738/2013, dos deputados Adalclever Lopes e Durval Ângelo em que solicitam seja realizada reunião conjunta, com convidados, desta Comissão com a Comissão de Direitos Humanos para reivindicar o asfaltamento de 28km entre os Municípios de Mutum e Aimorés; 8740/2013 do deputado Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja realizada, no Município de Rubelita, reunião para debater, em audiência pública, a segurança e a melhoria das condições da Rodovia BR-251, no norte de Minas Gerais; 8741/2013, do deputado Fabiano Tolentino em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a duplicação da Rodovia MG-050, os prazos para cumprimento das obras, os serviços prestados pela Concessionária Nascentes das Gerais e o alto preço do pedágio; 8742/2013, do deputado Fabiano Tolentino em que solicita seja realizada reunião no Município de Divinópolis para debater, em audiência pública, a duplicação da Rodovia MG-050, os prazos para cumprimento das obras, os serviços prestados pela Concessionária Nascentes das Gerais e o alto preço do pedágio; 8743/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja encaminhado ao ministro dos Transportes pedido de providências para realizar o projeto adicional que contempla a duplicação da BR-381, no trecho que liga os Municípios de Belo Oriente e Governador Valadares; 8744/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Dnit pedido de providências para realizar o projeto adicional que contempla a duplicação da BR-381, no trecho que liga os Municípios de Belo Oriente e Governador Valadares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

ATA DA 78ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/12/2013

Às 14h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da



reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater as supostas ameaças que o Cb. PM Samuel Cabral e o Cap. PM, comandante da 13ª Companhia Tático-Móvel do 13º BPM e suas famílias vêm sofrendo, conforme denúncias encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos pela Aspra PM-BM. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Daniel de Oliveira Malard, subsecretário de Integração de Defesa Social, representando o Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Estado de Defesa Social; Ten. Cel. PM Wagner Adriano Augusto, chefe da seção de Polícia Judiciária, representando o Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, comandante-geral da PMMG e o Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, corregedor da PMMG; Marcelo Carvalho Ferreira, delegado, coordenador do 1º Departamento de Polícia Civil, representando o Sr. Cylton Brandão da Matta, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Antônio Gama Júnior, subcorregedor-geral de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Renato Patrício Teixeira, corregedor-geral; Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, coordenador da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Aspra; 1º Sgt. PM Heder Martins de Oliveira, diretor jurídico da Aspra; 2º Sgt. Patrick Medeiros de Jesus; Fernando José de Moraes, delegado de Polícia Civil; Ten. Cel. PM Cláudio Heleno Rosa do Nascimento; Cap. Waldeniro Gomes de Almeida Filho, comandante da Companhia Tático-Móvel do 13º BPM, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/12/2013

Às 14h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Leonardo Moreira (estes substituindo, respectivamente, os deputados Zé Maia e João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BTR) e Rogério Correia (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do Minas sem Censura), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 14h33min são reabertos os trabalhos. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela rejeição da Emenda nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 4.540/2013, no 2º turno; e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.440/2013 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Lafayette de Andrada), registrando-se os votos contrários dos deputados Adalclever Lopes e Rogério Correia; 2.345/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Gustavo Corrêa); 4.575/2013 (relator: Deputado Leonardo Moreira); 4.740/2013 (deputado Lafayette de Andrada). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.745/2013, no 1º turno, são apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1 a 4, do deputado Rogério Correia. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo as propostas de emenda. Submetidas a votação, são rejeitadas as propostas de emenda, registrando-se os votos contrários dos deputados Adalclever Lopes e Rogério Correia. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.955/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Lafayette de Andrada. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária de hoje às 20 horas, convoca os membros da comissão para as reuniões extraordinárias de amanhã, às 9 horas, às 15h30min e às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.

Zé Maia, presidente - Jayro Lessa - Romel Anízio.

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/12/2013

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva e Luiz Henrique, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Celinho do Sintrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.751, 4.754 e 4.765/2013 (Dalmo Ribeiro Silva); 4.748, 4.752, 4.756, 4.757 e 4.764/2013 (Luiz Henrique); 4.746, 4.749, 4.753, 4.766 e 4.763/2013 (André Quintão); 4.750 e 4.761/2013 (Leonídio Bouças); 4.747, 4.755, 4.760 e 4.762/2013 (Duílio de Castro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.946/2012 (relator: deputado Luiz Henrique); 4.738/2013 (relator: deputado Sebastião Costa); e 65/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado André Quintão). O Projeto



de Lei nº 3.825/2013 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado André Quintão, aprovado pela comissão. Neste momento, registra-se a presença do deputado Duílio de Castro. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.064/2013 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado André Quintão); e 4.718/2013 (relator: deputado Luiz Henrique). Em virtude de solicitação do relator, deputado Dalmo Ribeiro Silva, a presidência reitera pedido de diligência ao Tribunal de Contas referente ao Projeto de Lei nº 4.673/2013. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 4.709/2013 (relator: deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); ao Departamento de Estradas de Rodagem e ao prefeito municipal de Paracatu o Projeto de Lei nº 4.724/2013 (relator: deputado André Quintão); e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao prefeito municipal de Buenópolis o Projeto de Lei nº 4.729/2013 (relator: deputado Luiz Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. É retirado de pauta o Projeto de Lei nº 4.664/2013 por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 4.698 e 4.715/2013 (relator: deputado Sebastião Costa, todos em virtude de redistribuição); 4.699 e 4.704/2013 (relator: deputado Duílio de Castro); 4.701 e 4.732/2013 (relator: deputado André Quintão); e 4.707 e 4.730/2013 (relator: deputado Luiz Henrique). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos de deputados em que solicitam, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 4.667, 4.668, 4.688, 4.700, 4.702, 4.706, 4.708 e 4.711/2013 e à Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais, relativamente ao Projeto de Lei nº 4.726/2013, informações necessárias à instrução dos respectivos processos com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão - Duílio de Castro - Maria Tereza Lara.

ATA DA 80ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/12/2013

Às 14h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Duarte Bechir e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Maria Tereza Lara. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater as supostas violações de direitos humanos, ameaças de morte e perseguições praticadas pelo Sr. Antônio César Pires de Miranda Júnior, prefeito municipal de Rio Acima, em desfavor do vereador Rossoni Justino da Silva e sua família. A presidência informa que os convidados não compareceram à reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos deputados Durval Ângelo (5) em que solicita sejam encaminhados à Organização Internacional do Trabalho, à Corregedoria-Geral de Polícia Militar, à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário - CAO-DH - e à Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social desta Casa as notas taquigráficas da 77ª Reunião Extraordinária desta comissão e os documentos apresentados nessa reunião; Durval Ângelo (4) em que solicita sejam encaminhados à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados as notas taquigráficas da 77ª Reunião Extraordinária desta comissão e os documentos apresentados nessa reunião; sejam encaminhados às entidades presentes na 77ª Reunião Extraordinária desta comissão as notas taquigráficas dessa reunião e os documentos nela apresentados; seja realizada visita conjunta com a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, em data a ser agendada pela referida comissão, com a finalidade de verificar *in loco* o cerceamento da liberdade de atuação sindical no Estado; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que seja designada equipe composta por delegado, escrivão e agente de polícia para atuar em cooperação com o CAO-DH no Município de Ribeirão das Neves; Sargento Rodrigues (5) em que solicita sejam encaminhados à Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos e Controle das Atividades Policiais as notas taquigráficas da 78ª Reunião Extraordinária desta comissão, cópias dos Registros de Eventos de Defesa Social nºs 2008-000382201-001, 2010-000719621-001, 2011-000108955-001, 2011-001306134-001, 2011-002007010-001, 2011-002222487-001 e 2013-023987500-001 e pedido de providências para que sejam apuradas as eventuais irregularidades nas operações realizadas, especialmente no que se refere à ocorrência datada de 20/11/2013; sejam encaminhados ao procurador-geral de justiça do Estado as referidas cópias e pedido de providências para que seja designado promotor de justiça para acompanhar a apuração dos fatos pela Corregedoria-Geral da Polícia Civil; sejam encaminhados à Corregedoria-Geral de Polícia Civil as referidas notas taquigráficas, as cópias dos supracitados registros de eventos de defesa social, pedido de informações sobre os desdobramentos de cada um dos registros acima mencionados, sobre a ocorrência de flagrante correspondente a cada boletim, sobre a instauração de inquérito policial e as conclusões decorrentes de cada inquérito; seja encaminhado à Corregedoria-Geral de Polícia Civil pedido de providências para que sejam apuradas supostas irregularidades ocorridas no Registro de Evento de Defesa Social nº 2013-023987500-001 e sejam ouvidos, com a urgência que o caso requer, o Sr. Alex Rodrigues Goulart, o Sgt. PM Patrick Medeiros de Jesus, o Cap. PM Waldemiro Gomes de Almeida Filho, a Sra. Geralda Cabral de Oliveira Andrade e a Sra. Tatiane Silva Cabral, acerca dos fatos narrados na 78ª Reunião Extraordinária desta comissão; sejam encaminhadas ao Comando-Geral e à Corregedoria-Geral da PMMG, à Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, ao Centro Social dos Cabos e Soldados da PMMG e à Associação dos Oficiais da PMMG as notas taquigráficas da 78ª Reunião Extraordinária desta comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2013.
Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 47/2013, EM 10/12/2013

Às 14h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Lafayette de Andrada, Tiago Ulisses e Jayro Lessa (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013 (relator: Deputado Zé Maia) na forma do vencido em 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2013.

Carlos Pimenta, presidente - Lafayette de Andrada - Tiago Ulisses - Jayro Lessa.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/12/2013

Às 14h41min, comparece na Sala das Comissões o deputado Marques Abreu, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Fred Costa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a dar continuidade ao acompanhamento das obras no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.712/2013, em turno único, cuja relatoria avoca a si. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria Edwirges Madeira, superintendente da Infraero no Aeroporto Internacional Tancredo Neves; e os Srs. Mário Jorge Fernandes de Oliveira, superintendente da Infraero - Regional Sudeste -, em Confins; Rogério Romero, secretário adjunto de Esportes e da Juventude, representando o secretário de Estado de Esportes e da Juventude; Fernando Meirelles Gouvêa Marques, empreendedor público da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, representando o secretário de Estado de Turismo; Adair Moreira Junior, gerente de Empreendimentos da Infraero; e Ricardo Luiz Faedda, presidente do Sindicato dos Taxistas de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as reuniões extraordinárias, amanhã, dia 11/12/2013, às 10, às 15 e às 20 horas, destinadas a apreciar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.211/2011 e 3.077/2012 e o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 4.619/2013 e a discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2013.

Marques Abreu, presidente - Tenente Lúcio - Glaycon Franco.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/12/2013

Às 20h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Corrêa, Antônio Carlos Arantes, Célio Moreira, Tenente Lúcio, Adalclever Lopes (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do MSC) e Sebastião Costa (substituindo o deputado Leonardo Moreira, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, suspende os trabalhos. Às 20h45min, com a presença dos deputados Antônio Carlos Arantes, Sebastião Costa (substituindo o deputado Leonardo Moreira, por indicação da liderança do BTR) e Adalclever Lopes (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do MSC), o presidente, deputado Gustavo Corrêa reabre a reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.077/2012 é retirado da pauta pelo presidente, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.681/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2013.

Gustavo Corrêa, presidente - Gustavo Valadares - Rômulo Veneroso - Adalclever Lopes.

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/12/2013

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Gustavo Corrêa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei Complementar nº 27/2012 e 53/2013 e os Projetos de Lei nºs 3.926, 4.027, 4.180, 4.299, 4.387, 4.390, 4.439 a 4.443, 4.485, 4.646, 4.648, 4.738, 4.740 e 4.779/2013 são retirados da pauta por não cumprirem pressupostos regimentais, e 4.127 e 4.745/2013 por haverem sido apreciados em reunião anterior. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.811/2013 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas nºs 2 a 5, da Comissão de Direitos Humanos (relator: deputado Lafayette de Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2013.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Romel Anízio - Gustavo Corrêa.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/12/2013

Às 10h34min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Bosco e Ulysses Gomes (substituindo o deputado Elismar Prado, por indicação da liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 14h30min são reabertos os trabalhos, com a presença dos deputados Duarte Bechir, Maria Tereza Lara e Elismar Prado. A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga a reunião por até duas horas. Suspende-se a reunião. Às 15h42 minutos são reabertos os trabalhos, com a presença da deputada Maria Tereza Lara e dos deputados Duarte Bechir e Bosco. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.771/2013, em 2º turno, do qual designou como relator o deputado Bosco. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.771/2013 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bosco). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de amanhã, dia 19/12/2013, às 10h30min, para apreciar os Requerimentos nºs 6.713, 6.717 a 6.719, 6.765, 6.787, 6.791, 6.793, 6.794, 6.801, 6.812 e 6.824/2013, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2013.

Maria Tereza Lara, presidente - Luzia Ferreira - Ulysses Gomes.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/12/2013

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Tiago Ulisses e Leonardo Moreira (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Humberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final. Suspende-se a reunião. Às 15h10min, são reabertos os trabalhos, com a presença dos deputados Doutor Wilson Batista, Luiz Humberto Carneiro e Gilberto Abramo. O presidente, deputado Doutor Wilson Batista, acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.189/2013, do qual designou como relator o deputado Gilberto Abramo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.189/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária de logo mais às 20h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2013.

Doutor Wilson Batista, presidente - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

- O presidente despachou, em 27/12/2013, a seguinte comunicação:
Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento do Sr. Antônio Cristiano Maldini Penna, ocorrido em 26/12/2013, em Curvelo. (- Ciente. Oficie-se.)

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

- O 1º-secretário despachou, em 27/12/2013, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Adolfo Garrido, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos em Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, encaminhando a Carta Internacional de Bento Gonçalves, elaborada durante o XVII Congresso Federativo Interestadual da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil. (- À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Almeida Melo, presidente em exercício do Tribunal de Justiça, encaminhando manifestação da Corregedoria-Geral de Justiça acerca de pedido de redivisão das circunscrições do 1º e do 2º Cartórios de Registro de Imóveis de Barbacena. (- À Comissão de Administração Pública.)

Da Sra. Ana Cristina Braga Soares Rios, oficial do Ministério Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.385/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Angela Pace, presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, formulando, de acordo com decisão do Conselho de Vogais dessa entidade, votos de congratulações com esta Casa pela inauguração do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Do Sr. Antônio Lacerda Costa, vereador da Câmara Municipal de Jacinto, encaminhando cópia de requerimento em que se solicita o empenho desta Casa com vistas à construção de ponte intermunicipal para a ligação da MG-405 à BR-367, sobre o Rio Jequitinhonha, no Município de Jacinto. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Arnoldo de Campos, secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informando a liberação de recursos financeiros referentes ao convênio que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça, encaminhando recomendação exarada nos autos do Procedimento Administrativo de Controle da Constitucionalidade nº MPMG-0024.09.001832-6. (- À Mesa da Assembleia.)

Do Sr. Carlos Melles, secretário de Transportes (5), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.884, 5.777, 5.780, 5.788 e 5.789/2013, da Comissão de Transporte.

Da Sra. Carolina Schneider Comandulli, diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (substituta) da Funai, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.388/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Celso de Magalhães Pinto, diretor do Conselho de Criminologia e Política Criminal da Secretaria de Defesa Social, propondo alterações ao Projeto de Lei nº 4.102/2013. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Da Sra. Dilma Maria Coelho da Cunha Cordeiro e outros cidadãos de Mutum, encaminhando abaixo-assinado em que que solicitam aos órgãos competentes o asfaltamento do trecho da MG-108 que liga esse município à BR-474, no sentido de Aimorés. (- À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Elisa Smaneto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.361 e 6.374/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Edmarcius Carvalho Novaes, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, solicitando a revisão da Lei nº 19.414, com vistas a garantir a gratuidade das taxas cartoriais não só no registro dos atos constitutivos, mas também em atas de eleição e posse de diretoria e outras. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Fábio Caldeira, ouvidor-geral do Estado, encaminhando a cartilha *Rede ouvir-MG*.

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, secretário adjunto de Transportes, informando o recebimento de valor relativo a contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e a Metrominas para obras de mobilidade urbana e trânsito. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Geraldo Magela Luzia da Silva, da Secretaria de Administração Regional Municipal Nordeste, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.218/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Ivanilde Nascimento de Castro, coordenadora-geral de Execução Orçamentária e Financeira do Ministério da Cultura, informando a liberação de recursos financeiros em favor do Centro de Referência da Juventude, referentes ao



convênio que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Janete de Sá, presidente da Comissão de Política sobre Drogas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, solicitando a apuração pela Comissão de Ética desta Casa do envolvimento do deputado Gustavo Perrella no caso do helicóptero que transportava 450kg de cocaína pura, apreendido no Município de Afonso Cláudio (ES). (- À Comissão de Ética.)

Do Sr. João Carlos Costa Mayer Soares, juiz federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.541/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Joaquim Alfredo da Cruz Filho, chefe do Gabinete do Ministro das Cidades, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.168/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. José Alves Viana, conselheiro do Tribunal de Contas e relator das contas governamentais de 2013, solicitando que esta Casa disponibilize no *Diário do Legislativo*, até 31/1/2014, por trimestre, informações sobre os gastos com publicidade realizados em 2013. (- À Mesa da Assembleia.)

Do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, secretário adjunto de Casa Civil (2), prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.485/2013 e aos Projetos de Lei nºs 3.510/2012 e 3.984, 3.999, 4.010, 4.035, 4.060, 4.062, 4.075, 4.126, 4.171, 4.217, 4.358, 4.373, 4.376, 4.407 e 4.568/2013, em atenção a pedidos de diligência de comissões. (- Anexem-se os ofícios e as informações aos respectivos projetos de lei.)

Da Sra. Luzia Divina de Paula Peixoto, juíza de direito, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.222/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Manoel Luiz Ferreira de Andrade, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.158/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.873/2013, da Comissão de Transporte.

Da Sra. Renata Faria Mota Rodrigues, promotora de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.216/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.758/2013, da deputada Liza Prado.

Do Sr. Ronaldo J. G. Roggini, superintendente regional da Caixa Econômica Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.050/2013, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Da Sra. Rosângela Maria Alfenas de Andrade, presidente da Câmara Municipal de Ubá, encaminhando cópia de requerimento do vereador Maurício Valadão Reimão de Melo relativo ao funcionamento do aeroporto desse município. (- À Comissão de Transporte.)

Do Sr. Ruy Carneiro, deputado federal, solicitando a criação nesta Casa da Frente Parlamentar de Combate ao Câncer. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Sérgio Oliveira de Alencar, procurador do Trabalho, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.811/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Zilda Maria Youssef Murad, juíza de direito (2), encaminhando cópias das atas de audiências relativas aos processos nºs 038213014093-4 e 038213014138-7 para ciência. (- À Comissão de Administração Pública.)



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/12/2013

O deputado Fred Costa* - Peço a compreensão dos nobres pares, pois todos assistiram aos momentos lamentáveis que ocorreram agora há pouco. Quero aqui deixar absolutamente registrado, sem vilipendiar, atacar, tampouco com uma afirmação falaciosa ou mentirosa, que o documento, datado do dia 1º de fevereiro e que prova o que eu vinha afirmando, está à disposição de qualquer interessado. Infelizmente um parlamentar se aventurou a fazer uma afirmação falaciosa, até maldosa, capciosa. Entretanto, como a verdade prevalece e como aqueles que praticam o bem, que têm a consciência tranquila, que não têm telhado de vidro e não têm o que temer, volto a fazer uso da palavra para dizer que o documento está à disposição de todos os nobres pares. Esta Casa nos forneceu um documento oficial que mostra que realmente abri mão e não recebi, desde que aqui estou, nem uma vez, o auxílio-moradia por uma questão de coerência e respeito ao erário público, por eu ser nascido, criado e residente neste município.

Quero dizer também aos nobres pares que fiquei muito satisfeito com a afirmação do presidente Dinis Pinheiro, pois demonstra, mais uma vez, ter compromisso com o povo de Minas. Além disso, sensibilizou-se com minhas afirmações nas inúmeras vezes em que fiz uso da palavra. Da mesma forma, faço um cumprimento extensivo à solidariedade prestada pelos parlamentares em relação às minhas críticas à famigerada emenda do Projeto de Lei nº 3.649/2012. O seu texto inicial é, sim, um avanço na preservação do meio ambiente. Agradeço a compreensão dos nobres pares e a sensibilidade do presidente Dinis, que não vai aceitar a emenda por entender que não é pertinente ao assunto. Logo, parabéns a todos vocês, que são parte fundamental da manutenção da Mata do Cercadinho, localizada entre Belo Horizonte e Nova Lima.



Não poderia deixar de externar também minha emoção, pois, em determinada hora, no calor da discussão – e não levo isso a ferro e a fogo, muito antes pelo contrário, como cristão, católico, não sou rancoroso -, um parlamentar afirmou que uns gostam de mídia. Então, deixo meu recado: a imprensa belo-horizontina, mineira e brasileira é séria e justa. Graças a Deus, completo nove anos de mandato, e não há absolutamente uma única matéria que macule a minha imagem. Basta trabalhar com seriedade, afincos e dedicação para ter o mesmo espaço que tenho na imprensa. Por outro lado, infelizmente aqueles que não trabalham não têm esse espaço, e outros acabam por tê-lo nas páginas policiais, lamentavelmente.

Agradeço pela atenção e, em respeito aos nobres pares, não utilizarei mais do que 4 minutos para externar meu sentimento neste momento.

* - Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Sr. Presidente, quando discutimos esse projeto em 1º turno, observei que o projeto anterior tratava da redução da área da estação ecológica. Conseguimos segurar regimentalmente esse projeto, porque não havia pareceres seguros para a diminuição. O parecer da Secretaria de Desenvolvimento Econômico indicava a aprovação da matéria, e o parecer da Secretaria de Meio Ambiente era contrário. Portanto, fiz a menção de votarmos a ampliação da área, porque, obviamente, é positivo ampliar áreas de proteção ambiental. Parece que o substitutivo apresentado também adota essa perspectiva. Quero deixar a minha posição democraticamente, porque há ampliação da área, sim, mas, por outro lado, o saldo diminui essa ampliação. Por não ter as informações exatas do que está sendo diminuído e ampliado, votarei contrariamente, apesar da ampliação. Se o projeto for aprovado, espero que o Estado tenha tempo de fazer essa análise. Portanto, o meu voto é contrário, o que reitera a minha posição anterior. Votei favoravelmente à matéria em 1º turno, mas, como não houve essa justificativa, voto contrariamente no 2º turno.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Célio Moreira* – Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, primeiramente, gostaria de registrar a minha solidariedade com a cidade de Corinto, que passou por uma situação muito difícil nesses últimos dias, Sr. Presidente. Choveu na cidade de Corinto em poucas horas o equivalente a três dias. Foi uma das chuvas mais fortes do ano.

E foi colocada sob a coordenação do prefeito de Corintos, prefeito Niltinho, toda a estrutura necessária para dar socorro, abrigo, suporte às famílias que tiveram suas casas inundadas pelas enchentes. A prefeitura decretou estado de calamidade, estado de emergência, urgência, porque o estrago foi muito grande. Mas já há na cidade um caminhão da Copasa para fornecer água potável às residências que tiveram suas caixas d'água, seus reservatórios, sua água potável comprometida. A Copasa já está dando assistência. A prefeitura também colocou caminhões e tratores para limpar as ruas, dando toda assistência à comunidade.

Já comunicamos a situação à defesa civil, a pedido do prefeito Niltinho, solicitando ajuda, suporte, ajuda técnica, colchões, cesta básica. Esperamos que o Cel. Martins atenda à cidade de Corinto o mais rápido possível e também às outras cidades, como Governador Valadares, que teve, por esses dias, um volume de água muito grande, o que ocasionou um estrago muito grande na cidade.

Então, estou me solidarizando com a comunidade de Corinto, dizendo que estamos atentos às reivindicações do prefeito, dos vereadores, dos que estão na linha de frente com a secretária social Maria Maia, prestando todo o serviço e assistência às famílias atingidas.

Sr. Presidente, gostaria de fazer alguns relatos. Hoje, aqui no Plenário, tivemos reações diversas quando votamos vários projetos, com acusação de um lado e acusação do outro. Inclusive quero parabenizar V. Exa. pela forma como agiu quando viu o calor das discussões e os questionamentos apresentados por alguns deputados acerca da emenda apresentada ao projeto do Ibituruna, que é a emenda referente ao Cercadinho. Por várias vezes, alguns deputados disseram que foi uma emenda *frankenstein*.

A emenda não é *frankenstein*. A matéria diz respeito à mesma coisa, a parques e a conservação. O projeto original era somente do Pico do Ibituruna, mas a emenda é cabível àquele projeto. Não é *frankenstein*, pois poderia ser apresentada emenda a ele. V. Exa., quando tomou conhecimento, de pronto pediu que se retirassem as emendas para que fosse discutido em outro momento.

Agora, ouvimos aqui vários relatos dizendo que ia acabar com a água e com o Cercadinho. Presidi a comissão e quero, mais uma vez, dizer que algumas pessoas, alguns deputados, despercebidamente, disseram que foi colocado um projeto às 21, 22 horas e foi votado, como se isso tivesse acontecido sem o conhecimento dos parlamentares. Logicamente, todos os parlamentares sabem que toda pauta de comissão é divulgada pelo *Diário do Legislativo* e por esta Casa, portanto 24 horas antes todos os deputados têm conhecimento dos projetos que estão sendo discutidos e votados nas comissões. Em relação a essa questão de 21 horas, 22 horas, quero dizer que já ficamos aqui e já foi pautada reunião às 23 horas, 2 horas, 3 horas, mas tudo sob conhecimento dos parlamentares. Os que têm interesse em discutir a matéria comparecem à comissão e discutem os pareceres. Eles têm o direito de discutir, de encaminhar, de votar as proposições apresentadas. Não relatei nenhum dos projetos, mas passou - e havia número regimental para aprovar - aquela solicitação, que é regimentalmente correta, e foi aprovada. Quando chegou ao Plenário, vários deputados que não compareceram à comissão poderiam contribuir na discussão, emendar, vetar alguma proposição ali discutida. Muitos aliás iam votar, mas, quando viram a imprensa, já se posicionaram contra, dizendo que é emenda *frankenstein*. Já disse e repito que a emenda é pertinente, pois tratava do mesmo tema e, portanto, não é *frankenstein*. Houve a estranheza porque se estava votando a questão do parque de Governador Valadares e a emenda era para outro parque, outra estação aqui em Belo Horizonte, mas é pertinente.

No decorrer das discussões, pedi até em questão de ordem para fazer explicação, mas o deputado Fred Costa insiste em dizer que a Comissão de Meio Ambiente não aprovou as 30 emendas que ele apresentou ao código florestal. Já dei várias explicações, aliás não fui relator dessa matéria, mas expliquei várias vezes. Então, esclareço aos pares essa questão, por conseguinte muitos compareceram à discussão do código florestal e tiveram oportunidade de participar, de verificar a seriedade com que foi conduzido todo esse trabalho. O deputado Fred Costa quer passar, aos gritos e berros, a ideia de que foi rejeitado pelo presidente. Não é o presidente quem decide, ele preside, coordena os trabalhos, e os deputados votam.



Então, Sr. Presidente e senhores que nos acompanham pela TV Assembleia, coube à Comissão de Meio Ambiente o papel principal condutor do processo da nova lei florestal de Minas Gerais. Este deputado teve a missão de relatar o projeto em diversas etapas. Alguns deputados queriam que se votasse rapidamente o código.

Eu falei: “Não, não sou louco de colocar um projeto como esse, do código florestal de Minas Gerais, para ser votado rápido”. O que fizemos? Chamamos todas as entidades, a Semad, a Seapa, chamamos as instituições, chamamos as ONGs para discutir.

Então, ciente do desafio que se descortinava, mantivemos abertas as portas da Casa Legislativa a todos que se dispuseram a colaborar em tão árdua tarefa. O principal desafio estava em buscar um ponto de equilíbrio que estendesse as demandas de interesse por vezes bastante polêmicas com o código.

Então, destaca-se nesse processo a elevadíssima densidade técnica das matérias que compõem a lei, o que exigiu prolongadas ações para ouvir demandas. Foram dias inteiros de discussão, com redação, revisão, versões sem fim, até à tomada da decisão.

Registro que estiveram aqui, nas comissões, o secretário Adriano Magalhães, o secretário Elmiro, assim como a sua assessoria, para discutirmos o projeto. Quero aqui destacar uma ação muito grande da Anda, que nos ajudou bastante. A Anda recomendou à comissão não manter aqueles dois vetos que derrubamos, aquelas duas propostas, os dois artigos que tinham sido objeto de acordo, mas o Plenário resolveu votar e votou. Então, o governo reconheceu, e, a pedido das ONGs, foram, realmente, derrubados esses dois artigos. Porque houve diálogo, houve participação. Mas, no primeiro momento, como foi alertado, como foi combinado, esses dois artigos não seriam votados. O Plenário é soberano, mas a proposição passou nas comissões e foi aprovada aqui, no Plenário, onde vimos vários deputados.

Quero aqui destacar o trabalho da oposição. Aliás, falei isso aqui hoje, principalmente do deputado Sávio Souza Cruz, que apresentou o Substitutivo nº 2, salvo engano, com 84 proposições. Foi derrotado também. Pediram destaque de vários artigos do projeto os deputados que defendiam a emenda. Eles fizeram as suas observações, e os deputados votaram conforme a sua consciência.

Não esperávamos em nenhum momento que o intenso trabalho fosse conduzido a salvo de críticas, porém nos asseguramos, constantemente, de garantir voz e ouvidos a quem de fato buscou contribuir. Esperamos, sim, que, na aplicação de mais de 400 dispositivos dessa importante lei, ao longo do tempo, se estabeleçam as almejadas condições para o desenvolvimento sustentável do campo e das cidades, pautadas na preponderância da técnica e no bom-senso na aplicação das normas legais e de seus regulamentos.

Então, analisamos todas as propostas que vieram, que dizem respeito ao Código Florestal. Aí o deputado Fred Costa apresentou 30 emendas. Eu vou fazer aqui a leitura das emendas que ele colocou no Código Florestal e que foram rejeitadas – ele não participou de nenhuma reunião do Código Florestal. Ou seja, de nenhuma das nossas reuniões ele participou. Eu o vi aqui esbravejando porque tomou bomba, porque o Plenário e a comissão deram bomba nele. Mas eu não vi, em momento nenhum, ele pedir destaque de emenda. Nas emendas que ele apresentou, as quais vou ler aqui, ele colocava assim: “acrescente-se onde convier”.

Então, o que aconteceu? Na Comissão de Meio Ambiente, fomos muito generosos em receber as emendas do deputado Fred Costa. Nós as recebemos no 1º turno, e deveríamos tê-las recusado, de plano, como nos manda fazer o Regimento, em face da não pertinência das matérias.

Ele falou hoje aqui em *frankenstein*, e apresentou dois *frankensteins* na Lei Florestal: a Emenda nº 113 e a Emenda nº 115, que lerei aqui. Há aquela história de se assentar no rabo e começar a falar dos outros. Aqui isso foi esbravejado e falado, e eu disse que não admitiria que os nossos colegas de comissão fossem tratados do jeito como estavam sendo tratados. Todos que participaram do debate foram tratados com respeito, tiveram voz e vez. Iam à secretaria, vinham aos técnicos da Assembleia discutir se cabiam ou não as propostas. Acatamos parcialmente algumas propostas que foram aqui apresentadas, e outras acatamos na sua totalidade.

Ele apresentou essas duas emendas *frankenstein*, que não tem nada a ver com o Código Florestal. Ele falou do Ibituruna e do Cercadinho, cuja emenda não é *frankenstein*, mas pertinente, porque trata da mesma matéria. Farei a leitura da emenda que ele apresentou ao Código Florestal, para que os senhores e quem está acompanhando pela TV Assembleia tomem conhecimento. Ele vem ao Plenário reclamar de uma emenda sobre a unidade de conservação, mas fez a mesma coisa com duas emendas do Código Florestal.

Aqueles que compreendem o direito ambiental sabem que um código florestal é um tema de extrema importância para a proteção ambiental, importância equivalente à do tema da proteção dos animais. E falamos várias vezes que as emendas diziam respeito à fauna e à flora, mas ele queria colocá-las no código, o que não era pertinente. Queria apresentar emendas *frankenstein* ao Código Florestal. É óbvio que não seria bom para sociedade mineira misturar os temas, porque as discussões, por serem tão importantes, devem ser separadas e tratadas em projetos distintos.

É imperioso ressaltar que o deputado Fred Costa realmente inseriu emendas relativas à proteção animal no Código Florestal. Mas, mesmo tendo sido convocado, assim como foram todos os deputados desta Casa, ele não compareceu em nenhuma das reuniões para defender as suas emendas. Ele não justificou as emendas, e teve tempo e modo para fazê-lo. Mas não: ele apenas queria tumultuar o andamento dos trabalhos, inserindo emendas sem pertinência temática. Repito: não participou de nenhuma reunião para justificá-las. Por exemplo, ele inseriu a emenda que dispunha sobre a circulação de veículos de tração animal? O que isso tem a ver com o Código Florestal? Carroça? Charrete? Discutiremos isso na discussão sobre a preservação dos animais. Ele colocou isso e, aos gritos, queria que votassem. E não é aos berros que se consegue isso. Inclusive, há uma passagem na *Bíblia* que diz que não é aos berros e falando alto que se é ouvido. Não é aos berros e aos gritos que convencerei alguém. Então estamos trabalhando.

Quero registrar que há muito não havia a participação e a presença nesta Casa dos protetores e das protetoras de animais. Vimos agora, no final, principalmente no mês de dezembro, a participação de várias lideranças, inclusive no nosso gabinete. Já marcamos uma discussão. Então estamos trabalhando pela proteção dos animais. Esse tema está recebendo um grande destaque nesta Casa e na Comissão de Meio Ambiente. Mas esse tema não guarda pertinência temática alguma com a aprovação da Lei nº 21.845, de 2003, que instituiu o Código Florestal, aprovado neste Plenário pela maioria dos deputados e das deputadas. Já marcamos uma discussão e nos reunimos. No Plenário, tivemos a participação de várias autoridades municipais e estaduais, de confederações e federações, para tratar dessa questão dos animais - trataremos de sete temas. Se for necessário, faremos 8, 9 e 10 reuniões. A partir de fevereiro, discutiremos e aí, sim, Minas Gerais terá uma lei pertinente.



Sr. Presidente, quero fazer a leitura de algumas emendas que aqui, aos berros, tentaram dizer que foram rejeitadas. Conforme eu disse, poderia, como presidente da comissão, nem aceitar as emendas, de acordo com o Regimento Interno, pois não são pertinentes à matéria. No entanto aceitamos as emendas, e ninguém foi lá para defendê-las. Quando foram a Plenário, ninguém apareceu para pedir o destaque de tais e tais emendas apresentadas ao Código Florestal. Farei a leitura de algumas emendas apresentadas ao Código Florestal.

“Emenda nº 110. Acrescente-se onde convier: 'Fica proibido o fornecimento de animais capturados pelo Centro de Controle de Zoonoses, canis públicos e congêneres para instituições e centros de ensaio e pesquisa.

Parágrafo único - Em caso de não cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, caberá ao órgão responsável o pagamento de multa pecuniária no valor correspondente a 550 Ufems por animal, aplicada em dobro na hipótese de reincidência'.” O que isso tem a ver com o Código Florestal?

“Emenda nº 111. Acrescente-se onde convier: 'O veículo de tração animal deverá ser de material compatível com as condições, o porte físico do animal e deverá observar os critérios de segurança de saúde animal e as especificações técnicas definidas no regulamento desta lei.’” Ao artigo: “O condutor do veículo de tração animal deverá obedecer as normas e a sinalização prevista no Código de Trânsito Brasileiro, a legislação complementar e as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito e a legislação municipal específica.” O que isso tem a ver com o Código Florestal?

Emenda nº 112 – que aliás é a mesma lei que aprovamos agora, em 2º turno, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr. “Acrescente-se onde convier: Fica proibido, em todo o território do Estado de Minas Gerais, a apresentação, a manutenção e a utilização sobre qualquer forma de animais selvagens, silvestres, domésticos ou domesticados de grande, médio e pequeno porte, nativo ou exótico, em espetáculo circense.”

Votamos esse projeto agora, em 2º turno, e amanhã será apresentado em Plenário. Aliás, é um projeto específico. Então não tinha nada a ver com o Código Florestal. Agora, aos gritos e berros aqui, diz que a minha emenda não foi aprovada porque não era pertinente”.

E o *frankenstein*, a Emenda nº 113. Foi falado aqui sobre a do Cercadinho e a do Ibituruna, um projeto do governo ao qual o deputado apresentou a emenda. Aliás, ele tem o direito de apresentar a emenda, que é pertinente ao tema, ao que estava proposto pelo projeto original.

Aí ele falou que era “*Frankenstein*”, mas não é. “*Frankenstein*” é esta emenda aqui, que ele queria aprovar no Código Florestal. “Emenda nº 113. “Acrescente-se onde convier: 'Fica expandida em 269,5ha a Estação Ecológica de Fechos, localizada no Município de Nova Lima, atualmente com a área de 602,95ha, compreendendo uma área total de 872,45ha’”. O que isso tem a ver com o Código Florestal? Essa emenda é “*Frankenstein*”. E estava aqui aos gritos dizendo que nenhuma das emendas passou.

“Emenda nº 114. “Acrescente-se onde convier: Ficam todos os animais existentes no território mineiro, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais ou artificiais reconhecidos como de utilidade pública no meio ambiente’”. O que isso tem a ver com o Código Florestal? Sr. Presidente, o que isso tem a ver? A matéria foi rejeitada.

Aí o deputado apresenta outra emenda aos gritos, o que todos tiveram oportunidade de acompanhar. Queria que as emendas fossem acatadas na marra. Agora vou ler outro “*Frankenstein*”, que também foi colocado no Código Florestal e não tem nada a ver. “Emenda nº 115. “Acrescente-se onde convier o seguinte artigo: 'Fica declarada área de proteção ambiental – APA – o terreno compreendido pelos lotes nº 1 a 10 da quadra nº 88, na área limítrofe na divisa dos Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, às margens da MG-030’”. O que isso tem a ver com o Código Florestal? Essa emenda “*Frankenstein*” ao código foi rejeitada. Mas o deputado veio aqui, aos gritos e berros, dizer que a Comissão de Meio Ambiente rejeitou a emenda. A Comissão de Meio Ambiente tem responsabilidade, os membros dessa comissão têm responsabilidade. Os técnicos, os consultores da Assembleia tem *expertise* e conhecimento da matéria. Somos orientados tanto pelas nossas assessorias quanto pelas assessorias da Casa. A matéria não é pertinente. Foi rejeitada.

O deputado apresentou, Sr. Presidente, a Emenda nº 116, com o seguinte texto: “Acrescente-se onde convier: 'O Poder Executivo incentivará a viabilização e o desenvolvimento de programas que visem ao controle reprodutivo de cães e gatos e a promoção de medidas protetivas’”. O que isso tem a ver com o Código Florestal? Falamos que isso é matéria relativa a fauna e flora; há uma lei específica para isso. “Não, eu quero que isso seja votado na Comissão de Meio Ambiente e que seja colocado no Código Florestal.” Não pode, não é pertinente.

Não vou ler todas, Sr. Presidente, porque todas foram rejeitadas. Quero ler a Emenda nº 118, proposta ao Código Florestal. “Emenda nº 118. Acrescente-se onde convier: 'a vacinação de cães e gatos contra leishmaniose visceral deverá ser feita em todo o Estado gratuitamente’”. O que isso tem a ver com o Código Florestal, hein, Sr. Presidente? O que isso tem a ver com o Código Florestal? É essa emenda que o deputado dizia aos gritos que tinha de ser aprovada. Aos gritos: “As minhas emendas não foram aprovadas!”.

Tivemos um encontro aqui em que ele falou que é o único defensor dos animais. Há 32 projetos de deputados nesta Casa que tratam dessa matéria - inclusive, vários projetos dele foram anexados a outros. Vamos votá-los aqui e logicamente queremos contar com a contribuição dele, mas que também participe das reuniões das comissões. A participação não deve ocorrer só quando sai alguma coisa no jornal, na rádio, na televisão ou quando se chega perto de um jornalista para falar sobre alguma coisa. Parece que São Francisco encostou no fulano e o tocou para que seja protetor dos animais. A sua fala de outro dia foi essa.

Sr. Presidente, veja a Emenda nº 120 que ele apresentou: “Acrescente-se onde convier: 'fica instituído o serviço de disque-denúncia animal’”. O que isso tem a ver com o Código Florestal? “Emenda nº 121. 'Acrescente-se onde convier: toda prática que implique crueldade aos animais será punida no âmbito do Estado, nos termos desta lei, sem prejuízo da legislação correlata’”. Essa é a proposta que ele queria que fosse aprovada no Código Florestal. Não sei se o pessoal que o estava acompanhando no dia tinha conhecimento das emendas. Só diz que havia 30 emendas rejeitadas. Ele diz: “Trinta emendas que apresentei ao Código Florestal foram rejeitadas”. São emendas que não têm nada a ver com o Código Florestal, tratadas em legislação específica. Você deve apresentar as emendas aos projetos que modificam as leis existentes. Como disse, discutiremos essas emendas aqui, a partir de fevereiro.



Vejam a Emenda nº 122 ao Código Florestal: “Acrescente-se onde convier: ‘fica criado o Fundo Estadual do Bem-Estar Animal’”. Essa emenda foi apresentada ao Código Florestal. Presidente, o senhor está entendendo? As emendas que foram lidas e apresentadas aqui não têm nada a ver com o código.

A outra é a Emenda nº 123, cujo texto é o seguinte: “Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécies da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença e autorização competente ou em desacordo com a obtida. Pena, prisão de 2 a quatro anos”. Essa é a emenda apresentada ao Código Florestal.

Por muito tempo, na hora em que o via esbravejar em algumas comissões ou aqui no Plenário, fiquei calado, mas hoje me senti na obrigação, como presidente da Comissão de Meio Ambiente, de esclarecer isso aos deputados, às deputadas e a todos que acompanham a TV Assembleia. O deputado está entusiasmado, pois é fim de ano e véspera de eleição, porque há deputado desta Casa que, em véspera de eleição, muda e vira outro. Bate nos colegas parlamentares, os agride verbal e fisicamente, mas não é desse jeito. Democracia não é isso, não.

Então, relembro todas as discussões que tivemos, e não foi por uma semana, não foi por um mês, dois meses, três meses, mas por mais de três meses que discutimos o Código Florestal. Como todo o mundo sabe, existem as comissões temáticas e as de mérito. Tudo é discutido nas comissões e depois vem ao Plenário, que é soberano, para votarmos. Se V. Exa. não concorda com um artigo, diz: “quero pedir destaque na Emenda - vamos supor - nº 113 ao Código Florestal, pois estou expandindo uma área da minha emenda *frankenstein*”. Aliás, li essa emenda aqui. Então, ele fará a defesa da emenda perante o Plenário, e os deputados, atentos, a acatarão ou não. Entretanto, todos os deputados e deputadas já sabem como votar todos os projetos que chegam ao Plenário: “sim” ou “não”.

Já vem a recomendação das comissões, pela aprovação ou pela rejeição. Às vezes um substitutivo ou uma subemenda é apresentada. Não vimos nada disso aqui, no Plenário. Estamos vendo agora porque está surgindo a discussão. O presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, fez-me uma solicitação. “Chamem o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Célio Moreira”. Eu o atendi, quando me foi dito que precisávamos discutir essa questão da proteção dos animais. Pegamos os 32 projetos e começamos a estudar o tema. Temos um código, do deputado Dalmo, que está, há mais de quatro anos, em tramitação nesta Casa. Ele entendeu por bem que deveria aprofundar mais a discussão. O Dalmo em momento algum xingou os colegas, em momento algum foi ao microfone gritar que o projeto dele tinha de ser aprovado do jeito como o apresentou. Ele falou que era necessária a sua discussão por todos nós, com a participação da sociedade, para que pudéssemos apresentar para essa sociedade mineira um projeto à sua altura. Combinamos como seria a discussão de cada matéria. Em cada semana, discutiremos um item nesta Assembleia. Isso será divulgado pela Assembleia, por meio da rádio, do jornal. Todos terão direito de participar.

Gostaria muito de contar com a participação desse deputado bravo. Deputado bravo, que grita, que fala que é inteligente, que é isso e aquilo. Ele foi eleito para isso mesmo; foi eleito para defender a sociedade, mas há critérios. Tenho de obedecer a alguns critérios. Tenho de me ater à lei. Tenho de atender ao Regimento e à Constituição. Eu, sozinho, não aprovo lei nesta Casa. Nenhum deputado sozinho aprova lei. Os deputados é que as aprovam. Sozinho, mesmo que eu grite, que brigue, que xingue, que agrida, verbal e fisicamente, algum deputado, não conseguirei uma aprovação. Conseguirei aprovar um projeto, desde que ele atenda às normas e aos pressupostos regimentais. Não será no grito, não será esbravejando que conseguirei qualquer coisa.

Vimos aqui hoje alguns deputados da oposição se gabando porque a presidente Dilma vai vir aqui, porque a presidente Dilma tem liberado muitos recursos para Minas Gerais, já que nosso Estado está com dificuldades. É raro vermos algum deputado da oposição defender o Estado de Minas Gerais, onde ele foi votado, e cobrar verbas do governo federal para o Estado de Minas Gerais. Falam que a presidente Dilma está fazendo isso e aquilo para o Brasil. É mais que obrigação dela. Ela foi eleita para isso mesmo. O dinheiro não é dela, mas nosso, do povo brasileiro. O governador e os secretários, quando estão liberando recursos e enfrentando as dificuldades pelas quais estamos passando, estão cumprindo com sua obrigação. O prefeito não está fazendo mais que sua obrigação. Parece até que estão tirando dinheiro do bolso deles para fazer as obras. O dinheiro é do povo. Há uma briga por causa dessa concentração de renda e poder no governo federal, que fica com 74% da arrecadação, enquanto os municípios e os estados permanecem de pires nas mãos, sempre pedindo.

Ela diz que é mineira, mas não a vemos defender Minas. Ela diz que é mineira, mas não libera nada. Falaram, a imprensa toda noticiou, que a Dilma vem anunciar mais recursos para o metrô de Belo Horizonte, que não existe. Duvido que o próximo governador e o próximo prefeito inaugurem metrô em Belo Horizonte. É mentira. Falam isso porque há eleições no próximo ano. É fazer de conta.

O pessoal está achando que vamos ter metrô. Na verdade, há autorização e liberação de recursos para fazer projeto, e, não, para fazer metrô coisa nenhuma. Há 30 anos, o metrô de Belo Horizonte está em discussão. O presidente Lula foi a Uberlândia e disse que iria liberar recurso para o metrô de Belo Horizonte, para o ramal Calafate-Barreiro e para a Linha 1. Quando ele estava na presidência, no comando do Brasil, disse que liberaria milhões e milhões para o metrô de Belo Horizonte, mas não aconteceu nada. Dilma, ficou só promessa. Ela prometeu revitalizar o Anel Rodoviário. Mentira. Prometeu duplicar a BR-381. Mentira. Ah, não tem projeto. Fazem os projetos, mas, quando eles chegam lá, colocam um monte de dificuldades.

Houve até um promotor que pediu vista do projeto, porque ele não teve tempo de fazer leitura. Tudo foi para atrasar a duplicação da BR-381. A nossa expectativa é que, realmente, Belo Horizonte tenha um metrô, tenha um transporte mais rápido, mais barato e ambientalmente ótimo para todo cidadão, mas isso só fica na promessa.

Podem me cobrar aqui do Plenário isso, se Deus permitir e me der vida até os próximos quatro anos. Estamos aqui, vamos terminar o ano de 2013 e temos os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. Vocês podem me chamar a atenção, se realmente essas obras do metrô, que estão sendo anunciadas, forem inauguradas. Isso não vai acontecer. Dizem assim: “ah, você é muito pessimista”. Não sou. Sou otimista e quero que isso aconteça, mas não acredito mais nessa piadinha, nessa pegadinha, próxima à eleição, que vai chegar isso e vai chegar aquilo. Enquanto isso, pessoas estão morrendo na BR-135, pessoas estão morrendo na BR-040, no Anel Rodoviário e na BR-381. Vidas estão sendo ceifadas.



Caro presidente, para encerrar, gostaria de falar sobre algumas emendas *frankenstein*, apresentadas ao Código Florestal, e algumas colocações relacionadas ao Cercadinho. Algumas pessoas falam assim: "mas isso vai acabar com o trânsito". Elas só veem o trânsito do Belvedere; não veem o trânsito do Barreiro, de Ibitaré, de Venda Nova nem da região Leste. É só lá que o trânsito não está bom e que precisa de intervenções, por parte da Prefeitura de Nova Lima, do Prefeito de Belo Horizonte e dos governos federal e estadual, para acabar, de vez, com a situação daquele trânsito caótico dali.

Houve gente falando no Plenário hoje sobre essa emenda proposta e falou mentira. Não estou defendendo emenda, porque a emenda não foi minha e nenhum projeto foi meu, mas falaram mentira. Falaram que iam fazer uma estrada dentro da nascente. Mentira! O projeto é público, gente! Se qualquer cidadão quiser vê-lo, está lá. Mas, como não houve consenso, nosso presidente, com sua sabedoria, disse: "a Mesa não acata essa emenda, vai retirar do projeto essa emenda e vamos aprovar somente o projeto original, que se refere à questão do Ibituruna. Depois, vamos discutir isso".

Agora, lá não se pode mexer, porque só há milionários e bilionários. Nas regiões Leste, Norte, Noroeste e em Venda Nova, na divisa com Ibitaré e com Contagem, nos horários de pico, o trânsito para. Lá, as pessoas se viram. É preciso, sim, fazer intervenções, como trincheiras, viadutos e aberturas de outras ruas, para haver fluidez, para que o trânsito possa fluir normalmente. Às vezes, o pessoal fala aqui com tanta emoção, que algumas pessoas acabam acreditando. Há aquele ditado: "nem tudo que reluz é ouro". Nem tudo que foi dito é verdade.

Hoje vim aqui, como presidente da Comissão de Meio Ambiente, esclarecer as emendas apresentadas ao Código Florestal pelo deputado Fred Costa. Aliás, ele apresenta duas emendas *frankenstein* e emendas que não são pertinentes ao Código Florestal. Então, está registrada a verdade nos anais da Casa. Quem quiser pode ler essas emendas e pegar o projeto original que foi aprovado pelo Plenário. As emendas apresentadas foram rejeitadas.

Sra. Presidente, era isso o que tinha a esclarecer. Na oportunidade, quero registrar a minha alegria de ter trabalhado com os senhores e com as senhoras, com os parlamentares e com o pessoal desta Casa. Aprovamos leis importantes para o Estado de Minas Gerais. Ajudamos, na medida do possível, o nosso governador Anastasia, que tem feito um trabalho com muita transparência, ética e responsabilidade. Ele acata o que é possível; fala "não" para o que não dá, sem demagogia; é correto, íntegro e direito.

Registro também que os funcionários da Assembleia ficam trabalhando dia, noite, de madrugada, para publicizar nosso trabalho aos ouvintes da rádio, aos telespectadores da TV Assembleia e aos municípios que acompanham o nosso trabalho.

Na oportunidade, quero desejar a todos e a seus familiares um ano com muita saúde e paz. Que o espírito de Natal seja realmente vivido na nossa família. Vamos comemorar o nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo. Muita gente acha que Natal é comer, beber e dar presente. Não. Vamos comemorar o aniversário do Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. Que esse espírito de Natal possa realmente penetrar em nossos corações e que Jesus nasça de vez em nosso meio para que tenhamos dias melhores. Muito obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/12/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Duílio de Castro

exonerando, a partir de 2/1/2014, Catarina de Souza Pereira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;
exonerando, a partir de 2/1/2014, Ramos José Aparecido Teixeira de Andrade do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Cristiane Marçal de Matos Rodrigues para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Ramos José Aparecido Teixeira de Andrade para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Henrique

exonerando, a partir de 2/1/2014, Maria Isabel Passos Simões Dias Sampaio do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Leliane Rodrigues Saraiva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ulysses Gomes

exonerando, a partir de 2/1/2014, José Claudio de Alencar Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Renato Toshimitsu Ogino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando, a partir de 2/1/2014, Isabelle Fernandes Vieira de Matos Rocha do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e, nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/1993, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.396, de 28/5/2007, assinou o seguinte ato:

dispensando, a partir de 1º/1/2014, os servidores Alessandra Strambi de Almeida Mitre, matr. 17.704/0, Valter Morato Barcelos, matr. 5.822/0, membros efetivos e André Gomes do Amaral, matr. 18.156/0, Betânia Lourenço Silva de Almeida, matr. 17.518/8,



Jacqueline Cobucci Fráguas, matr. 5.334/1, membros suplentes da Comissão Permanente de Licitação e designando, como membros efetivos os servidores André Gomes do Amaral, matr. 18.156/0 e Jacqueline Cobucci Fráguas, matr. 5.334/1, e como membros suplentes, Michelle Sabrina Vieira Hiderik, matr. 18.641/4, Valter Morato Barcelos, matr. 5.822/0 e Vanessa Cristine Souza Carvalho, matr. 18.146/3.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 216/2013

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 04/2013, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 217/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Use Móveis para Escritório Ltda. Objeto: aquisição de gaveteiros fixos. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 002 - Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 06/2013, do 11º Depósito de Suprimento do Ministério da Defesa.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 218/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Use Móveis para Escritório Ltda. Objeto: aquisição de estações de trabalho. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.4.4.90(10.1). Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 02/2013 - Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 02/2012, da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás.